



▼ Plano de Implementação do
▼ **Novo Ensino Médio**
▼
▼
▼

Governador do Estado da Bahia

Rui Costa

Vice-governador

João Felipe de Souza Leão

Secretário da Educação do Estado da Bahia

Danilo Souza Melo

Superintendente de Políticas para da Educação Básica

Manoel Vicente da Silva Calazans

Superintendente da Educação Profissional e Tecnológica

Ezequiel Westphal

Superintendente de Planejamento Operacional da Rede Escolar

Suely Carvalho de Miranda

Superintendente de Gestão da Informação

Rainer Wendell Costa Guimarães

Superintendente de Recursos Humanos da Educação

Maria do Rosário Costa Muricy

Coordenação Executiva de Programas e Projetos Estratégicos

Marcus de Almeida Gomes

Diretor Geral do Instituto Anísio Teixeira - IAT

Cybele Amado de Oliveira

Diretoria de Currículo, Avaliação e Tecnologias Educacionais

Jurema Oliveira Brito

Diretoria de Acompanhamento Pedagógico e Articulação da Política de Formação

Cristina Ribeiro de carvalho Santana

Diretoria de Educação e suas Modalidades

Iara Martins Icó Souza

Diretoria de Organização Curricular e Pedagógica

Roberval Bomfim Almeida

Diretoria de Educação Integral

Astor Vieira Júnior

Coordenação de Ensino Médio

Carlos Antônio Neves

Coordenação de Acompanhamento da Formação

Graciane Rocha de Jesus Guimarães

Coordenação da educação Escolar Indígena

Adenilza dos santos Macedo

Coordenação da Educação de Jovens e Adultos

Isadora Silva Santos Sampaio

Coordenação da Educação do Campo e Quilombola

Poliana Nascimento dos Reis

Coordenação da Educação Especial

Marlene Santos Cardoso

Coordenação de Organização Curricular e Pedagógica

Jaqueline Pereira Vieira

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Adriana Reis Diogo

Ana Maria Das Virgens Trigo

Andréia Santos Santana

Astor Vieira Júnior

Charles Darwin Trindade Carmo

Claudia Cely Pessoa de Souza Acuña

Claudia Oliveira dos santos

Graciene Rocha de Jesus Guimarães

Isadora Silva Santos Sampaio

Jaqueline Pereira Vieira

Marcelo Gomes do Nascimento

Marlene Santos Cardoso

Marília de Pádua Carvalho Dantas

Nájila Da Silva Lopes

Poliana Nascimento dos Reis

Renata Silva de Souza

Roberval Bomfim Almeida

Robson Raimundo Costa Dos Santos

Rosa Helena Ribeiro Teixeira

Rogério da Silva Fonseca

Rosilda Magalhães Castro

Vanessa Costa Reis

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO.....	06
2.	O NOVO ENSINO MÉDIO.....	07
2.1	O Programa de Apoio à implementação da base Nacional Comum Curricular – ProBNCC.....	09
2.1.1	Resultados esperados.....	09
2.2	O Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (PNEM).....	10
2.2.1	Resultados esperados.....	10
3.	O NOVO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DA BAHIA.....	11
4.	VISÃO, PRINCÍPIOS, PREMISSAS, OBJETIVOS E METAS.....	14
5.	A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO DA BAHIA.....	17
5.1	Comitê Institucional Consultivo.....	18
5.2	Comitê Gestor de Avaliação e Acompanhamento da Implementação do Novo Ensino Médio na Bahia.....	18
5.3	GT de Currículo.....	19
5.4	GT de Formação.....	21
5.5	GT de Infraestrutura e Recursos.....	21
5.6	GT de Comunicação.....	23
6.	A ARQUITETURA DO NOVO ENSINO MÉDIO DA BAHIA.....	23
6.1	Formação Geral Básica e Parte Flexível do Currículo.....	23
6.2	Preparação para os Itinerários Formativos do Ensino Médio Tempo Parcial - EMTP.....	25
6.3	Os itinerários formativos para o EMTP.....	29
6.4	A arquitetura do Ensino Médio de Tempo Integral.....	31
6.4.1	Educação Integral no Estado da Bahia.....	34
6.4.2	Perspectivas de currículo.....	38
6.4.3	Pressupostos Pedagógicos da Educação Integral.....	41
6.4.4	Formação Omnilateral dos Sujeitos.....	42
6.4.5	Práticas e expressões artísticas, corporais e culturais como prática curricular.....	43
6.4.6	O trabalho como princípio educativo.....	45
6.4.7	O cuidado de si, do outro e dos espaços comuns.....	46
6.4.8	A pesquisa como princípio pedagógico.....	47
6.4.9	O protagonismo das juventudes.....	48
6.4.10	O foco no projeto de vida dos/as estudantes.....	50
6.4.11	O território como locus de aprendizado.....	52
6.4.12	A organização curricular.....	53
6.4.13	Estações dos saberes.....	54
6.4.14	Possibilidades de trabalho nas estações de saberes.....	55
6.4.15	As estações de saberes podem ser.....	56
6.4.16	Como os professores orientadores devem interagir com os estudantes nas estações.....	57
6.5	Organização curricular do itinerário da formação técnica e profissional.....	58
7.	ARQUITETURAS CURRICULARES DA FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL.....	62
7.1	Cursos de qualificação profissional.....	64
7.2	Caminhos formativos da educação profissional e tecnológica: 5º itinerário ou formação técnica profissional.....	65

8.	ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO CURRICULAR REFERENCIAL DA BAHIA (DCRB) - ETAPA DO ENSINO MÉDIO.....	68
9.	ESTUDOS E DIAGNÓSTICOS.....	72
9.1	Docentes.....	72
9.2	Infraestrutura.....	72
9.3	Transporte Escolar.....	73
9.4	Alimentação Escolar.....	73
9.5	Expectativas dos Estudantes.....	75
9.6	Perspectiva do Mundo do Trabalho.....	79
10.	EXPERIÊNCIA DE FLEXIBILIZAÇÃO DO CURRÍCULO.....	82
10.1	Experiência de Flexibilização nos Colégios da Polícia Militar da Bahia.....	82
10.2	A Experiência de Flexibilização nas escolas-piloto da rede estadual de ensino da Bahia.....	88
11.	PROCESSOS FORMATIVOS.....	89
11.1	Histórico das ofertas das formações e orientações de estudo (realizados e previstos).....	94
12.	INFRAESTRUTURA E SUPORTE.....	100
12.1	Infraestrutura da rede.....	100
12.2	Acessibilidade tecnológica.....	101
12.3	Requalificação da rede física escolar.....	102
13.	PARCERIAS.....	102
14.	COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO.....	104
15.	NORMATIVOS.....	105
16.	CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.....	109
17.	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	109
18.	GESTÃO DE PESSOAS.....	110
19.	MATERIAIS DIDÁTICOS.....	114
20.	ESTRATÉGIAS DE EQUIDADE.....	113
20.1	Ações para equidade.....	116
	REFERÊNCIAS.....	119
	ANEXO I - Matriz Curricular de Transição do Novo Ensino Médio.....	123

1. APRESENTAÇÃO

A educação no Brasil, conforme disposto no Art. nº 205 da Constituição Federal/CF de 1988, é direito de todos e visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Sendo assim, no âmbito desse direito, faz-se necessário a oferta qualificada do Ensino Médio, por parte dos Estados, a todos que o demandarem, conforme Art. 10, inciso VI, da Lei 9.394/1996.

De acordo com o que preceitua o MEC, por meio da Lei nº 13.415/2017, todos os Estados brasileiros, através de suas Secretarias de Educação, deverão implementar o Novo Ensino Médio. Nessa perspectiva, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC), por meio da Superintendência de Políticas para a Educação Básica (SUPED), que tem por finalidade planejar e coordenar as Políticas Educacionais para a Educação Básica no Estado, em todas as etapas e modalidades de ensino, apresenta este Plano de Implementação do Novo Ensino Médio no Estado da Bahia (PLI).

A Lei nº 13.415/2017 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), estabelecida pela Lei nº 9.394/1996, determinando a carga horária mínima anual de 1.000 horas anuais para o Ensino Médio e estabelecendo uma nova Arquitetura Curricular que deverá contemplar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além da oferta de diferentes Itinerários Formativos, com foco em áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. O referido marco legal ainda determina que a carga horária mínima do Ensino Médio deverá ser ampliada, de forma progressiva, para mil e quatrocentas horas, além de instituir a política de fomento à implementação de escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Em 2018, o MEC, por meio da Portaria nº 331, de 5 de abril de 2018, instituiu o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) com a finalidade de apoiar as Secretarias dos Estados e do DF na (re) elaboração dos seus Referenciais Curriculares. No mesmo ano, por meio da Portaria nº 649, de 10 de julho de 2018, instituiu o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (PRONEM) para o apoio à implementação do Novo Ensino Médio nos Estados e no Distrito Federal.

Dentro desta perspectiva, atendendo aos normativos legais, apresentamos o Plano de Implementação do Novo Ensino Médio do Estado da Bahia.

2. O NOVO ENSINO MÉDIO

A Constituição Federal de 1988 promoveu mudanças políticas, econômicas e sociais no Brasil e estas produziram reflexões sobre as concepções de educação no país, precisamente na Educação Básica. Essas transformações coadunaram com a Lei 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que, dentre outras definições, estabeleceu o Ensino Médio como responsabilidade e competência do Estado.

Conforme prevê o Art. nº 35 da LDBEN, Lei nº 9.394/1996, o Ensino Médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL.1996)

A LDBEN indica que o Ensino Médio não deve ser apenas o intermediário entre o Ensino Fundamental e o Superior ou somente a preparação para o mundo do trabalho, mas que forme a pessoa integralmente e que seja a etapa conclusiva da Educação Básica a que todo cidadão brasileiro tem direito. Vale destacar que, somente em 2009, com a sanção da Lei 12.061/2009, deu-se a universalização do Ensino Médio, bem com a sua obrigatoriedade a todos os que dele demandarem.

As discussões sobre uma possível reforma do Ensino Médio no Brasil influenciaram na proposição do Projeto de Lei nº 6.840 de 2013, apresentado pelo Deputado Federal Reginaldo Lopes, que solicitou a composição de uma comissão da Câmara Especial para estudos sobre essa etapa do ensino no país. Os desdobramentos das discussões do PL nº 6840/13 resultaram na Medida Provisória

- MP 746/16, expedida pelo Presidente da República, e na promulgação da Lei nº 13.415/17 que alterou a Lei nº 9.394/1996 e determinou a reforma do Ensino Médio no Brasil.

A Lei nº 13.415/2017 determinou a ampliação da carga horária mínima anual do Ensino Médio e estabeleceu, para essa etapa de ensino, uma nova organização curricular que deverá contemplar a Formação Geral Básica (FGB), alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e a Parte Flexível do Currículo - Itinerários Formativos, com foco em áreas de conhecimento e na Formação Técnica e Profissional. Tal medida ajudará no fortalecimento do protagonismo juvenil, diante da oportunidade que o(a) jovem terá de escolher seu percurso de aprendizagem.

De acordo com a LDBEN, Art. 35-A, a BNCC define direitos e objetivos de aprendizagem, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE), nas seguintes áreas do conhecimento: I - Linguagens e suas Tecnologias; II - Matemática e suas Tecnologias; III - Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e IV - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Além disso, estabelece que a carga horária destinada à BNCC não poderá ser superior a 1.800 horas do total da carga horária do Ensino Médio. Para a parte flexível do currículo deverão ser destinadas no mínimo 1.200 horas, totalizando 3.000 horas de relógio para os três anos do Ensino Médio.

A partir da sanção da Lei nº 13.415/2017, o MEC instituiu, através de portarias, 02 (dois) programas para apoiar as Secretarias Estaduais e Distrital na implementação do Novo Ensino Médio, são eles: Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) e Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (PNEM).

2.1 O Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC)

O Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) foi instituído pela Portaria do MEC nº 331, de 5 de abril de 2018, com o objetivo de apoiar as Secretarias Estaduais e Distrital de Educação e as Secretarias Municipais de Educação (SME) no processo de revisão ou de elaboração e

implementação de seus currículos, alinhados à Base Nacional Comum Curricular. O programa utilizou como instrumentos de apoio:

- a) Assistência financeira, via Plano de Ações Articuladas (PAR) às SEE.
- b) Formação para as equipes de currículo e gestão do programa nos Estados.
- c) Pagamento de bolsas de formação para os professores da equipe ProBNCC.
- d) Contratação de analistas de gestão.
- e) Equipe alocada do MEC para apoio na gestão nacional do Programa.
- f) Material de apoio.
- g) Plataforma digital para apoiar a (re)elaboração do currículo e as consultas públicas

2.1.1 Resultados esperados

- Proposta do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), etapa Ensino Médio, elaborada e aprovada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE).
- DCRB homologado.
- Unidades escolares com nova proposta curricular implementada.
- Boas práticas curriculares multiplicadas.
- Formação dos profissionais de educação da rede estadual da Bahia.

2.2 O Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (PNEM)

O Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (PNEM) foi instituído por meio da Portaria nº 649, de 10 de julho de 2018, e contempla as seguintes ações:

- a) apoio técnico para a elaboração e execução do Plano de Implementação do Novo Ensino Médio;
- b) apoio técnico para a implantação de escolas-piloto do Novo Ensino Médio, conforme descrito no Capítulo IV desta Portaria;
- c) apoio financeiro, via PDDE, conforme disponibilidade orçamentária a ser atestada previamente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da

Educação, em um dos programas que tenham aderência com o Novo Ensino Médio;

- d) formação continuada dos membros da equipe técnica de currículo e gestão de cada estado e do Distrito Federal, por meio do ProBNCC, instituído pela Portaria MEC nº 331, de 5 de abril de 2018.

2.2.1 Resultados esperados

- PLI elaborado pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia e entregue ao Ministério da Educação.
- Matrizes de transição do Novo Ensino Médio implementada nas escolas-piloto da Bahia.
- Unidades Escolares Estaduais com, no mínimo, 1.000 horas-relógio anuais.
- Matrizes curriculares do Novo Ensino Médio implementadas nas Unidades Escolares Estaduais da Bahia, em consonância com o DCRB - Ensino Médio.

3 O NOVO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DA BAHIA

No ano de 2019 foi iniciado o processo de elaboração do Documento Curricular Referencial do Estado da Bahia (DCRB), etapa Ensino Médio, assim como o processo de orientação e preparação das escolas-pilotos para a implementação do Novo Ensino Médio (NEM), do ponto de vista pedagógico e para o uso dos recursos provenientes do PDDE - NEM. A implementação do Novo Ensino Médio foi prevista para 2020, inicialmente nas escolas-pilotos da rede estadual, contudo, em virtude da pandemia, os procedimentos foram interrompidos e depois retomados no ano letivo *Continuum Curricular 2020/2021*.

As ações realizadas pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia para a implementação do Novo Ensino Médio foram:

a) No ano de 2019

- Formação presencial para cerca de 1.800 profissionais de educação (gestores

e coordenadores pedagógicos) das escolas-piloto, que objetivou prestar orientações quanto: a apresentação da Política Curricular Nacional do Ensino Médio; aos esclarecimentos sobre a elaboração das Propostas de Flexibilização Curricular (PFC); ao uso dos recursos provenientes do PDDE Interativo-NEM; a apresentação da matriz curricular para as turmas de 1ª série; a apresentação da distribuição da carga horária dos componentes curriculares da BNCC e componentes novos, inclusive os componentes eletivos;

- Realização da formação para os docentes nas Unidades Escolares, pelos gestores e coordenadores pedagógicos, a partir do que foi tratado na formação destes;
- Disponibilização de Ambiente Virtual NEM a gestores e coordenadores pedagógicos para socialização de materiais e realização de enquetes com os representantes das escolas-piloto;
- Realização de reuniões virtuais com as equipes escolares para dirimir dúvidas sobre o NEM;
- Definição da Estrutura de Governança, por meio da publicação de Portarias da Secretaria da Educação, para organizar a implementação do NEM no estado;
- Elaboração das orientações para a implementação do NEM na Bahia para subsidiar a implementação da nova matriz na 1ª série em 2020, contudo, como já informado, em virtude da pandemia, as ações foram retomadas no ano seguinte, no ano letivo *Continuum* Curricular 2020/2021;
- Inserção da nova matriz da 1ª série no Sistema de Gestão Escolar da SEC;
- Atualização do Manual de Programação de Professores, da Superintendência de Recursos Humanos da SEC, para orientar a programação dos professores nos novos componentes curriculares da matriz da 1ª série das escolas-piloto.

b) Nos anos de 2020 e 2021

- Orientações às Unidades Escolares para a instituição do *Continuum* Curricular 2020/2021;
- Início da Implementação do Novo Ensino Médio nas 542 escolas-piloto da Rede Estadual;
- Elaboração e disponibilização dos Organizadores Curriculares Essenciais que

visaram orientar às Unidades Escolares sobre os conhecimentos, competências e habilidades que poderiam, essencialmente, serem trabalhadas pelos/as educadores/as no âmbito do *Continuum Curricular*;

- Elaboração de 255 Cadernos de Apoio à Aprendizagem, para a Etapa do Ensino Médio, em consonância com a BNCC do Ensino Médio. Os Cadernos contemplaram todas às Áreas de Conhecimento e Componentes Curriculares das três séries do Ensino Médio, bem como das três Unidades Letivas da rede estadual. Além de Cadernos dos Componentes da BNCC, foram elaborados Cadernos do componente curricular da parte flexível da matriz curricular do NEM, Iniciação Científica;
- Elaboração do Catálogo de Eletivas da Secretaria da Educação do Estado da Bahia;
- Realização de formação continuada, por meio de módulos de atualização, em formato virtual, para os professores da Rede, sobretudo os das escolas-piloto, com carga horária de 40 horas. Os cursos ministrados tiveram como objetivo apoiar os professores no planejamento e trabalho pedagógico com os novos componentes curriculares - Projeto de Vida e Empreendedorismo (componente eletivo de algumas escolas-piloto).

c) No ano de 2021

- Conclusão da escrita do Documento Referencial Curricular da Bahia (DCRB), etapa Ensino Médio;
- Submissão do DCRB à Consulta Pública;
- Entrega do DCRB ao Conselho Estadual de Educação da Bahia;
- Implantação do novo Sistema de Gestão Educacional da Secretaria da Educação da Bahia, contemplando as especificidades do Novo Ensino Médio.

d) No ano de 2022

- Operacionalização das primeiras etapas do Programa de Implantação dos Itinerários Formativos (Portaria MEC nº 733, de 16 de setembro de 2021), junto às escolas aderentes ao programa;

- Implementação da Matriz de Transição nas turmas 1ª série das escolas que ficaram fora do piloto;
- Continuação da Implementação da Matriz de Transição nas turmas de 1ª e 2ª série das escolas-piloto, a partir do que ficou determinado pela Resolução nº 137, de 17 de dezembro de 2019, do CEE-BA;
- Realização, no primeiro semestre, de capacitação para os técnicos dos Núcleos Territoriais de Educação (NTE), vinculadas à Secretaria da Educação, sobre o NEM, intitulado de Ciclos Territoriais de Educação sobre o NEM;
- Realização da formação continuada para docentes e Coordenadores Pedagógicos das Unidades Escolares, pelos dirigentes dos NTE, a partir do que foi tratado nas capacitações dos Ciclos Territoriais de Educação sobre o NEM;
- Realização de formação continuada, no segundo semestre, para os/as docentes atuantes no Ensino Médio, pautando o NEM e o DCRB - Ensino Médio;
- Publicação da Portaria da Organização Curricular do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino;
- Publicação da Portaria para orientar a Rede sobre a oferta dos Itinerários Formativos.

e) Em 2023

- Implementação da Matriz do Novo Ensino Médio nas turmas de 1ª série de todas as Unidades Escolares da rede estadual;
- Implantação dos Itinerários Formativos nas turmas de 2ª série de todas as Unidades Escolares da rede estadual;
- Continuação da Formação Continuada para os profissionais de educação atuantes no Ensino Médio.

4 VISÃO, PRINCÍPIOS, PREMISSAS, OBJETIVOS E METAS

4.1 Visão

Ofertar educação de qualidade aos/às estudantes baianos/as com base nos normativos educacionais nacionais e estaduais vigentes e nos pressupostos que

embasam a formação humana integral e fortalecem os princípios republicanos de uma sociedade democrática, inclusiva e diversa.

4.2 Princípios

Os princípios orientadores para a Implementação do Novo Ensino Médio no Estado da Bahia estão em consonância com os princípios do Plano Nacional de Educação, o Plano Estadual de Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio. São eles:

- Garantir a melhoria da qualidade da educação (acesso, permanência e sucesso escolar) de todos(as) os(as) estudantes
- Promover a formação humana integral dos estudantes como meta formativa, nas suas dimensões física, cognitiva, socioemocional, cultural, étnico-racial, sócio-política, religiosa e/ou do sistema de crença e de gênero e sexualidade;
- Conceber o trabalho como princípio educativo para a compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, desenvolvida e apropriada socialmente para a transformação das condições naturais da vida e a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos;
- Fortalecer o regime de colaboração entre Estado e Municípios;
- Considerar a política territorial estadual, os arranjos produtivos locais, os arranjos produtivos potenciais e as identidades escolares, a partir das perspectivas dos sujeitos que as compõem, como elementos inerentes à constituição dos itinerários formativos do Estado;
- Estabelecer redes de parcerias locais e territoriais nas dimensões técnico e pedagógica, em prol da melhoria da qualidade da educação e em alinhamento à Base Nacional Comum Curricular e aos normativos legais do Ensino Médio;
- Instituir a gestão democrática nas Unidades Escolares do Estado, como prática regulamentar de cooperação, colaboração e corresponsabilização entre os segmentos da escola, para dirimir e solucionar desafios educacionais postos nas diversas realidades estaduais.

4.3 Premissas

- Assegurar uma educação pública de qualidade reconhecendo as diferentes dimensões: cognitiva, social, ética, física, socioemocional, cultural, étnico-racial, sócio-política, espiritual ou do sistema de crença, gênero e sexualidade, valorizando essa diversidade através de práticas multidisciplinares.
- Acolher a integralidade e caráter dos sujeitos, estabelecendo uma relação entre os desafios práticos, as teorias científicas e os resultados de pesquisas, reflexões e análises corroborando para uma formação sistemática focada em aprendizagens colaborativas e híbridas.
- Instigar o autoconhecimento, a autonomia, a articulação e a apropriação de saberes a serviço da comunidade.
- Garantir a formação permanente do corpo docente, reconhecendo as variáveis internas e externas à escola que afetem as condições de trabalho, criando possibilidades para o enfrentamento desses desafios.

4.4 Objetivos

4.4.1 Geral

Implementar a política da reforma do Ensino Médio no estado da Bahia.

4.4.2 Específicos

- Disponibilizar o DCRB - Ensino Médio para a Rede Estadual de Ensino.
- Oferecer formação continuada para os profissionais da educação sobre o Ensino Médio e o DCRB.
- Oferecer qualificação aos técnicos dos NTE e demais setores da SEC.
- Implantar o Sistema de Gestão Escolar, em atendimento às especificidades do Novo Ensino Médio.
- Ajustar a carga horária do Ensino Médio para 1.000 horas anuais.
- Realizar reparos e reformas nas Unidades Escolares da rede estadual.
- Implementar as Matrizes Curriculares na Rede Estadual de Ensino, em atendimento ao DCRB - Ensino Médio.

- Atualizar os Projetos Políticos Pedagógicos das Unidades Escolares Estaduais.

4.5 Metas

META	ANO
Disponibilizar, virtualmente, o DCRB - Ensino Médio homologado para 100 % das Unidades Escolares da rede estadual que ofertam essa etapa de ensino.	2022
Disponibilizar, virtualmente, o DCRB - Ensino Médio homologado para 100% das escolas privadas.	2022
Ampliar a oferta da Educação Integral para 18% das Unidades Escolares da rede estadual.	2022
Promover a formação continuada para 100% dos profissionais da educação da rede estadual atuantes no Ensino Médio.	2022
Implementar em 100% das Unidades Escolares da rede estadual que ofertam Ensino Médio, a proposta do DCRB aprovada pelo Conselho Estadual de Educação - CEE, contemplando FGB e Itinerários Formativos.	2023
Entregar 01 (um) exemplar impresso do DCRB - Ensino Médio para 100 % das Unidades Escolares da rede estadual.	2023
Entregar 01 (um) exemplar impresso do DCRB - Ensino Médio para 100 % das Instituições de Ensino Superior que ofertam cursos de licenciatura no estado.	2023
Adequar, nas Unidades Escolares Estaduais, a carga horária de, no mínimo, 1.000 (mil) horas anuais.	Até 2023
Oferecer o itinerário 5 – Educação Profissional e Tecnológica em 10 Unidades Escolares.	2023
Orientar 100% das Unidades Escolares da Rede Estadual sobre a atualização dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), a partir do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB).	2023

5 A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO DA BAHIA

A Estrutura de Governança para a Implementação do Novo Ensino Médio na Bahia, bem como as atribuições das atividades e ações específicas de cada instância, foi organizada da seguinte forma: Comitê Institucional Consultivo e o Comitê Gestor de Avaliação e Acompanhamento da Implementação do Novo Ensino Médio na Bahia, instituídos pela Portaria nº 728, de 05 de setembro de 2019; Grupos de Trabalhos - GT Intersetoriais, no âmbito da Secretaria de Educação: GT de Currículo, instituído pela Portaria nº 729/2019; GT de Formação, instituído pela Portaria nº 730/2019; GT de Infraestrutura e Recursos Humanos, instituído pela Portaria nº 731/2019; e o GT de Comunicação, instituído pela Portaria nº 732/2019.

5.1 Comitê Institucional Consultivo

O Comitê Institucional Consultivo, constituído por representantes das entidades educacionais estratégicas do Estado, tem como finalidade apoiar e acompanhar o processo de implementação do Novo Ensino Médio no Estado da Bahia, incluindo a elaboração do Referencial Curricular Estadual para a etapa do Ensino Médio. Este Comitê será instituído a partir do convite do Secretário Estadual de Educação.

Atribuição: acompanhar e avaliar a Implementação do Novo Ensino Médio no Estado da Bahia.

5.2 Comitê Gestor de Avaliação e Acompanhamento da Implementação do Novo Ensino Médio na Bahia

Composição:

- i.** O Secretário Estadual de Educação;
- ii.** O Subsecretário Estadual de Educação;
- iii.** Um representante da Assessoria da Secretaria Estadual de Educação;
- iv.** O Dirigente da Superintendência de Políticas para a Educação Básica - SUPED;
- v.** O Dirigente da Superintendência da Educação Profissional e Tecnológica - SUPROT;
- vi.** O Dirigente da Coordenação Executiva de Projetos Educacionais - CEPEE;
- vii.** Um representante da Coordenação Executiva de Articulação de Projetos para a Educação - CONTE;
- viii.** O Dirigente da Superintendência de Gestão da Informação - SGINF;
- ix.** O Dirigente da Coordenação Executiva de Infraestrutura da Rede Física - COINF;
- x.** O Dirigente da Superintendência de Planejamento Operacional da Rede Escolar - SUPEC;
- xi.** O Dirigente da Superintendência de Recursos Humanos da Educação - SUDEPE;

- xii. O Dirigente da Assessoria de Planejamento e Gestão - APG;
- xiii. O/A Coordenador (a) do GT de Currículo;
- xiv. O/A Coordenador (a) do GT de Formação;
- xv. O/A Coordenador (a) do GT de Comunicação;
- xvi. O/A Coordenador (a) do GT de Infraestrutura e Recursos Humanos;

Atribuições:

- i. Realizar reuniões, quinzenais, para o acompanhamento e deliberações sobre as produções realizadas pelos Grupos de Trabalho: GT de Currículo; GT de Formação; GT de Infraestrutura e Recursos Humanos; e GT de Comunicação;
- ii. Convidar representantes das entidades educacionais estratégicas do Estado para a composição do Gestor Institucional Consultivo.
- iii. Convocar reuniões, mensais, com o Comitê Institucional Consultivo para apresentar os encaminhamentos da Implementação do Novo Ensino Médio.

5.3 GT de Currículo

Composição:

- i. Um representante da Assessoria Especial do Gabinete do Secretário Estadual de Educação;
- ii. Um representante da Diretoria de Educação Integral - CEPEE;
- iii. Um representante da Diretoria de Acompanhamento Pedagógico e Articulação da Política de Formação - DIRAP/SUPED;
- iv. Um representante da Coordenação de Ensino Fundamental - CEI - SUPED;
- v. Um representante da Coordenação de Ensino Médio - CEM/SUPED;
- vi. Um representante da Coordenação de Educação de Jovens e Adultos - DIREM/SUPED;
- vii. Dois representantes da Coordenação de Educação do Campo e Educação Quilombola (01 do Campo e 01 do Quilombola) - DIREM/SUPED;
- viii. Um representante da Coordenação de Educação Especial;
- ix. Um representante da Coordenação de Educação Escolar Indígena - DIREM/SUPED;

- x. Um representante da Superintendência da Educação Profissional e Tecnológica - SUPROT;
- xi. Um representante da Coordenação Executiva de Articulação de Projetos para a Educação - CONTE;
- xii. Um representante da Superintendência de Gestão da Informação - SGINF;
- xiii. Um representante da Coordenação de Gestão Organizacional e Tecnológico - CGOTIC;
- xiv. Um representante da Coordenação de Legalização e Orientação das unidades escolares - CLO;
- xv. Um representante da Diretoria Geral do Instituto Anísio Teixeira.

Atribuições:

- i. Elaborar o Plano de Trabalho do GT de Currículo, com o respectivo cronograma das ações;
- ii. Revisar os referenciais teóricos do Documento Curricular Referencial do Estado da Bahia para subsidiar a etapa do Ensino Médio;
- iii. Revisar as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e suas modalidades para subsidiar a escrita do Documento Referencial Curricular da Bahia;
- iv. Analisar e propor a carga horária geral da Base Nacional Comum Curricular e dos Itinerários Formativos do Estado da Bahia;
- v. Definir as matrizes curriculares da etapa Ensino Médio;
- vi. Definir as Diretrizes Estaduais para a composição dos Itinerários Formativos da Rede Estadual da Bahia;
- vii. Realizar encontros presenciais e/ou à distância com a equipe de redatores para apoiar o processo de escrita do Documento Curricular Referencial da Bahia - etapa Ensino Médio;
- viii. Acompanhar a redação do Documento Curricular Referencial da Bahia - etapa Ensino Médio;
- ix. Realizar leitura crítica da versão preliminar e final do Documento Curricular Referencial da Bahia - etapa Ensino Médio.

5.4 GT de Formação

Composição:

- i. Dois representantes da Diretoria Geral do Instituto Anísio Teixeira;
- ii. Dois representantes da Diretoria de Acompanhamento Pedagógico e Articulação da Política de Formação;
- iii. Dois representantes da Diretoria de Currículo, Avaliação e Tecnologias Educacionais;
- iv. Um representante da Coordenação de Organização Curricular e Pedagógica;
- v. Um representante da Coordenação de Programas e Projetos;

Atribuições:

- i. Elaborar o Plano de Trabalho do GT de Formação, com o respectivo cronograma das ações;
- ii. Executar ações formativas sobre o Novo Ensino Médio nos polos formativos, compostos pelos Núcleos Territoriais de Educação da Bahia, atendendo à BNCC e aos Itinerários Formativos das áreas do conhecimento e da Educação Profissional e Tecnológica - EPT;
- iii. Executar ações formativas para as escolas-piloto sobre os temas integradores do currículo para toda a Rede Estadual.

5.5 GT de Infraestrutura e Recursos

Composição:

- i. Um representante da Assessoria de Planejamento e Gestão;
- ii. Um representante da Coordenação de Ensino Médio;
- iii. Um representante da Superintendência de Gestão da Informação;
- iv. Um representante da Coordenação de Legalização e Orientação das unidades escolares;
- v. Um representante da Coordenação Executiva de Infraestrutura da Rede Física;
- vi. Um representante da Coordenação de Articulação de Projetos para a Educação;

- vii. Um representante da Superintendência de Recursos Humanos da Educação;
- viii. Um representante da Superintendência de Planejamento Operacional da Rede Escolar;
- ix. Um representante da Coordenação de Alimentação Escolar;
- x. Um representante da Coordenação de Carga Horária;
- xi. Um representante da Coordenação de Gestão Organizacional e Tecnológico.

Atribuições:

- i. Elaborar um Plano de Trabalho do GT de Infraestrutura e Recursos Humanos, com o respectivo cronograma das ações;
- ii. Realizar levantamento de custos financeiros e gerenciais, associados às mudanças necessárias para a implementação do Novo Ensino Médio;
- iii. Modernizar os sistemas da SEE, principalmente o Sistema de Gestão Escolar (SGE) e SEC Online - Programação e Provisão, para atender às novas matrizes curriculares do Novo Ensino Médio e à provisão de professores para atendimento aos Itinerários Formativos das áreas do conhecimento e da Educação Profissional e Técnica (EPT) das escolas-piloto;
- iv. Requalificar o Programa de Transporte Escolar e contratos de serviço de transporte nos municípios das escolas-piloto para atendimento aos ajustes para a ampliação da carga-horária;
- v. Adequar a alimentação das escolas-piloto;
- vi. Avaliar as estruturas físicas das escolas-piloto e, caso necessário, executar reformas, reparos, e ressignificar espaços pedagógicos, em atendimento aos currículos flexíveis do Novo Ensino Médio;
- vii. Realizar estudos para a provisão de professores em atendimento aos Itinerários Formativos das áreas do conhecimento e da Educação Profissional e Técnica (EPT) das escolas-piloto;
- viii. Encaminhar junto à Coordenação de Legalização e Orientação (CLO) das unidades escolares, o credenciamento de instituições parceiras para a oferta de unidades curriculares dos Itinerários Formativos (propedêuticos e EPT).

5.6 GT de Comunicação

Composição:

- i.** Dois representantes da Assessoria de Comunicação da Secretaria da Educação (ASCOM/SEC);
- ii.** Dois representantes do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB);
- iii.** Dois representantes da Coordenação de Ensino Médio - CEM/ SUPED;
- iv.** Um representante da Assessoria de Comunicação do Instituto Anísio Teixeira (ASCOM/IAT).

Atribuições:

- i.** Elaborar o Plano de Trabalho do GT de Comunicação com o respectivo cronograma das ações;
- ii.** Elaborar materiais de divulgação para publicizar as informações acerca da implementação do Novo Ensino Médio;
- iii.** Criar página no Portal da Secretaria Estadual de Educação com informações sobre o Novo Ensino Médio.

6 A ARQUITETURA CURRICULAR DO NOVO ENSINO MÉDIO DA BAHIA

6.1 Formação Geral Básica e Parte Flexível do Currículo

O DCRB Bahia teve o Ato aprovado pelo Conselho Estadual de Educação da Bahia na 1163ª Sessão Extraordinária do Conselho Pleno, em 25 de março de 2022. O Conselho Pleno foi composto por uma Comissão Especial e o documento foi aprovado com algumas recomendações no Parecer, como instrumento norteador para a (re) elaboração dos currículos pelas redes públicas e privadas do Estado da Bahia. A FGB, alinhada à BNCC, é composta por todas as Áreas de Conhecimento e pelos seus respectivos Componentes Curriculares. Faz-se necessário destacar que os Componentes Curriculares das Áreas sejam desenvolvidos de forma integrada, interdisciplinar e/ou transdisciplinar. Assim, recomenda-se, que as competências, habilidades das Áreas de Conhecimento e os Objetos de Conhecimento dos Componentes Curriculares dialoguem entre si.

A SEC manteve todos os componentes da BNCC, mas, por causa da redução do tempo letivo de 800 horas para 600 horas, houve o redimensionamento da carga horária de todos os componentes que contemplam a Formação Geral Básica.

Tabela 1: Distribuição da carga-horária da FGB e Parte Flexível da Matriz Curricular do Tempo Parcial

DIAS LETIVOS: 200	SEMANAS LETIVAS: 40	DIAS SEMANAIS: 05	HORÁRIOS DIÁRIOS DE AULAS		CARGA-HORÁRIA DE AULA: 50 MIN / DIURNO 45 MIN / NOTURNO	
FORMAÇÃO GERAL BÁSICA/ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR - BNCC	Área de Conhecimento	Componente Curricular	1ª. Série		2ª. Série	
			Nº h/a.	CH* Anual	Nº h/a	CH* Anual
	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	2	80	2	80
		Educação Física	1	40	1	40
		Arte	1	40	1	40
		Inglês	2	80	1	40
	Matemática e suas Tecnologias	Matemática	2	80	2	80
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Química	1	40	1	40
		Física	1	40	1	40
		Biologia	1	40	2	80
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	História	1	40	1	40
		Geografia	1	40	1	40
		Filosofia	1	40	1	40
		Sociologia	1	40	1	40
	SUBTOTAL (FGB)			15	600	15
PARTE DIVERSIFICADA/ FLEXIBILIZAÇÃO	Projeto de vida e Cidadania		2	80	2	80
	Iniciação Científica		2	80	2	80
	Produção e Interpretação Textual		2	80	2	80
	Eletiva I		2	80	2	80
	Eletiva II		2	80	-	-
	Para Além dos Números		-	-	2	80
SUBTOTAL (Flexibilização)			10	400	10	400

Quanto à arquitetura do Novo Ensino Médio na rede estadual da Bahia, destacamos que, na organização curricular de todos Itinerários Formativos da Educação Integral em tempo integral, há a oferta do currículo de 7 horas e 9 horas diárias, diferenciando apenas a carga horária dos componentes curriculares.

Conforme a Lei nº 13.415 de 2017, a carga horária total da base comum do ensino médio é de 1.800 horas, sendo 600 horas ao ano. Visando cumprir a carga horária diária do tempo integral, foram feitas adequações dos Itinerários de forma a não prejudicar nenhuma área ou componente curricular.

6.2 Preparação para os Itinerários Formativos do Ensino Médio Tempo Parcial (EMTP)

A primeira série do Ensino Médio representa o início de grandes desafios para os/as estudantes. Nessa fase, além de precisarem lidar com um maior número de disciplinas, professores/as e temas complexos, os/as discentes passam a se preocupar com o vestibular, ENEM, carreira, futuro, ou seja, precisam lidar com importantes escolhas, ao mesmo tempo em que suas atividades sociais são intensificadas. A complexidade desse período escolar se evidencia em pesquisas que apontam que, das três séries cursadas no Ensino Médio, é na 1ª série que ocorre maior índice de evasão escolar e repetência.

Uma das principais mudanças do Novo Ensino Médio diz respeito à flexibilização curricular, materializada por Itinerários Formativos que podem ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares. Apesar da SEC Bahia optar por oferecer Itinerários Formativos apenas na 2ª e 3ª séries, a flexibilização curricular, para cumprimento das 1.200 horas exigidas, inicia-se já na 1ª série, quando os estudantes têm a oportunidade de escolher aqueles Componentes Curriculares Eletivos que mais se aproximam dos seus desejos e anseios. Além disso, os estudantes terão a possibilidade de cursar percursos formativos que dialogam com temáticas contemporâneas e com o seu projeto de vida.

Além do Componente Eletivo, a ser criado pelas escolas, os/as estudantes cursarão outros 5 (cinco) componentes na parte flexível do currículo durante a 1ª série do Ensino Médio. São eles:

Tabela 2: Componentes da Parte Flexível da 1ª série do Tempo Parcial

Nome do Componente	Carga-horária
Projeto de Vida	40
Leitura e Escrita do Mundo	80
Para Além dos Número	80
Iniciação Científica	80
História e Cultura Indígena, Africana e Indígena	80
Eletiva	40
Total	400

Cada um dos componentes acima deverá, obrigatoriamente, dialogar com dois Eixos Estruturantes dos Itinerários Formativos: Processos Criativos e Investigação Científica.

Não obstante à escolha da SEC, por uma questão de organização curricular e preocupação em garantir o desenvolvimento de habilidades na fase em que os/as estudantes estão iniciando a jornada do Ensino Médio, uma vez atendendo essa determinação, as escolas têm a liberdade de ampliar o diálogo dos componentes com os demais Eixos Estruturantes: Mediação Intervenção e Sociocultural e Empreendedorismo.

O componente curricular “Projeto de Vida” será oferecido desde a 1ª série do Ensino Médio, tendo continuidade ao longo da 2ª e da 3ª série. Autoconhecimento e Identidade, Responsabilidade Social, Mundo do Trabalho e Formação Intelectual serão os macrotemas desenvolvidos ao longo das três séries, com o objetivo de ajudar o/a estudante a dar sentido à sua existência, tomar decisões, planejar o futuro e agir no presente com autonomia e responsabilidade.

Os componentes “Leitura e Escrita do Mundo”, “Matemática para Além dos Números” e “Iniciação Científica” se conectam com conhecimentos que podem funcionar como pontes de aprendizagens para todas as Áreas do Conhecimento e até mesmo com a Formação Técnica e Profissional. Já o Componente “História e Cultura Indígena, Africana e Afro-brasileira” dialoga com a Lei nº 11.639/2003, que inclui no currículo da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira, e com a Lei nº 11.645/2008, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a temática História e cultura Afro-brasileira e Indígena.

É importante destacar que esses componentes, além do Componente Eletivo, a serem ofertados pelas escolas nas turmas de 1ª série, têm por objetivo integrar e aprofundar as aprendizagens relacionadas às Competências Gerais da BNCC, aos conhecimentos específicos das Áreas de Conhecimento e/ou à Formação Técnica e Profissional e aos Eixos Estruturadores e Temas Integradores do DCRB. Com isso, ficam respaldados todos os processos de ensino e de aprendizagem que promovam a formação integral dos/as estudantes, apoiando-os, continuamente:

- no desenvolvimento da autonomia e de seus processos criativos, elementos importantes para o planejamento e execução dos seus projetos de vida;
- na apropriação de valores universais de uma sociedade democrática, como ética, liberdade, laicidade, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade;
- no desenvolvimento de habilidades que permitam ter uma visão de mundo ampla e heterogênea para tomar decisões e agir nas mais diversas situações das práticas sociais.

Um dos principais pontos de mudança do Novo Ensino Médio diz respeito à liberdade de escolha dos/as estudantes por temas, aprendizagens e vivências de seus interesses de modo a ampliar e diversificar seus repertórios de conhecimento, levando-os a uma conexão com seu projeto de vida.

De forma genérica, conceitua-se “Componentes Eletivos” como unidades curriculares com carga horária pré-definida, cujo objetivo é desenvolver

competências específicas, seja da Formação Geral Básica, seja dos Itinerários Formativos (BRASIL, 2018). Segundo consta na legislação do Novo Ensino Médio, “as redes e escolas podem escolher criar unidades que melhor respondam aos seus contextos e às suas condições, como projetos, oficinas, atividades e práticas contextualizadas, entre outras situações de trabalho”. (*op. cit*)

É importante que as Unidades Escolares, ao construírem propostas de componentes Eletivos, façam isso a partir de instruções específicas da Secretaria de Educação que nortearão toda a Rede. Vale destacar que a SEC, através dos Redatores do Currículo, bem como instituições parceiras, elaborou o Catálogo de Componentes Curriculares Eletivos e disponibilizou às Unidades Escolares da rede estadual para que sirva de referência para o planejamento e desenvolvimento destes componentes.

Seguem algumas eletivas que compõem o Catálogo de Componentes Curriculares Eletivos da SEC:

Tabela 3: Componentes Eletivos do Catálogo de Eletivas

COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS	Eu Escritor	Consumidor Consciente Empreendedor Eficiente
	1+1 é mais que 2	¡Bienvenidos a la Bahia de San Salvador_língua espanhola para o turismo e hotelaria
	Empreendendo	¡Luz, câmara, accion! Imagem, música e movimento nas aulas de espanhol
	Robótica	Protagonismo estudantil para o enfrentamento do racismo
	Aventuras em série	Práticas Investigativas e Produções Científicas
	Studio plantas	Introdução à Ciência de Dados tornando me um detetive moderno
	Cinecríticos	Inteligência Artificial, a divertida mente das máquinas

6.3 Os Itinerários Formativos para o Ensino Médio Tempo Parcial (EMTP)

Os Itinerários Formativos são conjuntos de componentes curriculares ofertados pelas unidades escolares com o objetivo de possibilitar ao estudante aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos

ou para o mundo do trabalho. Os Itinerários estão organizados por área do conhecimento ou Itinerários Integrados.

O DCRB, Volume II, Etapa Ensino Médio, será implementado em 2023 e nele constam, para a oferta do Ensino Médio de Tempo Parcial, 04 Itinerários Formativos (IF), contemplando as 04 Áreas de Conhecimento. Cada um dos 04 IF se desdobra em duas possibilidades de aprofundamento, perfazendo um total de 8 possibilidades de Itinerários de Área. Além dos Itinerários exclusivos das Áreas de Conhecimento, o DCRB, para a oferta do Ensino Médio de Tempo Parcial, apresenta ainda 6 alternativas de Itinerários Formativos Integrados, com a integração de duas Áreas de Conhecimento, o que possibilita arranjos combinatórios entre as 4 Áreas.

Nas tabelas 4 e 5, apresentadas a seguir, são apresentadas a estrutura dos Itinerários Formativos de Área e dos Itinerários Formativos Integrados.

Tabela 4: Estrutura dos Itinerários Formativos das Áreas de Conhecimento - Ensino Médio de Tempo Parcial

Componentes Curriculares	Carga-horária
Obrigatório da Área de Conhecimento	120
Componente de Aprofundamento	80
Componente de Aprofundamento	80
Projeto de Vida	80
Eletiva	40
Total	400

Tabela 5: Estrutura dos Itinerários Formativos Integrados – Oferta de Ensino Médio de Tempo Parcial

Componentes Curriculares	Carga-horária
Obrigatório de integração de duas Áreas de Conhecimento - 1	120
Obrigatório de integração de duas Áreas de Conhecimento - 2	80
Obrigatório de integração de duas Áreas de Conhecimento - 3	80
Projeto de Vida	80
Eletiva	40
Total	400

As Unidades Escolares deverão escolher, entre os Itinerários propostos pela SEC, àqueles que ofertarão de acordo com os critérios que serão disponibilizados pela SEC e com o número de turmas da Unidade Escolar. As escolas-piloto receberam recursos para realizar adaptações nos espaços pedagógicos, bem como adquirir equipamentos e instrumentos para a implantação dos Itinerários Formativos.

Para as escolas não piloto da rede estadual foi criado o Programa Itinerários Formativos, instituído através da Portaria MEC nº 733/2021, com a finalidade de coordenar a implementação do Novo Ensino Médio, por meio de apoio técnico e financeiro às redes para a implantação dos Itinerários Formativos e contribuir com o desenvolvimento do Projeto de Vida do jovem, a sua formação integral e a inserção no mundo do trabalho.

As Unidades Escolares Estaduais do Campo, Quilombolas, Indígenas e Educação de Jovens e Adultos - EJA ofertarão Itinerários Formativos, atendendo às especificidades de cada modalidade, após a realização da Consulta Pública do Volume 3 do DCRB - Modalidades de Ensino.

Quanto à Educação Integral em Tempo Integral e Educação Profissional e Técnica Nível Médio, serão ofertados 05 Itinerários Formativos Específicos, sendo 04 para atender as 4 Áreas de Conhecimento e 01 Itinerário Integrado Transdisciplinar.

No Ensino Médio Noturno, a escolha dos estudantes ocorrerá por meio dos Componentes Eletivos.

Portanto, o ano de 2022 será um período de preparação das Unidades Escolares da rede estadual para a Implantação dos Itinerários Formativos em 2023. A SEC Bahia apoiará as UEE na implantação destes Itinerários através de encontros formativos, reuniões virtuais e, principalmente, através do Plano de Formação Continuada, do Plano de Comunicação e da implantação do Sistema de Gestão da Educação - SIGEduc.

6.4 A arquitetura do Ensino Médio de Tempo Integral

No cenário de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a premissa da educação integral dos sujeitos é retomada enquanto um

compromisso com a formação dos/as estudantes. As discussões sobre educação integral têm histórico espaço no Estado da Bahia consubstanciado na figura do educador baiano Anísio Spínola Teixeira, que se tornou importante personagem na história da educação brasileira.

No âmbito das produções bibliográficas, Anísio Teixeira foi pioneiro nas discussões sobre educação integral, educação básica pública, preparação do cidadão para a vida em democracia, fortalecimento da escola e sobre educação superior e autonomia universitária. Durante sua trajetória, dentre inúmeras ações, no período entre 1947 e 1950, uma de suas iniciativas mais importantes como Secretário de Educação e de Saúde foi a construção do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, popularmente conhecido como Escola Parque, localizada na Caixa D'água, em Salvador, fundada em 1950. A Escola Parque fez parte de um grandioso projeto que consolidou a Educação Integral na educação brasileira.

O legado de Anísio Teixeira à educação extrapola os limites territoriais e assumiu de vez um espaço filosófico que permeia até hoje o pensamento de uma escola plural e para a vida em democracia, alicerçada em parâmetros que dialogam com a contemporaneidade na perspectiva da formação dos sujeitos em sua integralidade. A perspectiva de educação de Anísio prevê uma educação que atenda a todos e todas a despeito dos marcadores sociais. Em 1936, no livro Educação para a Democracia, Anísio já reforçava a importância da escola enquanto ambiente de socialização “Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública”. Uma escola que substituísse a instrução e transmissão de conhecimento por construção coletiva dos saberes e ensino dialógico. No intuito de que a escola deixasse de ser feita pela e para a elite, e se voltasse para seus iguais, dando início a uma sociedade mais justa e igualitária, uma vez que para ele a educação não era só produto de mudanças, mas sua geradora.

Importante situar que a figura de Anísio Teixeira nos debates sobre Educação Integral no Estado da Bahia precede a BNCC e o Novo Ensino Médio no contexto da formação integral dos sujeitos no país, de um modo geral, e na Bahia, em específico.

A Educação Integral em Tempo Integral se baseia na concepção de uma educação integral que garanta uma formação que concebe o sujeito em sua integralidade em respeito aos aspectos cognitivos, afetivos, sociais, históricos, culturais, além de atuar na perspectiva da ampliação do tempo na escola. A educação em tempo integral é uma pauta histórica da educação brasileira, tendo em vista sua centralidade para os movimentos sociais e os movimentos de mulheres ao se inserir em um contexto de ampliação da perspectiva de educação a partir da expansão de tempos e espaços escolares, como também dado às necessidades concretas de existência, tendo em vista as demandas da classe trabalhadora.

Há de se destacar, também, os debates sobre juventudes e escola no país, que compreende a necessidade de um olhar voltado às culturas juvenis e suas contribuições para o currículo escolar. Para além do currículo prescrito, é em uma educação contextualizada, a partir das identidades e culturas juvenis, que se encontram as possibilidades de uma escola mais atrativa.

A expansão dos tempos e espaços educativos preconizados pela educação integral em tempo integral, aliado ao respeito às identidades e culturas juvenis, aos arranjos produtivos locais, às contribuições da comunidade escolar e seus respectivos territórios de identidade, está para a escola enquanto possibilidade de estreitar os vínculos dos/as estudantes com a escola e, em decorrência disto, possibilitar o protagonismo juvenil e uma possível redução da evasão, ao passo que os/as jovens estudantes serão os/as protagonistas do seu processo de aprendizagem e autores dos seus projetos de vida, além da melhoria do clima escolar e, conseqüente, sentimento de pertencimento.

Neste contexto, é mister trazer as ideias freirianas para compor o arcabouço teórico da Educação Integral em tempo integral tendo a figura do educador não mais aquele que apenas educa, mas o que é educado. E também, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Nesse sentido, ambos se tornam sujeitos no processo ensino e aprendizagem em que crescem juntos, numa relação de confiança e liberdade. Segundo Paulo Freire, ninguém educa ninguém, como ninguém se educa a si mesmo, as pessoas se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. Sendo as escolas de Tempo Integral espaços de mais oportunidades de práticas de aprendizagens e vivências, é fundamental entender o ato de educar

como uma relação dialógica e de cumplicidade entre educador e educando favorecendo uma educação afetiva, ética e crítica-reflexiva. Assim, a educação deve ser um ato amoroso que valoriza e acolhe as aprendizagens.

Se esta relação afetiva entre educadores e educandos não se estabelece, é ilusório querer acreditar que o sucesso do educar será completo. Se os educandos não se envolvem, não se interessam pelos conteúdos apresentados pelo educador, poderá ocorrer algum tipo de fixação dos conteúdos, mas certamente não ocorrerá nenhum tipo de aprendizagem significativa que contribua para a construção do seu projeto de vida. O objetivo do trabalho do educador é a aprendizagem dos educandos, para que a aprendizagem aconteça são necessários muitos fatores, vontade de aprender, metodologia do educador, entre outros. No entanto, a relação afetiva é um fator preponderante nesse processo.

Considerando que a escola é um universo complexo de interações múltiplas e inter-relacionadas, é necessário entender como os alunos, professores e gestores percebem os pontos fortes, frágeis e suas necessidades. O clima escolar positivo, um melhor desempenho dos estudantes, maior participação profissional dos professores e gestores, assim como a manutenção de um ambiente saudável, possibilitam a promoção do bem-estar de todos os que na escola convivem.

Nesse sentido, o clima escolar representa uma variável importante para uma educação de qualidade. A escola é percebida como um bom clima quando apresenta: boas relações entre as pessoas; um ambiente de cuidado e confiança; qualidade no processo de ensino e de aprendizagem; espaços de participação e de resolução dos conflitos de forma dialógica; proximidade dos pais e da comunidade; uma boa comunicação; a sensação de que as regras são justas; além de um ambiente estimulante e apoiador, em que os alunos se sintam seguros, apoiados, engajados, pertencentes à escola e respeitosamente desafiados.

6.4.1 Educação Integral no Estado da Bahia

A Educação Integral em Tempo Integral se instaura como política pública na Bahia em 2014, através da Portaria nº 249/2014, quando se implementa o Programa de Educação Integral, que propõe a formação humana integral em tempo integral, com o objetivo de promover o desenvolvimento humano e social dos/das

estudantes, por meio da ampliação da jornada escolar paralela à diversificação do universo de experiências educativas, articulada com as áreas do conhecimento e as mais variadas formas de aprendizagens.

A criação do Programa de Educação Integral em Tempo Integral no Estado da Bahia, em 2014, ofertava para o Ensino Fundamental carga horária de 8 horas e, para o Ensino Médio, carga horária de 9 horas diárias. Contudo, dado o pleito de estudantes, professores/as e pais/responsáveis, em 2019, o Estado passou a ofertar também desenho curricular de 7 horas diárias, tanto para o Ensino Fundamental quanto para o Ensino Médio.

A oferta do tempo integral atualmente é regida pela Lei Estadual nº 14.359, de 26 de agosto de 2021, que instituiu o Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira, em homenagem ao educador baiano já citado. É neste aparato legal que se consubstanciam os pleitos das escolas de tempo integral e prevê, entre outros aspectos: aporte financeiro; infraestrutura; alimentação escolar; alteração do porte das escolas; e a constituição de uma Rede Colaborativa. Esta, por sua vez, visa a troca de experiências entre as escolas de tempo integral e os programas e projetos da Secretaria da Educação.

A política de educação integral em tempo integral no Estado da Bahia é ainda delineada a partir dos planos decenais da educação, tanto o nacional quanto o estadual. O Plano Nacional de Educação (PNE) é considerado por Dourado (2016) como o epicentro das políticas educacionais, não à toa é ele quem direciona os planos estaduais e do Distrito Federal para execução das metas e estratégias da gestão da política educacional. Ambos, tanto os planos estaduais e nacional, estabelecem diretrizes quanto às taxas de escolas em tempo integral, quantitativo de estudantes a serem atendidos e a garantia de condições necessárias à permanência dos estudantes matriculados nesta oferta.

No âmbito do Estado da Bahia, podemos citar também a inserção da oferta do tempo integral no Plano Plurianual (PPA), que é o documento que orienta as diretrizes para a execução da política pública estadual. Além de trazer a concepção de educação integral - que concebe o sujeito em sua integralidade -, ele versa sobre a oferta de tempo integral. Assim, podemos identificar as seguintes categorias: a expansão da educação em tempo integral; a garantia de infraestrutura para essas escolas; e a oferta de alimentação de qualidade.

Os programas e projetos estratégicos da Educação constituem uma categoria de ação composta por um conjunto de atividades que implementam políticas educacionais, buscam a reestruturação dos processos e gestão pedagógica, a diversificação e inovação das práticas curriculares e, como consequência, a melhoria das aprendizagens em especial, em se tratando de uma concepção de formação integral.

O diálogo entre esses projetos possibilita a diversificação do universo de experiências proporcionadas pelas escolas e uma maior articulação com o currículo, subsidiando o trabalho pedagógico e as aprendizagens dos estudantes. Citamos alguns desses programas e projetos:

a) Programa Bolsa Presença: tem por objetivo apoiar financeiramente as famílias dos estudantes cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico e assegurar a permanência dos alunos nas atividades letivas, articulando com a Política de Assistência Social que prima a proteção social.

b) Programa Ciência na Escola: tem por objetivo promover a popularização da Ciência e o fortalecimento da Educação Científica por meio de projetos desenvolvidos por estudantes e educadores da rede pública estadual da Bahia.

c) Programa Universidade para Todos (UPT): visa o fortalecimento das aprendizagens e a preparação dos estudantes concluintes e egressos da rede estadual, para os processos seletivos de ingresso ao ensino superior.

d) Programa Educação Ambiental e Saúde na Escola: A Educação Ambiental como conjunto de processos permanentes e continuados de formação individual e coletiva.

f) Projeto Conexões: tem por objetivo incentivar o aprendizado nas escolas estaduais a partir da difusão de conteúdo audiovisual articulado à proposta pedagógica das escolas.

g) Jogos Estudantis da Bahia - JEB: objetiva fortalecer e promover a cultura corporal no currículo da Educação Básica.

i) Projetos para as Juventudes: Transformaê, Grafitaê tem por objetivo potencializar a produção científica, artística, literária, cultural e social da unidade escolar com a participação dos estudantes e da comunidade local.

j) Centros Juvenis de Ciência e Cultura (CJCC): objetiva promover a ampliação da jornada escolar e a diversificação do currículo dos estudantes a partir dos

seguintes pilares: i. o estudante é autor da sua jornada; ii. aprender é divertido; iii. a escola é conexão; iv. o conhecimento é transmídia.

k) Escolas Culturais: tem por objetivo fomentar ações que promovam o encontro entre o projeto pedagógico de escolas públicas e as experiências culturais em comunidades locais e nos diversos territórios.

l) Projetos Estruturantes: Artes Visuais Estudantis (AVE), Festival Anual da Canção Estudantil (FACE), Tempos de Arte Literária (TAL), Educação Patrimonial e Artística (EPA), Dança Estudantil (DANCE), Canto Coral (ENCANTE), Produção de Vídeos Estudantis (PROVE), Festival Estudantil de Teatro (FESTE) e Fanfarras Escolares (FE): tem por objetivo principal o protagonismo das juventudes para a arte e a cultura.

m) Programa Mais Futuro: é um programa de assistência estudantil, criado pelo Governo do Estado, para garantir a permanência dos estudantes que se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica, nas universidades públicas estaduais (UNEB, UEFS, UESB e UESC).

Os programas e projetos estratégicos proporcionam a diversificação da práxis pedagógica para todas as ofertas e modalidades da rede e podem dialogar com qualquer área do conhecimento do currículo escolar, em virtude das suas características criativas, inovadoras e transdisciplinares, desde que haja a devida intencionalidade pedagógica. Essas ações podem e devem permear o fazer pedagógico em consonância com as linguagens das juventudes. A escola deve proporcionar aos estudantes ações e iniciativas para a promoção do protagonismo juvenil com a criação de uma cultura de engajamento e tomada de decisões com a introdução de valores como empatia, cooperação e respeito às diferenças.

As ações dos programas e projetos poderão abordar, a partir dos pressupostos abaixo citados, temas abrangentes e contemporâneos como: saúde, meio ambiente, sexualidades, gravidez na adolescência, gêneros, racismo, vida familiar e social, tecnologias digitais, consumo, educação financeira, educação fiscal, educação para o trânsito, diversidade cultural, educação ambiental, exibição de filmes de produção nacional integrado à proposta pedagógica da escola, promoção de saúde e prevenção de doenças, redução de resíduos sólidos e demais temas de relevância que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo

juvenil voltados para a formação cidadã, o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

As políticas públicas para juventude no estado da Bahia têm avançado de forma significativa. O Estatuto da Juventude, Lei 12. 852/2013, tem sua eficácia no cenário político e pedagógico do ensino público baiano através dos Programas e Projetos Estratégicos da Educação. A efetivação das diretrizes por meio destes programas e projetos vem contribuindo para uma construção de juventude cidadã, onde os jovens baianos atuam nas escolas com diversas ações que os tornam protagonistas e valorizam suas habilidades contribuindo para aprendizagens mais significativas, multidimensionais, inter e transdisciplinares e multimodais.

Vale ressaltar que os direitos dispostos no Estatuto da juventude, como direito à diversidade, à igualdade, ao esporte e lazer, à cultura, à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil, são direitos contemplados nos pressupostos pedagógicos da Educação Integral em Tempo Integral. Da mesma forma que a legislação contempla os direitos dos jovens, a proposta pedagógica da educação integral é de ampliar esses direitos a um conjunto efetivo de políticas públicas educacionais, sobretudo por meio da filosofia de educação integral que traz a omnilateralidade enquanto cerne.

A conversação entre os projetos auxilia o trabalho pedagógico das escolas e as aprendizagens dos estudantes, apoiam as famílias, asseguram a permanência nas atividades letivas e incentiva a participação da comunidade escolar, além disso, busca dar subsídios aos jovens que vivem em vulnerabilidade social.

6.4.2 Perspectivas de currículo

Várias teorias têm se lançado a compreender o currículo, sobretudo no que os teóricos do tema têm chamado de Teoria Crítica e Teoria Pós-Crítica. Além de estender nossa compreensão dos processos de dominação, os legados das teorias críticas não podem ser facilmente negados. Ambas nos ensinaram, de diferentes formas, que o currículo é uma questão de saber, identidade e poder.

Com as teorias críticas, aprendemos que o currículo é uma construção social como qualquer outra, como bem sinaliza Silva, 1990, p 148:

[...] o Estado, a nação, a religião, o futebol... Ele é o resultado de um processo histórico. Em determinado momento, através de processos de disputa e conflito social, certas formas curriculares - e não outras - tornaram-se consolidadas como currículo. É apenas uma contingência social e histórica que faz com que o currículo seja dividido em matérias ou disciplinas, que o currículo se distribua sequencialmente em intervalos de tempo determinados, que no currículo esteja organizado hierarquicamente... é também através de processo de intervenção social que certos conhecimentos acabam fazendo parte do currículo e outros não.

Não obstante e levando como referência os documentos orientadores para a construção do currículo das escolas de tempo integral, é perceptível que, enquanto a sociedade passa por diversas transformações, o currículo passa nestas mesmas condições, e dessa reflexão emerge inquietações para nos responder a não mais quais conhecimentos são válidos e, sim, quais conhecimentos são considerados válidos.

O questionamento nos remete a uma reflexão bem mais profunda que nos propõe a inquietação. Dar uma resposta ao ora questionado, é reconhecer a capacidade da liquidez, que no dizer de Bauman (2000), estamos todos imersos, como sociedade e, por consequência, os relacionamentos, as possibilidades midiáticas, transitórias e furtivas que o processo de globalização nos impõe enquanto sociedade, tendo impactos decisivos em democracias, nos processos econômicos, na vida de pessoas e comunidades, em grande parte promovendo a segregação e a expropriação social.

Tais demandas da contemporaneidade, no que se refere ao currículo, nos remetem à amplitude de discussões em que os princípios se direcionam para um pensamento baseado no sujeito, numa percepção das individualidades, da cultura e das identidades, direcionando o conhecimento a pensar não só as condições sociais, mas também aos princípios étnicos e multiculturais, buscando trazer o cotidiano para a sala de aula (SILVA, op. cit., p.85).

Nessa perspectiva, é preciso lançar um olhar integrador para este instrumento que conduz as aprendizagens formais que é o currículo. Traçá-lo, no dizer de Simonini (2015), é tecer num caminho e um roteiro de vida, é se comprometer como territórios de subjetivação a definirem o que deve ser sonhado, pensado e atuado como possibilidade individual e coletiva, e mais é manter um diálogo com as intencionalidades do século XXI.

[...] que nasceu sob a marca da emergência de novas tecnologias e da mudança de valores de consumo. Nas fábricas norte-americanas, em especial, o conceito de eficiência passou a ganhar importância, principalmente diante dos resultados econômicos provenientes de metodologias tayloristas e fordistas de controle do tempo, do desempenho e, conseqüentemente, da produtividade dos trabalhadores. Por sua vez, essas políticas de eficiência transbordaram também para a arena educacional, trazendo à baila questionamentos sobre a efetiva produtividade das escolas e seu conseqüente papel frente às exigências do mercado capitalista (SIMONINI, 2015)

Não há dúvidas que hoje a perspectiva curricular pede uma construção teórico-metodológica embasada na inter-relação entre princípios, fazendo que o objetivo principal seja a aprendizagem dos/das estudantes, não forçada, mas em diálogo com seus conteúdos cotidianos, percebendo o conhecimento não como uma teoria abstrata e distante, porém de uma forma integrada e voltada para os seus, é sobretudo reconhecer a grandeza das diferenças locais, regionais e nacionais, individuais, coletivas e plurais.

Nesse caminho, inevitável é lançar mão de uma estrutura que se dialoga a fim de dar significação às aprendizagens e resposta às demandas da contemporaneidade, como nos sinalizou Nietzsche (1996, p.21 *apud* SIMONINI, 2015), que currículo é devir, trazendo a baila o conceito que atribui a esta última categoria, como aquilo tudo o que sucede, todo movimento, todo devir, considerados como fixação de graus, de forças - como uma luta. Não obstante, em prejuízo de outras propostas verdadeiras, mas aquelas capazes de considerar a realidade, não é um valor estático, porém um processo em movimento que não se congratula com qualquer propósito de atingir a certeza de um “mundo-verdade”. Como disserta Miguel Arroyo (2011):

[...] o campo do conhecimento sempre foi tenso, dinâmico, aberto à dúvida, à revisão e superação de concepções e teorias contestadas por novas indagações que vêm do real. Quando os currículos se fecham a essa dinâmica do próprio conhecimento terminam presos a conhecimentos superados, passados de data, de validade. Quando se abrem às indagações, vivências postas na dinâmica social, se enriquecem, revitalizam. Há tantos conhecimentos vivos pressionando, disputando o território dos currículos. (p. 38)

Assim sendo, e levando em consideração que os currículos geralmente compõem territórios a estabilizarem um caminho, uma direção e uma segurança, acompanhar devires que os atravessam significa, por sua vez, seguir os estranhamentos, as dúvidas e incertezas que brotam entre as verdades concebidas e entre os roteiros planejados.

Porém, ainda retomando Simonini (2015), é importante advertir que acompanhar os devires de uma dinâmica curricular não significa rejeitar conhecimentos, abolir tradições ou desqualificar o que foi construído enquanto acúmulo de saber. Contudo, não se podendo negar a necessidade de um campo de coerência a enlaçar conhecimentos e valores socialmente compartilhados, não se deve igualmente ignorar que reduzir a realidade ao que é conhecido e estável pode ser um conforto perigoso. Portanto, a concepção de currículo adotada parte de pressupostos pedagógicos, abaixo descritos.

6.4.3 Pressupostos Pedagógicos da Educação Integral

Partindo da formação integral dos sujeitos, das competências gerais da Educação Básica, os pressupostos pedagógicos que balisam a Educação Integral em Tempo Integral no Estado da Bahia são: o protagonismo juvenil; os Projetos de Vida dos estudantes; a Formação omnilateral; as práticas e expressões artísticas, corporais e culturais como prática curricular; trabalho como princípio educativo; cuidado de si, do outro e dos espaços comuns; a pesquisa como princípio pedagógico; o protagonismo das juventudes; relações étnico raciais; gêneros e sexualidades; o território como *lócus* de aprendizado; na interlocução entre a Educação Básica e a Educação Superior.

Antes de dissertar sobre cada um dos pressupostos acima citados, faz-se necessário entender sobre qual público estamos falando. Partindo da concepção de uma educação contextualizada, é preciso ainda voltar os olhos para as identidades das juventudes do nosso Estado, ao passo que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - PNAD, do ano de 2018, 81,1% da população baiana se autodeclara negra (pretos e pardos de acordo com o conceito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Assim, faz-se necessário cumprir o que determinam as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que preconizam a

obrigatoriedade da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas instituições formais de ensino de forma inter/transdisciplinar.

Em se tratando especificamente do currículo da Educação Integral em Tempo Integral no Estado da Bahia, todos os componentes curriculares deverão desenvolver uma diversidade de atividades didático-pedagógicas articuladas ao currículo, permitindo a sua adequação à realidade escolar e aos projetos de vida dos/as estudantes, que podem se materializar em diversos formatos, tais como clubes de leitura, clubes de ciências, projetos, seminários, grupos de estudo, oficinas, laboratórios, minicursos, estações dos saberes.

As ações devem ser articuladas de forma transdisciplinar com outros componentes curriculares ou com outros programas e projetos da escola ou da Secretaria da Educação, com o objetivo de ampliar conhecimentos relevantes e pertinentes, oferecendo diversas temáticas de interesse geral que possam dialogar com interesse dos/as estudantes e a promoção de atitudes, gerando reflexão crítica e autônoma.

A garantia dos direitos fundamentais para as crianças e os adolescentes enquanto pessoa humana tem sua origem na Declaração Universal dos Direitos Humanos desde 10 de dezembro de 1948, subsequentemente foram fortalecidos por outras legislações: Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente (1959), Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990), Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996).

O ECA é o principal regulamento dos direitos das crianças e adolescentes, o seu artigo 1º já apresenta o objetivo do estatuto, garantir a proteção integral à criança e ao adolescente, assim como aplicar as Medidas Socioeducativas cabíveis nos casos de atos infracionais previstos no Estatuto.

Diante disso é importante apresentar que a criança e o adolescente como sujeitos de direito têm prioridade no que tange às políticas públicas baianas, assim a Educação instaurada no Estado da Bahia desde de 2014 promove uma educação integral em tempo integral que garante os direitos humanos e fundamentais de crianças e adolescentes no que tange a responsabilização do Estado no âmbito escolar e educacional segundo a preconização da CRFB e da LDB, tendo em vista

o processo das aprendizagens que envolve as crianças e os adolescentes através dos programas e projetos estratégicos da educação.

6.4.4 Formação Omnilateral dos Sujeitos

A Educação Integral em Tempo Integral se pretende na disruptura da lógica de uma escola unilateral, destarte a educação omnilateral dos sujeitos é um conceito base para a lente da formação humana. “Essas dimensões envolvem sua vida corpórea, material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico” (FRIGOTTO, 2012). O conceito de Educação Integral dialoga ontologicamente com a concepção de educação omnilateral, as quais partem do princípio de uma formação que respeite o ser humano nas dimensões objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento, quer seja sua relação com as condições materiais reais de vida, quer com seus aspectos culturais, socioeconômicos, cognitivos, afetivos e identitários.

6.4.5 Práticas e expressões artísticas, corporais e culturais como prática curricular

Em consonância com a competência 4 da BNCC, “Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural”, compreende-se aqui que as manifestações artísticas corroboram para a interpretação e produção de novos códigos, para a constituição das identidades individuais e coletivas, assim como para a formação cidadã e para a vida em democracia e em aspectos relacionados ao senso estético, à relação entre cultura, arte, trabalho, ciências e relações sociais.

Importante partir das manifestações artísticas do ponto de vista local, a partir dos territórios de identidade e suas diversas expressões, e do ponto de vista global. As linguagens artísticas e manifestações culturais devem estar diretamente imbricadas ao currículo, de acordo com as práticas que incorporem a apreciação e análise de obras em suas diversas expressões. As linguagens artísticas devem partir das suas expressões aliadas à alfabetização estética dos/das estudantes,

visto que a Arte possui conteúdo historicamente sistematizado e contextualizado no seu tempo e espaço.

As manifestações culturais dos Territórios de Identidade e os saberes populares deverão dialogar com o currículo e as linguagens artísticas, assim como ao acesso aos bens culturais enquanto direito das juventudes, na medida em que se configura como fator emancipatório e civilizatório. Desta forma, a cultura de um povo constrói a identidade do cidadão, assim como nos diz Tomaz Tadeu da Silva (1999), o currículo é documento de identidade.

O Estatuto da Juventude que, também, assegura ao jovem o direito à cultura em seu art. 21, preconiza que: o jovem tem direito à cultura, incluindo a livre criação, o acesso aos bens e serviços culturais e a participação nas decisões de política cultural, à identidade e diversidade cultural e à memória social, isso, dentro da sociologia da educação discutida por Bourdieu (1998) se constitui como capital cultural, que reúne os saberes e conhecimentos da educação formal.

Não obstante, as produções de cultura nos espaços não formais de educação/aprendizagens também se constituem capitais culturais, permitindo que o indivíduo se ressignifique e transite nos espaços socioculturais. O artigo 22 do Estatuto da Juventude descreve uma série de capitais culturais, definidos como direitos culturais da juventude e que compete ao poder público assegurá-los.

Os capitais culturais contribuem de forma eficiente e efetiva em uma educação reflexiva, cidadã e inclusiva. Entre eles está, garantir ao jovem a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais. A (s) apropriação(ções) do sujeito em relação a(s) sua(s) capacidade(s) de produção cultural o possibilitará entender a multiplicidade e a diversidade dos saberes.

Assim como, incentivar os movimentos de jovens a desenvolver atividades artístico-culturais e ações voltadas à preservação do patrimônio histórico constitui-se de grande importância. O Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, conhecida como Lei Rouanet, lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, é uma importante ferramenta no fomento a cultura e as produções culturais, apoia, promove, estimula, e difunde os bens culturais materiais e imateriais que remontam a história da sociedade brasileira.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN define e contextualiza a magnitude da educação patrimonial ressaltando o enfoque

interdisciplinar e a cultura que denota pluralidade de ações, pensamentos, manifestações, produtos, signos, formas, descobertas e socialização, estrutura-se como um universo a ser (re) descoberto, a cada dia, ela permeia como um elemento que catalisa o desenvolvimento, arquiteta a ação humana por meios da agregação de múltiplos conhecimentos.

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (BRASIL, s/a)

Para o IPHAN o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades, principalmente com aulas expositivas, do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade, pertencimento e cidadania.

A educação integral em tempo integral tem por objetivo uma educação reflexiva, inclusiva, cultural, holística e que contribui com o indivíduo em seus processos formativos, identitários, culturais e sociais, dessa forma, a lei da cultura e o estatuto da juventude respaldam o contexto socioeducativo proposto pela lei estadual nº 14.359 de 26 de agosto de 2021 que instituiu o Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira que contempla um currículo diverso, vivo, cultural, social, inter/transdisciplinar na perspectiva da educação em tempo integral.

A educação é uma forma de dialogar com o mundo, (re) estabelecer relações de aprendizagens, constituindo-se como um capital cultural. Diante disso, ressalta-se que as experiências culturais integram a formação política, social e econômica das juventudes corroborando com as aprendizagens e com o protagonismo juvenil.

É importante apresentar que a Constituição Federal de 1988 advertiu a preciosa importância da cultura para sociedade brasileira, acompanhando, inclusive, o processo evolutivo, dentro da história brasileira, acerca dos conceitos de cultura e patrimônio cultural, anteriormente restritos e tratados superficialmente na Constituição Federal de 1934 (pela primeira vez) e na Constituição Federal de 1937.

6.4.6 O trabalho como princípio educativo

Assumir o conceito de trabalho como princípio educativo requer a ideia da integralidade dos sujeitos anunciada pela formação integral e educação omnilateral, tendo em vista o aspecto central do trabalho e suas múltiplas possibilidades visando a preparação para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho.

O trabalho como princípio educativo ganha nas escolas a feição de princípio pedagógico, que se realiza em uma dupla direção. Sob as necessidades do capital de formação da mão de obra para as empresas, o trabalho educa para a disciplina, para a adaptação às suas formas de exploração ou, simplesmente, para o adestramento nas funções úteis à produção. Sob a contingência das necessidades dos trabalhadores, o trabalho deve não somente preparar para os exercícios das atividades laborais para educação profissional nos termos da lei em vigor, mas também para a compreensão dos processos técnicos, científicos e histórico-sociais que lhe são subjacentes e que sustentam a introdução das tecnologias e da organização do trabalho. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012, p.750).

Desta forma, a dimensão profissional do processo formativo se assenta na superação da concepção tecnicista fundada na construção de competências meramente técnicas e utilitárias para a empregabilidade, mas, ao contrário, na formação omnilateral de pessoas humanas e sociais, sujeitos de direitos capazes de intervir no mundo do trabalho e na sociedade.

Assim, a proposta curricular baseia-se na articulação com os projetos de vida do/da estudante, bem como no desenvolvimento de atividades de iniciação científica, educação tecnológica, linguagens artísticas, culturais, desportivas, as vivências e práticas socioculturais e políticas, a afirmação dos direitos humanos, a sustentabilidade, preservação do meio ambiente e a promoção da saúde.

Essa relação integrada e integradora deve propiciar a formação plena do/da estudante e possibilitar construções intelectuais mais complexas para a intervenção consciente e crítica na realidade e a compreensão do processo histórico de construção do conhecimento (BRASIL, 2012).

6.4.7 O cuidado de si, do outro e dos espaços comuns

O cuidado de si, do outro e dos espaços comuns, a partir de uma dimensão socioeconômica e relacional do indivíduo, se insere enquanto peça fundamental na formação humana. Assim, parte-se do pressuposto de que o cuidado de si, do outro e dos espaços comuns está *pari passu* a uma formação humana integral em que o sujeito deve ser visto em sua condição holística.

A escola, como espaço de diversidade e pluralidade, assume o relevante papel de ser o *lócus* da promoção de uma educação para a paz enquanto estado social de dignidade onde tudo possa ser preservado e respeitado, permitindo que os/as estudantes e profissionais da educação vivenciem esses princípios, contribuindo para um clima escolar harmonizado que favoreça o desenvolvimento de habilidades voltadas para a convivência democrática e cidadã na escola, no território e na sociedade.

A escola não pode desvincular o cognitivo do afetivo, a formação integral dos estudantes perpassa pelas interações afetivas como solidariedade, empatia, resiliência, cidadania, cooperação, entre outras. Prezando pela afetividade a escola proporciona um ambiente de autoestima, acolhimento e confiança fundamentais para o desenvolvimento da aprendizagem e ressignificação das relações interpessoais mais equilibradas dentro do espaço escolar.

De acordo com a pedagogia afetiva, o desenvolvimento das competências socioemocionais é um passo assertivo para assegurar uma atmosfera saudável e propícia para promover a equidade, valorizar a diversidade e construir espaços de convivência democráticos e comprometidos com a responsabilidade na relação de um para com o outro.

Na perspectiva da escola enquanto *lócus* com uma integralidade que atenda não apenas às demandas da contemporaneidade, mas de um porvir, onde se entrelaçam as identidades culturais e econômicas visando um desenvolvimento sustentável, contínuo e responsável, na perspectiva do local para o global, que se conectam e interconectam através do fazer humano.

6.4.8 A pesquisa como princípio pedagógico

Partindo do pressuposto de que as juventudes são produtoras de culturas, de ciência e que a curiosidade é uma característica inerente ao ser humano, é necessário conceber a pesquisa enquanto princípio pedagógico em que o cerne deste pressuposto seja o letramento científico para a prática social cotidiana, que vise a aquisição dos conhecimentos sistematizados e a produção de outros.

Importante que esse pressuposto educativo compreenda a concepção da pesquisa em todos os componentes curriculares e áreas do conhecimento. Considere, reconheça e valorize os saberes populares e os territórios educativos não só o conhecimento historicamente sistematizado.

A concepção de pesquisa enquanto pressuposto pedagógico implica no emprego dessas características na sociedade vinculada aos interesses coletivos, aos arranjos produtivos locais e ao Território de Identidade. Vale ressaltar que a premissa da pesquisa, enquanto princípio pedagógico, perpassa também pelo contexto do/da professor/a pesquisador/a e da pesquisa enquanto constituinte dos princípios pedagógicos da instituição. O contato com a pesquisa desde a educação básica pode propiciar aos/às estudantes o interesse pela pesquisa, além do compromisso social, interconectando conhecimento e prática, revestindo de significado os pressupostos teóricos e, sobretudo, destituindo os entraves que separam escola, comunidade e território assim como conhecimento sistematizado e popular.

6.4.9 O protagonismo das juventudes

A escola é uma instituição que intensifica os paradoxos impostos às juventudes quando não considera suas contribuições ao fazer pedagógico. Dayrell e Gomes (2009) ressaltam que, ao desconsiderar os jovens no presente, a escola perde a contribuição da experiência juvenil. Diante deste cenário, reforçar a participação das juventudes nos processos criativos, na mediação e intervenção sociocultural e no fazer pedagógico da escola contribuem para um ambiente mais atrativo para as juventudes.

A participação dos jovens na educação escolar é fundamental para sua inserção no mundo do trabalho, para a vida em democracia, para o exercício da cidadania. Quando tratamos de protagonismo juvenil na educação, precisamos considerar neste processo uma educação permanente, continuada e global, voltada para a mudança cultural. Uma educação em valores, e não apenas instrução, ou seja, não se trata de transmissão de conhecimentos. Esses sujeitos, da comunidade escolar são os que fazem a escola e, por esta razão, precisam estar engajados para que as articulações se efetivem dentro e fora deste espaço de aprendizagem. Não há como ignorá-los, rever a organização escolar e curricular, o que ensinamos, como ensinamos. Adotar pedagogias mais participativas, reconhecendo os estudantes como sujeitos da ação educativa.

Ainda, quando citado na introdução deste texto, compreendemos que, para cumprir ao que dispõe uma educação contextualizada e em diálogo com as culturas juvenis, é preciso conhecer as características das juventudes do nosso estado que estão inseridas nas condições de vida experienciadas pelos sujeitos aqui retratados seja quanto à faixa etária, etnia, gênero ou orientação sexual, por exemplo.

Ainda mais quando os estudos mais recentes sobre juventudes consideram esse grupo etário diverso e mesmo tratando aqui do ambiente escolar, é fundante que a escola dialogue com as culturas juvenis tendo em vista aproximar os estudantes das discussões pedagógicas, da participação em espaços decisórios na própria escola estimulando assim o sentimento de pertencimento àquela comunidade. Vale também ressaltar as juventudes enquanto protagonistas da sua formação, considerando a urgência de metodologias ativas de aprendizagem, a educação entre pares, as subculturas juvenis e a cultura *maker* em voga na era digital.

Viver nesta era digital impõe aos indivíduos novas necessidades de aprendizagem e impacta diretamente na relação entre a juventude e o conhecimento. Incluir-se nesse contexto, requer posturas mais ativas e colaborativas tanto dos estudantes como dos educadores. O tema ganhou grande ênfase com a homologação da BNCC e tem revelado grandes desafios ao cenário educacional.

A complexa tecnologia dos meios de comunicação digitais permite disseminar informações entre diversos contextos culturais de forma muito veloz e eficaz.

Ambientada por tais tecnologias, as pessoas experimentam a sensação de estar em vários lugares simultaneamente, entre presença física e presença a distância. Santaella (2013) define estes espaços como multidimensionais e alia este conceito a dois outros: o de hipermobilidade, que se refere mobilidade no ciberespaço potencializada pelos dispositivos tecnológicos e ao de ubiquidade, que a autora explica ser uma espécie de onipresença, ou seja, a capacidade de estar em vários lugares ao mesmo tempo. Segundo a autora, estes espaços multifacetados favorecem a disseminação do conhecimento.

No entanto, a disponibilidade desses conhecimentos na rede não significa que os mesmos estão ao alcance de todos. Beber dessas fontes e se movimentar dentro desse ciberespaço, além de se ter acesso a dispositivos específicos, exige também um preparo e uma imersão dos sujeitos a novas formas de letramentos, que incluam o estudo dos novos gêneros textuais contemporâneos caracterizados pela miscelânea de linguagens, mídias e tecnologias (Rojo, 2013). Para tanto, as práticas educativas precisam acompanhar essa evolução e equilibrar as formas tradicionais de ensino com metodologias que priorizem a investigação e a experimentação, aliadas às novas tecnologias, uma vez que estas já estão inseridas em diversas situações e ações do cotidiano e constituem a identidade juvenil.

A Cultura Digital articula-se com todas as áreas do conhecimento (SANTAELLA, 2012) e sua inserção ao currículo contribui para construção de ações colaborativas que favorecem a inclusão e a participação crítica dos jovens na cibercultura. Reconfigurar as práticas pedagógicas, conforme o cotidiano marcado pelas tecnologias digitais é propiciar espaços formativos com aporte nas vivências dos jovens e também conceber novos jeitos de aprender, tanto dentro quanto fora do espaço escolar, e conseqüentemente fortalecer o protagonismo desses sujeitos.

6.4.10 O foco no projeto de vida dos/as estudantes

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) o Projeto de Vida do estudante diz respeito ao planejamento quanto às perspectivas possíveis para os jovens, como também, ter em vista a continuidade dos estudos no ensino médio, fato este que potencializa a escola enquanto ambiente para a vida em

democracia, como espaço formador, acolhedor, visando o exercício da democracia e da participação social e política.

Nessa direção, no Ensino Fundamental – Anos Finais, a escola pode contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio. Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser no futuro, e de planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social (BRASIL, 2017, p.62).

O Projeto de Vida deve corroborar para que o (a) estudante reflita sobre aonde quer chegar na vida, levando em consideração as relações históricas que o configuram, suas crenças, seus valores pessoais e o seu autoconhecimento, de modo a possuir uma visão clara do seu passado, presente e futuro e ter consciência do mundo em que vive e das relações que o cerca, sempre em busca de uma vida melhor. (ProEI, 2014, pág. 75).

O Projeto de Vida comporta a potencialidade de desenvolver as competências socioemocionais em uma lógica de aprendizagem que suscita o uso de metodologias ativas, uma vez que a apropriação teórica desse campo do desenvolvimento humano é mais difícil. O exercício da escuta, os registros autobiográficos, a observação crítica da realidade, a identificação dos limites e das potencialidades existentes em si e no território, a observação desperta dos sonhos, ambições e desejos e dos mecanismos necessários para transformar os sonhos em realidade, tudo isso deve estar presente no trabalho curricular com o Projeto de Vida.

A competência geral que trata do Projeto de Vida, na BNCC, nos apresenta o vínculo do projeto de vida com a liberdade, autonomia, criticidade e responsabilidade. Para o desenvolvimento dessa competência, ao longo da educação básica, são apresentadas as sub-dimensões da determinação, esforço, auto eficácia, perseverança e auto avaliação. Ainda no texto da BNCC, encontramos um claro apontamento para a organização da escola em atenção ao acolhimento das diversidades que as juventudes trazem, bem como a um percurso formativo que, observando diferentes percursos e histórias, faculte aos sujeitos da

aprendizagem a definição dos seus Projetos de Vida, em âmbito individual e coletivo.

Demarcando ainda o campo privilegiado de fortalecimento do protagonismo juvenil e da construção de identidades, que o Projeto de Vida deve ocupar, convidamos os profissionais da educação a reconhecerem seus estudantes como detentores de saberes, formas de sociabilidade e práticas culturais, aproveitando esse singular momento do desenvolvimento humano, entre o final do ensino fundamental e o início do ensino médio, para fomentar a construção do “eu”, para estimular a autonomia, para encorajar nossas juventudes a se prepararem para ir além do que, muitas vezes, se acredita e se credita a elas. Não devemos desperdiçar a extraordinária potência que guardam as juventudes de construir identidades. É mais do que oportuno, portanto, que possamos mover o currículo na direção da construção de Projetos de Vida que inspirem as juventudes a caminhar na direção dos seus desejos e sonhos alicerçados em bases éticas, democráticas e humanistas.

6.4.11 O território como locus de aprendizado

É importante afirmar que todo território é político, visto que o espaço que pode ser apropriado por um sujeito social implica em relações de poder e em processo de construção territorial e identidade, pois

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da resistência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre os quais ele influi. Quando se fala em território, deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS, 2003)

Para compreender um território, é preciso relacioná-lo ao conceito de identidade, que é justamente o sentimento de pertença dos sujeitos que constroem dinamicamente um lugar, através de trocas culturais constantes, manifestadas na língua, nas crenças, nos costumes, na arte e que veicula um espírito próprio e singular (COELHO, 2008), como também conceber que:

O território é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. (BAHIA/SEPLAN)

A Educação Integral em Tempo Integral corrobora com o exposto no Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013, p.10 e 11), o qual compreende o território enquanto espaço de integração para os jovens. Os 27 Territórios de Identidade do Estado da Bahia possuem rica diversidade cultural, social, política, ambiental, artística e econômica. Isto posto, as propostas educativas devem considerar os Territórios de Identidade do Estado enquanto política pública e enquanto educadores. A oportunidade educativa de incluir o território no projeto pedagógico da escola contribui para mapear os territórios e os seus saberes, reduzir os muros entre escola e comunidade, e reforçar a função social da escola.

O território educador pode contribuir ainda para a construção do projeto de vida do/da estudante, pois

Assim como a identidade, a elaboração de um projeto de vida também é fruto de um processo de aprendizagem. Cabe nos perguntar: em que medida nossas ações educativas estão contribuindo para que os jovens possam se conhecer melhor, conhecer os limites e as possibilidades do seu meio social e assim melhor se capacitarem para elaborar os seus projetos? (DAYRELL; GOMES, 2019, p.13 2009).

O território educador pode contribuir em uma dupla perspectiva nos aspectos de identidade: 1) identidade coletiva da comunidade; e 2) identidade e protagonismo juvenil. Assim, compreende-se que o fortalecimento da identidade coletiva dentro dos territórios de identidade contribui para a construção da identidade juvenil, tanto individual do/a jovem quanto coletiva do território. Para tanto, entende-se a necessidade de educar e aprender no território, para o território e com o território.

6.4.12 A organização curricular

Os itinerários formativos da educação integral em tempo integral são:

- 1) Itinerário de Linguagens e suas tecnologias (7h e 9h);
- 2) Itinerário de Matemática e suas tecnologias (7h e 9h);
- 3) Itinerário de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (7h e 9h);
- 4) Itinerário de Ciências da Natureza (7h e 9h);
- 5) Itinerário Integrado Transdisciplinar.

Em todos itinerários há a oferta do currículo de 7h diárias e de 9h diárias, sendo que a única diferenciação se dá na carga horária dos componentes curriculares. (Ver currículo do itinerário). E ainda, a parte comum têm 600h de base, conforme a Lei nº 13.415 de 2017 a carga horária total para a base comum no ensino médio é de 1.800 horas, portanto a carga horária de cada série do ensino médio é de 600 horas e para cumprir a carga horária diária do tempo integral as adequações foram feitas na carga horária dos itinerários de forma a não prejudicar nenhuma área ou componente curricular.

Em todos os itinerários formativos têm-se três componentes curriculares comuns (Iniciação Científica, Intermediação Social e Pensamento computacional) e três estações de saberes (uma voltada à área do conhecimento, uma voltada ao território de identidade e uma voltada ao diálogo transdisciplinar).

6.4.13 Estações dos saberes

As ESTAÇÕES DOS SABERES fazem parte do rol das metodologias chamadas ativas, que se propõe a repensar os lugares dos professores e estudantes, transformando o encontro em torno de práticas de ensino-aprendizagem criativo, interessante, produtivo e transformador para todos os envolvidos. Uma ESTAÇÃO DE SABERES cria a oportunidade da construção autônoma, coletiva e cooperativa de saberes, conhecimentos e práticas.

Nesse sentido, afastando-se da concepção de educação bancária, enunciada por Paulo Freire, em que o professor centraliza a transmissão de conhecimento, partindo unicamente do que para ele é considerado relevante no processo de ensino-aprendizagem. Ao contrário, o que se quer com as ESTAÇÕES é o aprendizado a partir da disponibilização de materiais (livros, fichas de estudo, roteiros de aprendizagem, objetos, pessoas convidadas ou líderes em determinado

assunto, materiais de laboratório, etc.), tecnologias da informação (dispositivos tecnológicos fixos e móveis, internet) e de atividades práticas (jogos, oficinas pedagógicas em torno de um tema, de situação-problema e de uma técnica esportiva ou artística, rodas de conversa, etc.).

Nessa concepção de trabalho pedagógico, o estudante assume uma atitude mais ativa e o professor funciona como orientador das atividades, interferindo o mínimo possível no caminho de aprendizado do estudante. Desta forma, oportuniza-se através das ESTAÇÕES tanto o trabalho cooperativo a partir de grupos, formado por estudantes com diferentes níveis de aprendizado, quanto a pesquisa, o questionamento de todo e qualquer conhecimento, saber ou prática social, o aprendizado significativo no ritmo, quase sempre diferenciado, de cada estudante.

6.4.14 Possibilidades de trabalho nas estações de saberes

Na medida em que as ESTAÇÕES DE SABERES se colocam como o espaço-tempo mais dinâmico na organização pedagógica, é muito importante que turmas que participem das estações se organize de forma multiseriada partindo da premissa de um aprendizado em cooperação, tanto entre os estudantes quanto entre professores e estudante e a fim de oportunizar o trabalho em grupo.

Pode-se eleger ainda o planejamento do trabalho pedagógico nas estações a partir da pedagogia de projetos, elegendo um eixo temático, privilegiando experimentações, vivências, aprendizados e trocas em torno dos projetos desenvolvidos em cada área do conhecimento.

Nessa perspectiva, o planejamento das ESTAÇÕES torna-se crucial e, em certo aspecto, muito mais trabalhoso do que a dinamização das ESTAÇÕES em si. Nesse caso, cada equipe deve planejar atividades de pesquisa, práticas e ações pedagógicas, sempre em grupo, que se relacionem com a etapa do projeto desenvolvido e que envolvam a criatividade, o prazer e o aprendizado cooperativo entre os estudantes. Deve-se planejar também os materiais que envolvem cada ESTAÇÃO e os espaços que a escola precisará disponibilizar para a realização de cada uma delas. Além da possibilidade de diálogo com os programas e projetos

estratégicos da Secretaria, da escola partindo sempre da premissa do diálogo com as culturas juvenis e os interesses dos estudantes.

O tempo de cada estação também deve ser pensado no planejamento, de acordo com os objetivos de ensino-aprendizagem que estão sendo trabalhados. Dessa forma, dependendo da ESTAÇÃO, a duração pode ser de uma semana, mais de uma semana, um mês, um trimestre ou um ano inteiro, sempre tendo em vista o fato de que ela deve ser um momento significativo de desafio, criatividade e aprendizado para os estudantes.

6.4.15 As estações de saberes podem ser

- **Experimentos didáticos:** a equipe planeja atividades que envolvam experimentações (aprender fazendo) em torno de uma situação-problema. O ideal, neste caso, é que os estudantes sejam desafiados a criar situações-problema, questionamentos e resoluções de problemas em torno de uma etapa do desenvolvimento do projeto pedagógico em curso.
- **Roteiros abertos de pesquisa:** a equipe planeja passo a passo, sempre na perspectiva do aprendizado aberto, a partir da orientação dos professores, a pesquisa e o aprofundamento do que está sendo abordado em determinada etapa do desenvolvimento do projeto pedagógico.
- **Oficinas:** a equipe planeja vivências e execução de atividades em equipe, que oportunizem a construção coletiva de saberes. Possibilidade de se trabalhar, para além dos saberes convencionais, saberes corporais, cênicos, musicais, de campos ou culturas pouco valorizadas na escola (mestres de saberes tradicionais, mestres de ofícios).
- **Jogos:** a equipe planeja jogos didáticos adequados ao que se está trabalhando nos projetos. Neste caso, também é possível planejar oficinas em que os estudantes criam jogos, utilizando raciocínio lógico, intuitivo, corporal, emocional, etc.
- **Práticas pedagógicas em torno do diálogo (RODAS DE CONVERSA):** a equipe planeja espaços para o aprendizado dialógico, através de rodas de conversa, por exemplo. Essa metodologia é muito importante para se trabalhar a subjetividade e construção identitária dos estudantes. Como a perspectiva é do trabalho

descentralizado da figura do professor, é possível com o tempo que os mediadores das rodas sejam os próprios estudantes, além de parceiros convidados para participar da roda. As práticas dialógicas reencenam a maiêutica socrática, metodologia de ensino do filósofo grego antigo Sócrates em que os saberes afloram a partir de perguntas aparentemente simples, porém marcadas pela perspicácia. Ou seja, o estudante é incitado a duvidar, a questionar e a construir ideias, conceitos, saberes e práticas por ele próprio e, simultaneamente, em grupo.

• **Outras atividades que envolvam a construção coletiva de saberes:** as ESTAÇÕES DE SABERES são uma oportunidade para as equipes usarem a criatividade e criarem práticas de ensino-aprendizagens inovadoras. Exemplos de ESTAÇÕES DE SABERES colhidas das propostas das equipes docentes por área do conhecimento: Produção de Fanfics; Círculos de Leitura; Jogos Matemáticos; Experimentos Científicos; Corpo e Movimento; Fotografando Vidas; Experimentação Musical; Colhendo Poesias; O Fascinante Planeta Terra: nossa casa; Tecnologias, desafios e conexões, etc.

Resumindo, as **ESTAÇÕES DE SABERES** devem:

- Ter a duração que os objetivos de ensino-aprendizagem requeiram delas, podendo durar uma semana, mais de uma semana, um mês, um trimestre ou um ano inteiro;
- Ser composta por atividades desafiadoras que envolvam a criatividade, o aprendizado prazeroso e construção coletiva do conhecimento baseada na autonomia do estudante;
- Ter caráter transdisciplinar, tanto dentro de uma mesma área do conhecimento quanto entre as diferentes áreas do conhecimento.

6.4.16 Como os professores orientadores devem interagir com os estudantes nas estações

Tendo em vista tudo o que foi exposto acima, os professores que estão nas diversas ESTAÇÕES devem atuar como parceiros dos estudantes no processo de construção coletiva do conhecimento. Nesse sentido, o professor sai do centro das

atividades e coloca-se ao lado dos estudantes, oportunizando junto a eles a construção de conhecimento. O educador, nesse caso, converte-se no professor-aprendiz, construído enquanto remetente da instigante Carta de Paulo Freire aos professores (2001).

6.5 Organização curricular do itinerário da formação técnica e profissional

Na elaboração dos seus currículos, a educação profissional da Rede Estadual da Bahia dialoga dialeticamente com as concepções gerais e específicas dos estudos do campo do currículo no Brasil, ao reconhecer as enunciações elaboradas por Macedo (2012), que apresenta o currículo como instituinte de sentidos, como enunciação da cultura, como espaço indecível em que os sujeitos se tornam atores por meio de atos de criação. Reconhecemos que o currículo não é um campo neutro de interesses que disputam a formação dos sujeitos. Havendo inclusive que se considerar a face oculta da escola, no interior das relações sociais marcadas pelas desigualdades sociais e econômicas, Enguita (1989).

É neste sentido que se faz a defesa da concepção de currículo integrado elaborado pelo campo da educação profissional, especificamente. Entendendo o currículo integrado na perspectiva das contribuições de Ramos (2014), que apresenta uma sistematização do processo de elaboração curricular integrada, partindo do trabalho como princípio educativo, que concebe o desenvolvimento do conhecimento a partir das relações que o homem estabelece com a natureza e com os outros homens; da filosofia da práxis enquanto princípio filosófico e epistemológico, que concebe o real como um todo estruturado que se desenvolve e que se cria permanentemente; e da pedagogia histórico-crítica como princípio pedagógico "que tem a categoria modo de produção como fundamento e sentido da educação" (RAMOS, 2014).

O processo de elaboração de um currículo integrado constitui-se como um trabalho coletivo orientado pelo movimento pedagógico no sentido de: "i) problematizar fenômenos; ii) explicitar teorias e conceitos fundamentais; iii) situar os conceitos como conhecimentos de formação geral e específica, iv) organizar os componentes curriculares e as práticas pedagógicas" (RAMOS, 2014).

A proposta é que o currículo se organize a partir de situações de aprendizagem definidas pela equipe pedagógica em diálogo com a comunidade escolar. Pela problematização, os conceitos e conhecimentos necessários para a compreensão dos processos, práticas e relações sociais de produção fundamentais de cada área do conhecimento e aqueles que transitam por diversas áreas, estabelecendo-se assim tanto a prática disciplinar específica quanto a interdisciplinar, tanto a formação geral quanto a específica ou técnica. Considera que a definição de tempos e espaços escolares não poderia ser realizada de forma rígida, pois haveria a necessidade de ser definida na forma que melhor atendesse ao desenvolvimento do processo de aprendizagem dos conceitos e conhecimentos, da mesma forma como aconteceria com o processo de avaliação, no qual as "prioridades podem ser conferidas aos respectivos tempos e atividades, sem que, entretanto, isso signifique hierarquizar disciplinas e conteúdos sob o julgamento de seu valor para a formação." (RAMOS, 2014, p. 216)

É nesta relação em que, na educação formal, a formação humana é mediada pelos currículos escolares, e situamos a concepção de eixo tecnológico no desenvolvimento socioprofissional, que para além de uma abordagem técnico-instrumental e de relação estreita com o mercado de trabalho é necessário contemplar conteúdos condizentes com uma formação socioprofissional que são maiores do que a lógica de mercado. A ideia de eixo tecnológico guarda alguma similaridade com os devidos cuidados com relação a especificidade e finalidade, com a noção de linha de pesquisa ou mesmo de área de pesquisa, pensando que ele tem uma linha central em torno da qual se organizam tecnologias similares ou se aproximam e que propiciam inovações tecnológicas próximas, que guardam alguma identidade. (GAMBOA, 2003; MACHADO, 2010; BRONZATE, 2013).

Do ponto de vista da política educacional, coadunamos com a compreensão de que embora as legislações educacionais tenham caráter universal, no tocante às diretrizes curriculares nacionais, são amplas e genéricas e elaboradas de modo a preservar o direito das escolas à autonomia na construção de suas propostas pedagógicas particulares. Sendo a legislação educacional prerrogativa do Estado, e geradora de direitos e deveres universais, que se pressupõem sejam inspirados e fiéis aos interesses públicos, não se pode esquecer, entretanto, de que há um tipo de regulação da educação, que é própria do mercado, envolvendo diferentes

forças sociais, econômicas e políticas, com interesses nem sempre convergentes e consensuais, que também atravessa as linhas traçadas pelo Estado para a regulação da educação, dos sistemas de ensino, instituições educacionais e práticas pedagógicas (MACHADO, 2014).

A organização curricular que orienta a oferta do Itinerário¹ da Formação Técnica e Profissional pela Superintendência da Educação Profissional e Tecnológica - SUPROT, é entendida como uma dimensão essencial que ultrapassa as aplicações técnicas, interpretando a tecnologia como processo educativo e investigativo para gerá-la e adaptá-la às peculiaridades regionais, de maneira crítica, reflexiva e comprometida com o social (BRASIL, 2006). Considera como balizadores da formação profissional a relação dialética entre o trabalho e a educação, que significa pensar o currículo a partir das relações de produção e conseguir trazer essas relações para dentro da escola, como proposta e como prática, organizando-as e sistematizando-as a partir de conceitos, da apropriação de conhecimentos já existentes e produzindo outros. É fazer emergir esse processo e analisar a partir das dimensões que atravessam qualquer processo de produção: ambiental, social, cultural, histórica, política, econômica-produtiva e técnico-organizacional. (RAMOS, 2013).

Para a oferta de cada curso técnico tem-se como referência que a estruturação dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio – EPTNM, a partir do Art. 20 da Resolução CNE/CP 01/2021², implica considerar: *i*) a composição de uma base tecnológica que contempla métodos, técnicas, ferramentas e outros elementos das tecnologias relativas ao curso em questão; *ii*) os elementos que caracterizam as áreas tecnológicas identificadas no eixo tecnológico ao qual corresponde o curso, que compreendendo as tecnologias e os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que alicerçam as tecnologias e a contextualização no setor produtivo; *iii*) a pertinência, a coerência, a coesão e a

¹A compreensão acerca da concepção de itinerário formativo está em consonância com os pressupostos explicitados por Ramos (2008, p. 269), no Dicionário da Educação Profissional em Saúde, a partir do qual se entende, em síntese, que o itinerário formativo no nível macro, refere-se à estrutura de formação escolar. Do modo como se organizaram os sistemas de formação profissional ou do modo de acesso à profissão. Que o princípio da continuidade é próprio do currículo, evitando-se interrupções e repetições de conteúdos e de experiências. Que na coerência e organicidade interna perseguidas no desenvolvimento da educação integral dos trabalhadores mediante itinerários formativos, haja a garantia da organicidade da ação numa política integrada.

²Lei das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Profissional e Tecnológica.

consistência de conteúdos, articulados do ponto de vista do trabalho assumido como princípio educativo, contemplando as necessárias bases conceituais e metodológicas e iv) o domínio intelectual das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico e as áreas tecnológicas contempladas no curso, de modo a permitir progressivo desenvolvimento profissional.

A noção de eixo tecnológico que orienta a organização da oferta e dos currículos da Educação Profissional e Tecnológica considera os estudos realizados por Machado (2014), ao afirmar que, para cumprir, de fato, seu papel de dar identidade aos cursos, os eixos tecnológicos focalizam, especialmente, as dimensões históricas e lógicas do desenvolvimento dos conhecimentos tecnológicos. Essa demanda se estende a outras dimensões, tais como: analisar as especificidades do ensino e das aprendizagens por eixo tecnológico e fazer os inventários das bases tecnológicas dos cursos. Nesta perspectiva, a relação direta entre o eixo tecnológico e a dimensão da ciência, se dá pela incorporação da pesquisa como princípio pedagógico; à efetivação da metodologia da problematização como instrumento de incentivo à pesquisa, à curiosidade pelo inusitado e ao desenvolvimento do espírito inventivo; à interação dialética entre teoria e prática; ao desenvolvimento das práticas de interdisciplinaridade, à realização de contextualizações de modo a favorecer a atualização periódica para acompanhar os avanços científicos e tecnológicos (MACHADO, 2014).

Para a autora, a relação com a dimensão do trabalho se dá pelo significado ontológico do trabalho como princípio educativo, considerando as implicações dessa orientação para objetivos, conteúdos e métodos educacionais; a consequente centralização do processo educativo no sujeito e nas relações sociais, culturais e ambientais do trabalho.

O saber profissional é produto de uma dualidade epistemológica, a ciência e a prática, e, também, por uma dualidade sociocognitiva, representada pelas mentes pragmática e analítica. Que as experiências profissionais para além de condutas pragmático utilitárias, oportunizam uma articulação dialética entre teoria e prática que proporcione a análise e a deliberação conscientes na prática social. Neste sentido, a elaboração dos currículos da formação técnica e profissional da Bahia considera que competências e habilidades vão além de uma lista de comportamentos cognitivos observáveis em contexto escolar de aprendizagem

profissional. Não se trata de negar a especificidade pragmática do trabalho profissional, pois ele visa a resultados que não advêm somente do conhecimento científico que fundamenta e delimita a profissão, mas também não se reduz a automatismos cognitivos gerados e consolidados na experiência (RAMOS, 2014).

Os currículos desenvolvem a integração entre teoria e prática, no sentido de que o trabalho se transforma na prática do conhecimento científico, mediado pela experiência e reflexividade profissional em direção ao desenvolvimento intelectual dos/as estudantes da Rede de Educação Profissional e Tecnológica em todas as suas modalidades e formas de ofertas.

7 ARQUITETURAS CURRICULARES DA FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL

As arquiteturas curriculares dos cursos da educação profissional e tecnológica têm como referência as regulamentações das legislações federal e estadual: a Lei nº 13.415/2017, a Resolução CNE/CP nº 01/2021, a Resolução CEE/BA nº 172/2017 e a Resolução CNE/CEB nº 02, de 15 de dezembro de 2020, do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). Estas consideram a relação dos 215 cursos, agrupados em 13 eixos tecnológicos; respectivas cargas horárias mínimas; perfil profissional de conclusão; infraestrutura mínima requerida; campo de atuação; ocupações associadas à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO); normas associadas ao exercício profissional; e possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional, de formação continuada em cursos de especialização e de verticalização para cursos de graduação no Itinerário Formativo.

Especificamente, quanto às diferentes cargas horárias a serem consideradas nas formas de ofertas da educação profissional de nível médio, conforme o Art. 26 da Resolução CNE/CP N.º 01/2021, estão descritas a seguir sendo apresentadas também em forma de esquema ³ e organizadores curriculares.

³A representação em forma de esquema dos Caminhos Formativos que serão ofertados a partir da nova legislação do Novo Ensino Médio para a apresentação das formas específicas para incluir a oferta do 5º. Itinerário é uma elaboração do coletivo da SUPROT realizada durante os encontros formativos no ano de 2020

Tabela 6: Ofertas da educação profissional de nível médio

ARQUITETURA CURRICULAR			
Itinerário da habilitação profissional técnica de nível médio integrado			
Formação Geral Básica – Base Nacional Comum Curricular			
COMPONENTES CURRICULARES DA FORMAÇÃO GERAL - 1.800 HORAS			
FORMAÇÃO PROFISSIONAL GERAL E PARA O MUNDO DO TRABALHO			
Eixos estruturantes do Currículo com desenvolvimento de habilidades específicas para cada eixo**			
INICIAÇÃO CIENTÍFICA	PROCESSOS CRIATIVOS	EMPREENDEDORISMO	MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL
Carga horária será definida de acordo com o Eixo Tecnológico de cada Curso.			
PROJETO DE VIDA		120 horas (Máximo)	
FORMAÇÃO PROFISSIONAL ESPECÍFICA			
Componentes curriculares da habilitação profissional de cada eixo tecnológico		800 horas 1000 horas 1200 horas	
ESTÁGIO		140 a 400 HORAS (Mínimo)	
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)		140 horas (Mínimo)	

Fonte: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT).

O organizador curricular do itinerário da formação no Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, desta oferta de curso técnico realizada pela Secretaria da Educação atende ao disposto no Art. 18 da Resolução CNE/CP 01/2021, e no tocante a carga horária ao Art.26 da mesma legislação, que tem por objetivo oferecer oportunidades de estudo para jovens e adultos que finalizaram o ensino fundamental, como forma de elevação da escolaridade, ao cursar o Ensino Médio, juntamente com a formação de um curso que os habilite em uma profissão técnica

de nível médio. Vale salientar que o PROEJA tem como uma das suas finalidades, integrar a educação básica à formação profissional de modo que contribua para a integração socioeconômica de qualidade do coletivo de jovens e adultos, e, nesse sentido, proporcionar a melhoria das condições de participação social, política, cultural e no mundo do trabalho.

7.1 Cursos de qualificação profissional

A carga horária mínima para cada etapa com terminalidade de qualificação profissional técnica, prevista em um Itinerário Formativo de curso técnico, é de 20% (vinte por cento) da carga horária mínima prevista para a respectiva habilitação profissional, indicada no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT, ou em outro instrumento que venha a substituí-lo. Considerando as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica - DCNGEPT, Resolução 01/2021, no Capítulo IV que trata da Qualificação Profissional, incluída a Formação Inicial, destacamos os aspectos indicados no Art. 12 sobre regulamentação desta oferta, especificamente quanto a: *i) § 4º Os cursos de qualificação profissional devem observar as normas gerais da Educação Profissional e Tecnológica na organização de sua oferta e, quando se tratar de aprendizagem profissional, além destas Diretrizes, considerar as normas específicas. ii) § 7º Cabe às instituições e redes de ensino que oferecem Educação Profissional registrar, sob sua responsabilidade, os certificados emitidos nos termos da legislação e normas vigentes. Será observado também o disposto no Art. 13 da mesma Resolução quanto a estruturação de cursos de qualificação profissional que devem considerar, elementos mínimos para sua oferta.*

A representação em forma de esquema dos Caminhos Formativos que serão ofertados a partir da nova legislação do Novo Ensino Médio para a apresentação das formas específicas para incluir a oferta do 5º. Itinerário é uma elaboração do coletivo da SUPROT realizada durante os encontros formativos no ano de 2020.

Os Cursos Técnicos de Nível Médio têm carga horária distinta a depender de cada habilitação profissional, com 800 horas, 1.000 horas e 1.200 horas, conforme Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). Os cursos ofertados

pela Superintendência da Educação Profissional e Tecnológica - SUPROT, seguindo a regulamentação do Art. 26 da Resolução CNE/CP N.º 01/2021, na forma articulada com o Ensino Médio, integrada, na mesma instituição com projeto pedagógico unificado, terão a carga horária que, em conjunto com a formação geral, totalizará, no mínimo, 3.000 (três mil) horas, a partir de 2023, conforme estabelece a Resolução [CEE/BA Nº 68/2021](#), que altera o art. 21 da Resolução CEE/BA N.º 137, de 17 de dezembro de 2019 e dá outras providências - BNCC/EM. Cabe salientar que a carga horária destinada ao estágio profissional supervisionado, quando previsto como obrigatório, em quaisquer das formas de oferta, deve ser adicionada à carga horária mínima estabelecida para o curso.

7.2 Caminhos formativos da educação profissional e tecnológica: 5º itinerário ou formação técnica profissional

A Secretaria da Educação no intuito de garantir oferta de cursos da Educação Profissional e Tecnológica articulada e integrada à Educação Básica parte do pressuposto que os itinerários compreendem caminhos ou um campo de possibilidades formativas, inseridas em sua complexidade socioeducacional, que propicie ao/a estudante múltiplas oportunidades formativas. Neste sentido, há a necessidade de pensar a estruturação do mesmo em que considere a escola, o lugar e o território de identidade enquanto dimensões intrínsecas, em suas relações biosocioeconômicas imbricadas à perspectiva ambiental, populacional, cultural, religiosa, geográfica entre outros campos significativos. Para tanto, esta dimensão maior inserida em um contexto do mundo hodierno instiga pensar o projeto político pedagógico integrado à construção coletiva e democrática da unidade escolar, mas também incluí-lo ao mundo do trabalho.

Desta forma, a escola, o lugar, os territórios tomam dimensão política no projeto pedagógico na ideia de pertencimento, de identidade, na qual a dinâmica e as transformações da técnica e o desenvolvimento de novas tecnologias e os saberes conjugados com o conhecimento científico, no processo educacional, ressignificam as formas de aprendizagem, os métodos e metodologias empregadas no universo escolar. Com isso, importância é dada a categoria “trabalho” na relação com os saberes, as tradições, a cultura e a apropriação do

conhecimento historicamente construído em um contexto de fortes impactos trazidos pela modernidade.

Para tanto, pensar a estruturação de itinerários pressupõe considerar alguns pressupostos que alicerçam a construção de uma arquitetura curricular dinâmica, atualizada e repleta de significado aos/as estudantes, ou seja, inovadora e, ao mesmo tempo, desafiadora proporcionando caminhos ou vieses, rotas, estradas, trechos, ruelas, carreiros... com entroncamentos, encruzilhadas entre outros, no processo pleno de aprendizagem, de encantamento curricular e instigante na aprendizagem por situações-problema em uma metodologia de projetos. Desta forma, o caminho formativo da EPT integrado à Educação Básica leva em consideração estrutura basilar articulada aos pressupostos teórico-epistemológicos da modalidade no intuito de possibilitar formação, na perspectiva de uma escola cidadã ao a) indivíduo e sua inserção/relação com o mundo do trabalho; b) o lugar e o território de identidade; c) a escola; d) a apropriação do conhecimento, dos saberes, das técnicas e ao desenvolvimento das tecnologias; 5) os desafios da educação profissional e tecnológica no século XXI. Outros pressupostos podem ser acrescidos, de acordo com a realidade territorial e baiana, mas pensa-se de modo integrado, complexo, articulado e na relação do indivíduo com a escola, em seu entorno, com o território, o mundo do trabalho globalizado como um todo.

Entendemos que o caminho formativo escolhido pelo/a estudante na educação profissional e tecnológica leve em consideração a problematização da realidade local integrados ao PPP; a articulação das experiências profissionais e saberes técnicos do mundo do trabalho articulados com a escola e, a interconexão entre educação e trabalho por meio dos projetos de vida e inserção profissional. Portanto, na EPT o/a estudante além da leitura de mundo e do trabalho, na perspectiva do eixo tecnológico integrado e articulado à base nacional comum curricular, se apropria com encantamento freiriano de uma escola técnica ou uma unidade escolar de formação multidisciplinar com opções de arte/cultura, projetos estruturantes, metodologias diversas, programas e projetos, atividades de empreendedorismo e inovação, iniciação à pesquisa entre outros com expressão de todos os rostos, cores, gêneros e etnias. Isso traduz o título enquanto ilustração

maior de um esquema e/ou roteiro dinâmico em um campo de possibilidades formativas intitulado *Bahia: Identidades Territoriais*.

Inicialmente, pretende-se que o/a estudante tenha uma leitura de totalidade ao compreender não somente a concepção, mas os diferentes níveis de ensino da Educação Básica à Educação Superior e as formas articulada e subsequente de oferta diferenciadas de cursos de EPT quando de sua matrícula na escola. Com isso, proporciona entender a possibilidade de escolha, de itinerários contínuos e progressivos em um mesmo eixo/curso ou distinto, para certificação parcial ou de habilitação profissional. Portanto, ao compreender a verticalidade dos níveis de ensino e diferentes propostas formativas encadeadas em suas diferentes composições multi e interdisciplinares e de conteúdo transversal, estas indicam opções formativas previstas na legislação e nos documentos infralegais ao considerar certificação de saberes e experiências profissionais; reconhecimento parcial da carga horária do curso de *formação inicial e continuada* do mesmo eixo tecnológico para àqueles que estejam matriculados em cursos do Ensino Técnico Profissional em suas diferentes formas de oferta; e, cursos FIC no formato de aperfeiçoamento e especialização em sua especificidade e/ou similaridade, bem como certificação de saberes e experiências profissionais para qualificação profissional.

O conjunto das experiências e atividades desenvolvidas na Formação do Ensino Técnico Profissional também possuem articulação em parcerias com os movimentos sociais, o setor produtivo, as universidades públicas e privadas, os institutos federais, o Sistema “S”, as secretarias municipais de educação por meio do regime de colaboração, as unidades escolares de formação técnica profissional, entre outros.

O itinerário de Formação Técnica Profissional integrado à Educação Básica compreende três possibilidades: a) a oferta integrada; b) a oferta integrada multidisciplinar; c) a oferta integrada em parceria.

A *oferta integrada* compreende cursos de formação inicial e continuada – FIC em unidades escolares que demandam à SUPROT/SEC a criação dos itinerários e respectivas turmas onde há oferta de EPT consolidada na Rede, ou seja, ensino médio regular; educação integral; EPT em tempo integral; complexos educacionais; pedagogia da alternância; e as demais modalidades de ensino compreendendo/a

estudantes matriculados na mesma escola (CETEP, CEEP, Complexos Educacionais e Unidades Compartilhadas).

Entende-se por *oferta integrada multidisciplinar* a criação de cursos FIC em unidades escolares que demandam à SUPROT/SEC os itinerários de Formação Técnica Profissional considerando-se modelo híbrido na composição das turmas, no contra turno e/outra disposição de temporalidade e local que não seja a escola de origem, possibilitando ao/a estudante de modo eletivo migrar de um ambiente escolar a outro, na mesma cidade ou entorno, quando presencial, e/ou, excepcionalmente, em atividade semipresencial para a realização da qualificação profissional, conforme aprovação do projeto político pedagógico de curso - PPC, considerando-se turmas mistas onde há oferta de EPT consolidada na Rede, ou seja, ensino médio regular; educação integral; EPT em tempo integral; complexos educacionais; pedagogia da alternância; PROEJA e EJA e nas demais modalidades de ensino.

Considera-se *oferta integrada em parceria*, instituições ou organizações que mediante termo de parceria e/ou convênio com uma unidade escolar de EPT da Rede demandem da SUPROT/SEC os itinerários de Formação Técnica Profissional para criação de cursos FIC para oferta esporádica na instituição de destino (parceira): setor produtivo e o Sistema “S”; instituições públicas e privadas de EPT; movimentos sociais e secretarias municipais de educação.

É mister salientar que para a criação do itinerário de Formação Técnica Profissional a unidade escolar solicita autorização da oferta à SUPROT/SEC, no intuito de avaliar as condições de infraestrutura, provimento de professores, laboratórios, equipamentos, insumos e demais condições necessárias para autorização de curso FIC, bem como o processo paulatino de implantação dos itinerários na Rede de acordo com a integralização dos cursos Técnicos e expansão da EPT no estado da Bahia.

8 ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO CURRICULAR REFERENCIAL DA BAHIA (DCRB) - ETAPA DO ENSINO MÉDIO

O Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), etapa Ensino Médio, foi elaborado durante o período de setembro de 2019 a julho de 2021,

pela Equipe de Currículo (articuladores, coordenadores e redatores) do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) de acordo com a Portaria nº 331/2018.

A primeira versão do DCRB foi disponibilizada para Consulta Pública durante o período de 13 julho a 26 de agosto de 2021. Entre os dias 14 e 19 de julho foram realizadas reuniões técnicas com os coordenadores e redatores do DCRB, por área de conhecimento, intituladas “Painéis do DCRB” para apresentar o referido documento e dirimir dúvidas dos professores da Bahia. A segunda versão do DCRB, após as contribuições da Consulta Pública, foi entregue ao Conselho Estadual de Educação - CEE Bahia, no dia 09 de novembro de 2021.

O DCRB do Estado da Bahia apresenta as intencionalidades abaixo descritas:

O estudante é o sujeito concreto, com interesses individuais, que dizem respeito à sua história de vida, aos fatores que o levaram a estar em determinada situação social e que, necessariamente, não foram provocados ou escolhidos por ele. Esta compreensão do estudante contrapõe-se à visão da pedagogia tradicional (que compreende o estudante como ser abstrato, como expressão da essência humana) e complementar à pedagogia moderna, a qual compreende o aluno como ser essencialmente empírico e autônomo, lhes atribuindo a centralidade do processo educativo. Aqui devemos alinhar a compreensão de que, mesmo que sejam dadas ao estudante opções de percursos formativos no decorrer do seu Ensino Médio, especialmente quando tratamos dos Itinerários, é necessário que estes percursos estejam em consonância com o indivíduo que se pretende formar através da escola pública.

O professor é compreendido (e formado) para a compreensão da sua responsabilidade (por ser aquele que planeja as práticas e escolhe as metodologias) a partir de uma intencionalidade pedagógica, comprometendo-se com a assimilação dos conhecimentos historicamente estruturados pelos seus alunos.

A escola é a estrutura formal, a instituição, que viabiliza o acesso aos saberes oriundos dos conhecimentos produzidos pela humanidade, o saber científico elaborado. A escola viabiliza a interação, a orientação, a reflexão acerca da realidade vigente, a humanização.

O conteúdo cultural é prioritário, considerando que o domínio da cultura é o instrumento para a participação das massas populares, pois

[...] se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação. Eu costumo, às vezes, enunciar isso da seguinte forma: o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação. (SAVIANI, 1999, p. 66)

O currículo, por sua vez, deve propiciar o acesso aos conteúdos clássicos, historicamente desenvolvidos pela humanidade, sendo a escola o local formalmente instituído para possibilitar tal acesso. Através do currículo, esses conhecimentos estarão organizados a partir da intencionalidade da ação educativa, que tem como fim primordial o acesso dos estudantes à cultura erudita. Para Saviani (1999), o currículo deve estar a serviço da transformação social. Esta é a sua função precípua.

O DCRB norteará a Implementação do Novo Ensino Médio, nas escolas baianas, orientado por algumas premissas, conforme a seguir:

- a. O projeto de educação, sociedade e de formação do ser humano deve estar afinado com a busca pela transformação social;
- b. A formação das juventudes nas escolas baianas deve propiciar o desenvolvimento de seres humanos omnilaterais; nesse sentido, a escola deve buscar o desenvolvimento dos indivíduos como seres livres e cômnicos do seu papel social;
- c. É tarefa da escola estimular os estudantes a um olhar crítico sobre a sociedade, com vistas à atuação sobre esta;
- d. A escola deve contribuir para a efetiva ampliação das possibilidades de aprendizagem dos estudantes a partir da mobilização de conteúdos e saberes que se interrelacionem;
- e. A escola é o local onde as contradições, relações de poder e os conflitos também se manifestam e precisam de tratamento e mediação;

- f. Não há neutralidade na produção de conhecimentos, considerando que os sujeitos envolvidos são guiados por sua motivação e por sua história;
- g. Ainda que os estudantes do Ensino Médio baiano trilhem percursos formativos diversos, precisam ter as mesmas oportunidades de aprendizagem, independentemente da sua origem social, da sua cor, do seu gênero, do seu local de moradia, de onde se localiza a sua escola ou de outros possíveis marcadores de diferença que se explicitam em cada jovem;
- h. A política de territorialidade baiana deve ser compreendida como possibilidade de enriquecimento das diversas arquiteturas curriculares, que podem se alinhar às especificidades e dinâmicas sociais existentes no Estado;
- i. Considerando que uma parcela significativa dos jovens, com idade entre 15 e 17 anos, não conseguem o sucesso escolar esperado, de acordo com os dados do IDEB, é importante que os currículos considerem as especificidades das juventudes baianas, buscando orientar as escolas para a necessária universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar.

O DCRB está sendo analisado pelo Conselho Estadual da Educação da Bahia e será homologado ainda em 2022 para que seja implementado em 2023. No supracitado documento está a Matriz do Novo Ensino Médio, por isso, a SEC instituiu uma Matriz de Transição para os Estudantes das turmas de 1ª e 2ª séries das escolas-pilotos e para as turmas de 1ª série das demais unidades escolares de rede estadual de ensino, na perspectiva de atender os normativos nacionais.

O Conselho Estadual de Educação da Bahia - CEE, por meio da Resolução nº 68, de 18 de outubro de 2021, alterou o cronograma de implementação do Referencial Curricular do Ensino Médio do Sistema Estadual de Ensino, prorrogando-o para 2023. Dessa forma, os estudantes da 2ª série, das escolas-piloto, continuarão implementando o Novo Ensino Médio, adotando a Matriz de Transição, sem os Itinerários Formativos.

9 ESTUDOS E DIAGNÓSTICOS

9.1 Docentes

A carreira do Magistério Público do estado da Bahia é disciplinada e regida pelo Estatuto do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia, instituído pela Lei nº 8.261 de 29 de maio de 2002. A formação continuada para docentes está delineada e organizada por modalidades e ofertas, atendendo assim as especificidades da Oferta da Educação Integral.

A legislação do **Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira, Lei 14.359/21**, em seu Art. 4º garante a unidade escolar um professor articulador para auxiliar juntamente com a equipe pedagógica: “a equipe pedagógica das Unidades Escolares do Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira poderá ser acrescida de um professor para atividade de articulação da educação em tempo integral”, ainda no Art. 5º da referida Lei, “a programação da carga horária dos integrantes do quadro do Magistério que atuem em Unidades Escolares participantes do Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira será realizada de modo a, progressivamente, ser integralmente cumprida nestas Unidades”. São 23.743 professores que atuam no Ensino Médio.

9.2 Infraestrutura

Na rede estadual, 72% das unidades escolares possuem laboratório de informática, 61% possuem biblioteca, 27% possuem Laboratório de Ciências. Cabe ressaltar o projeto de expansão dos laboratórios nas escolas da rede estadual, já em andamento.

Os laboratórios escolares são de fundamental importância para auxiliar o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes. Os laboratórios podem ser definidos como espaços utilizados por professores e estudantes para desenvolver competências, habilidades e aprofundar conhecimentos, estimular a curiosidade e o interesse nas diversas áreas de conhecimento.

A **Lei N. 14.359 de 26/08/21** no seu parágrafo 3º garante uma infraestrutura compatível com a oferta do Tempo Integral, “as Unidades Escolares selecionadas

terão asseguradas as condições pedagógicas, estruturais, administrativas e financeiras, inclusive para alimentação complementar, necessárias ao desenvolvimento das atividades”.

O Governo do Estado tem construído novas escolas estaduais e mais Complexos Esportivos Educacionais, além da ampliação e reforma de diversas unidades escolares em toda a Bahia. As novas escolas terão infraestrutura completa: salas de aula, quadra coberta, campo society, vestiários, laboratórios, auditórios, biblioteca, refeitório, laboratório de informática e ciências e área de convivência.

9.3 Transporte Escolar

O serviço de transporte escolar é disponibilizado para os estudantes da zona rural ou de difícil acesso. Atualmente, 115 mil estudantes são atendidos em 403 municípios, através do Programa Estadual de Transporte Escolar (PETE), em parceria com as prefeituras que realizam efetivamente o transporte no município.

A Bahia, através do PETE, mantém parceria com os municípios para atender a demanda das escolas de tempo integral para os estudantes que residem na zona rural e nos distritos dos municípios.

9.4 Alimentação Escolar

Toda unidade escolar recebe, mensalmente, uma parcela financeira referente à quantidade de alunos registrados no Sistema de Gestão Escolar (SGE), variando o valor de acordo com a modalidade na qual o estudante esteja matriculado. Atualmente, o aporte financeiro destinado à alimentação escolar é de R\$ 57 milhões de reais, em que 5,5 milhões são advindos de recurso estadual e 52,5 milhões através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) / Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A Educação Integral tem como premissa, a escola enquanto espaço educador em sua plenitude, desta forma, toda atividade realizada dentro deste espaço deve considerar os aspectos pedagógicos, sendo a alimentação um deles. Nesta perspectiva, a alimentação deve ter alguns princípios como variedade,

moderação e equilíbrio, voltados para uma alimentação saudável, que atenda o fortalecimento da soberania alimentar. Infelizmente, não podemos deixar de mencionar que o Brasil recentemente retornou ao mapa da fome, fenômeno que se intensificou, sobremaneira, durante o período mais crítico da pandemia. Diante dessa realidade, muitos estudantes da rede pública estadual, têm na escola a principal e às vezes a única refeição do dia. Frente a essa realidade, o Governo do Estado, durante o ano de 2020, garantiu a complementação alimentar de todos os estudantes da Rede Estadual, por meio do Programa Vale-Alimentação (PVAE). O PVAE beneficiou todos os estudantes matriculados na rede estadual de ensino (cerca de 900 mil). O valor foi de R\$55,00, por aluno/a, foi destinado, exclusivamente, para a compra de alimentos, como feijão, arroz, macarrão, ovos, carne e leite, sendo de livre escolha do estudante. Além dessa iniciativa, desde a retomada das aulas presenciais em 2021, os alunos da rede estadual de ensino passaram a receber mais uma refeição por turno, completando, assim, duas refeições para aqueles que estudam em tempo parcial e três refeições para aqueles que são matriculados no tempo integral.

Na Educação em Tempo Integral a alimentação acontece em três momentos e os recursos são disponibilizados para às Unidades Escolares da seguinte forma:

1. Escolas de Fomento: FNDE R\$ 2,00 + FAED R\$ 3,00
2. Escolas Tempo Integral: FNDE R\$ 1,07 + FAED R\$ 3,93.

Aumento do valor da alimentação global, *Per capita, para* R\$ 5,00.

A administração estadual tem investido na contratação e qualificação de profissionais e técnicos com o objetivo de garantir uma alimentação nutritiva, saudável e de qualidade para os estudantes. Os 740 mil estudantes matriculados na rede estadual de ensino são beneficiados pelo Programa Nacional de Refeição Escolar, que tem investimento de R\$ 233,880 milhões do Governo do Estado da Bahia para o ano letivo de 2022.

9.5 Expectativas dos/as Estudantes

A partir de dados quantitativos, obtidos do Sistema de Gestão Escolar da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, bem como por meio da pesquisa exploratória, desenvolvida pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia, intitulada “Escuta aos Estudantes”, realizada entre agosto e setembro de 2019, que contou com 9.138 participantes, e de estudos oficiais realizados por outras entidades, foi possível traçar um perfil, datado, dos/as estudantes do Ensino Médio baiano, bem como conhecer, em certa medida, a realidade dos sujeitos do Ensino Médio, adolescentes, jovens e adultos, no contexto da educação baiana. Na pesquisa foram realizadas análises quantitativas e qualitativas das características dos/as estudantes, tais como: racial, étnica, gênero, orientação afetivo-sexual, dentre outras, além dos aspectos relacionados à nova proposta curricular do Ensino Médio, a partir do olhar dos respondentes, para melhor explicitar o lugar do adolescente e jovem no cenário do Ensino Médio baiano.

Na Bahia, conforme a Superintendência de Gestão da Informação (SGINF), da Secretaria Estadual de Educação, do total de matriculados/as, 178.382 pessoas não declararam sua cor, raça ou etnia. Entre os/as que manifestaram essa informação, 60.176 (24,3 %), se classificam como pretos/as; 275.001 (48,1%), o maior número, como pardos/as; 39.139 (18,9%), como brancos/as; 2.073 (3,3%), como amarelos/as e 2.305 (1,2%) como indígenas. Pretos/as e pardos/as são, portanto, a imensa maioria dos/as discentes do Ensino Médio na Bahia.

Do total de negros/as 300.916 são do sexo feminino e 256.525, do sexo masculino. Segundo os resultados da pesquisa, “Escuta aos Estudantes”, dos 9.138 estudantes do Ensino Médio respondentes, quanto ao marcador social gênero, 99,2% se classificam como masculino ou feminino.

Em relação à orientação afetivo-sexual, 91,1% se classificam como heterossexuais, 4,4% como bissexuais, 2,2% como bissexuais e 0,4% como pansexuais. Estamos tratando de 7% dos/as estudantes baianos/as, que podem chegar ao contingente de mais de 60 mil indivíduos que não se identificam como héteros, o que deve ser considerado nos currículos, tendo em vista o desenvolvimento da autoestima necessária à saúde e às superações sociais, bem como o respeito ao público LGBTQIA+. Deve-se considerar que, nas propostas

formativas, esses sujeitos não são historicamente contemplados quanto às suas especificidades e necessidades, inclusive à garantia de acesso à Educação Básica.

Quanto à religião, 46,7% se declararam católicos/as, 25,5% evangélicos/as e 16,3% sem religião, 6,2% não quiseram informar esse dado. Além disso, 1,1% se declararam do Candomblé (0,7%) e Umbanda (0,4%) e, Testemunhas de Jeová somam 1,7%. Levando-se em conta que o Estado é laico, é muito importante que a abordagem sobre a religiosidade e/ou religiões e, até mesmo ausência de religião por parte dos/as discentes e docentes, como dimensão da diversidade humana, sejam abordados nos currículos escolares e nas práticas pedagógicas numa perspectiva laica. Em hipótese alguma o currículo escolar deverá ser abordado sob a perspectiva de uma única religião (ensino confessional).

Quanto às questões ligadas às pessoas com deficiência, 4% indicam ter deficiência, 1,2% não quiseram responder e 97,4% declararam não ter deficiência. Sabe-se que existe legislação específica que atende pessoas com deficiência, não podendo a escola e o Estado deixar de atender às necessidades específicas desses sujeitos.

Um outro aspecto de extrema relevância para a plena observação dos direitos dos/as estudantes, se refere ao combate às práticas discriminatórias no ambiente escolar. Dos entrevistados, 25,8% informaram já ter sofrido discriminação na escola. Entre as discriminações, 43,4% se referem ao padrão estético, 22,4% ao racismo; 9,2% à intolerância religiosa e 9,1% à orientação afetivo-sexual. Deve-se observar ainda que, ao cruzar as informações sobre as discriminações, um único sujeito pode ser vítima de diferentes tipos de agressão, o que cria situações de difícil suportabilidade, muitas vezes provocando adoecimento psicológico e a evasão escolar.

Tendo em vista o “Novo” Ensino Médio proposto pelo Ministério da Educação e que deverá ser inserido em todo o currículo nacional, a pesquisa realizada pela SEC aponta que 65,1% dos/as estudantes já escutaram falar da nova proposta, enquanto que 34,9%, ainda não. 44,6% indicaram já saber da possibilidade de escolha dos conteúdos que vão estudar, 45,1% sabiam sobre a ampliação de 4 para 5 horas na carga horária e 30,7% sobre a formação técnica para os/as estudantes do Ensino Médio. 71% disseram querer escolher sobre as trilhas formativas do seu interesse. O total de 17,9% afirmou nem saber o que significam

essas trilhas. Dentre as áreas de interesse, destacam-se matemática e suas tecnologias com 31,6% e linguagens e suas tecnologias com 26,9%.

No quadro dos que responderam às questões, 83,1% informaram que estudam para ingressar no ensino superior e 82,6% para adquirir mais conhecimento. O total de 90,6% dos estudantes considerou que o Ensino Médio ajuda a alcançar os objetivos de vida. Entende-se com isso que a escola é considerada um lugar de relevância para esses jovens. Solicitados a classificar de 1 a 5 – a partir dos critérios 1: ruim, 2: regular, 3: bom, 4: muito bom e 5: ótimo – 28,6% deram notas 3 e 4 para o Ensino Médio atual e 33,6% deram nota máxima, 5. A nota 1 foi dada por 22,5% e a nota 2, 6,7%. Em relação ao conteúdo que estudam, 36% deram nota máxima, pois entendem ser importante para suas vidas. Para 31,2% a nota foi 4 e 25,3% conferiram nota 3. Segundo a maioria, existe o sentimento de pertença à escola. Indagados sobre o que desejariam se tivessem uma hora a mais de aula, o que sinaliza a perspectiva do Novo Ensino Médio, 57% sugeriram que esse período fosse utilizado para realizar atividades artísticas, culturais e esportivas; 43,2% indicaram a possibilidade de se usar o tempo extra para tirar dúvidas e fazer revisão dos conteúdos. Sobre o aprendizado de coisas novas, para além da escola, 57% dos estudantes responderam que a internet e redes sociais digitais são utilizadas para atualização dos conteúdos. Em cada 10 dos estudantes pesquisados, 9 usam a internet para complementar informações sobre o mundo, para além da escola, enquanto 25,4% usam os seus grupos para isso. Segundo a análise dos participantes, os grupos podem ser comunitários, artísticos, religiosos ou culturais. Artistas e personalidades somam 17,6% entre os lugares de busca por informações. Isso situa a realidade dos estudantes em relação à rede e as formas de diálogos com os segmentos. Para todos os participantes da pesquisa, a escola é lugar privilegiado, que favorece a conquista de competências. No entanto, quando se trata de estabilidade emocional, a maioria diz que a escola ajuda pouco. 61,4% pedem mais atividades nas escolas e 76,4% afirmam que as avaliações são as formas mais efetivas para o apoio na aprendizagem. Esse dado revela a ênfase dada pelos estudantes à avaliação, indicando a necessidade de verificação das aprendizagens por meio de sistema avaliativo, com modalidades diferenciadas de verificação, tendo em vista a regulação dos processos ensino e aprendizagem.

Quanto aos conteúdos que desejam ver abordados em sala de aula, 42% indicaram temas ligados aos direitos humanos e à diversidade, de modo a tratar das diferenças de gênero, orientação afetivo-sexual, identidade étnico-racial, religiosa e outros. A seguir, aparecem temas ligados a manifestações artístico-culturais, como dança, música e poesia, somando 4,8%. Esses números demonstram a expectativa de que o reconhecimento das diferenças e a valorização cultural sejam assegurados no currículo.

Buscando atender às expectativas dos/as estudantes, a Secretaria da Educação buscou contemplar no DCRB – Ensino Médio perspectivas educacionais para a promover a formação humana integral dos/as estudantes.

Neste sentido a Educação Integral em Tempo Integral com matrizes curriculares de 7 ou 9 horas já possuem ampliação de tempo e espaços permitindo um currículo flexível, atividades diversificadas através dos programas e projetos estratégicos da educação, buscando referências nos Territórios de Identidade em diálogo com seus conteúdos cotidianos, percebendo o conhecimento não como uma teoria abstrata e distante, porém de uma forma integrada e voltada para interesses dos estudantes na construção dos seus projetos de vida.

Os componentes eletivos já são contemplados na parte diversificada da matriz curricular no componente Práticas Integradora 1 e 2. Portanto, a comunidade escolar das escolas de tempo integral já convive com o perfil do Novo Ensino Médio nas suas práticas educativas, além disso, **o Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira, Lei 14.359/21**, em seu artigo 2º inciso III e artigo 4º inciso II e III evidencia a atuação comunitária e a participação da comunidade escolar para o enriquecimento do currículo e uma gestão democrática. A saber:

Artigo 2º Inciso III - estímulo ao envolvimento das famílias e da comunidade nas atividades escolares e na construção de projeto político-pedagógico que combine atividades de aplicação do conhecimento científico, recreativas, esportivas, artísticas e culturais, que desenvolva a Consciência socioambiental, o respeito aos direitos humanos e à diversidade e estimule o exercício da cidadania, a promoção da igualdade racial e da justiça social;

Artigo 4º inciso II - sensibilização da comunidade escolar para construção ou reformulação do projeto político-pedagógico em conformidade com as diretrizes do Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira;

Artigo 4º inciso III- a participação na elaboração da proposta pedagógica da Unidade Escolar, fomentando a integração e o enriquecimento curricular de formação integral dos estudantes.

9.6 Perspectiva do Mundo do Trabalho

A Perspectiva do Mundo do Trabalho fundamenta-se no princípio específico da educação profissional e tecnológica que pensa o trabalho como princípio educativo. Para proporcionar a experiência aos estudantes, a EPT propõe os projetos desenvolvidos na rede estadual junto às parcerias, a saber: Fábrica Escola, Escritórios Criativos, Programa de Aprendizagem Profissional, Itinerário Contínuo, Mostras e Feiras de Ciência e Tecnologias Sociais, Produção Agroecológica Integrada Sustentável - PAIS e Escola Fazenda os quais representam a integração efetiva e foram constituídos a partir da necessidade local e territorial, interesse dos estudantes e engajamento do corpo técnico pedagógico das Unidades escolares e interessados. Mas, para além da concepção formativa de conhecimento, tem-se que considerar que a intenção está para a formação integral do estudante a partir da integração da parte propedêutica e parte profissional, proporcionando aos sujeitos a visão de mundo como cidadãos capazes de transformar sua realidade e conseqüentemente, a sociedade, prezando pelo bem comum, comportando-se com postura crítica-reflexiva e ética para os diversos aspectos: políticos, econômicos e sociais.

A formação técnica e profissional persiste no desenvolvimento de programas educacionais inovadores e atualizados que promovam efetivamente a qualificação profissional dos estudantes para o mundo do trabalho, objetivando sua habilitação profissional tanto para o desenvolvimento de vida e carreira, quanto para adaptar-se às novas condições ocupacionais e às exigências do mundo do trabalho contemporâneo e suas contínuas transformações, em condições de competitividade, produtividade e inovação, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino.

A organização curricular que orienta a oferta do itinerário da Formação Técnica e Profissional pela Superintendência da Educação Profissional e Tecnológica - SUPROT, é entendida como uma dimensão essencial que ultrapassa

as aplicações técnicas, interpretando a tecnologia como processo educativo e investigativo para gerá-la e adaptá-la às peculiaridades regionais, de maneira crítica, reflexiva e comprometida com o social (BRASIL, 2006). Considera-se como balizadores da formação profissional a relação dialética entre o trabalho e a educação, que significa pensar o currículo a partir das relações de produção e conseguir trazer essas relações para dentro da escola, como proposta pedagógica e como prática, organizando-as e sistematizando-as a partir de conceitos, da apropriação de conhecimentos já existentes e novas aprendizagens produzindo outros. É fazer emergir esse processo e analisar a partir das dimensões que atravessam qualquer processo de produção: ambiental, social, cultural, histórica, política, econômica-produtiva e técnico-organizacional. (RAMOS, 2013).

Vale salientar que a oferta do 5º itinerário tem como referência a estruturação dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a partir da Resolução CNE/CP 01/2021.

Ademais, as arquiteturas curriculares dos cursos da educação profissional e tecnológica tem como referência as regulamentações das legislações federal e estadual: a Lei N.º 13.415/2017, a Resolução CNE/CP N.º 01/2021, a Resolução CEE/BA N.º 172/2017, e a Resolução CNE/CEB N.º 02, de 15 de dezembro de 2020, do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT. Estas consideram a relação dos 215 cursos, agrupados em 13 eixos tecnológicos; as respectivas cargas horárias mínimas; perfil profissional de conclusão; infraestrutura mínima requerida; campo de atuação; ocupações associadas à Classificação Brasileira de Ocupações -CBO; normas associadas ao exercício profissional; possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional, de formação continuada em cursos de especialização e de verticalização para cursos de graduação no itinerário formativo.

Especificamente, quanto às diferentes cargas horárias a serem consideradas nas formas de ofertas da educação profissional de nível médio, conforme o Art. 26 da Resolução CNE/CP nº 01/2021, estão descritas a seguir sendo apresentadas também em forma de esquema e organizadores curriculares.

A carga horária mínima para cada etapa com terminalidade de qualificação profissional técnica prevista em um itinerário formativo de curso técnico é de 20% (vinte por cento) da carga horária mínima prevista para a respectiva habilitação

profissional, indicada no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT, ou em outro instrumento que venha a substituí-lo. Considerando as atuais DCNGEPT, Resolução 01/2021, no Capítulo IV que trata da Qualificação Profissional, incluída a Formação Inicial, destacamos os aspectos indicados no Art. 12 sobre regulamentação desta oferta, especificamente quanto a: i) § 4º - Os cursos de qualificação profissional devem observar as normas gerais da Educação Profissional e Tecnológica na organização de sua oferta e, quando se tratar de aprendizagem profissional, além destas Diretrizes, considerar as normas específicas; ii) § 7º - Cabe às instituições e redes de ensino que oferecem Educação Profissional registrar os certificados emitidos nos termos da legislação e normas vigentes. Será observado também o disposto no Art. 13 da mesma Resolução quanto à estruturação de cursos de qualificação profissional que devem considerar elementos mínimos para sua oferta.

Quanto aos itinerários formativos devem considerar as demandas e necessidades do mundo contemporâneo, para estar sintonizados com os diferentes interesses dos estudantes e sua inserção na sociedade, o contexto local e as possibilidades de oferta dos sistemas e instituições de ensino. Os sistemas de ensino devem estabelecer o regramento do processo de escolha do itinerário formativo pelo estudante.

À oferta do 5º Itinerário, a Secretaria da Educação, em seu Documento Curricular Referencial da Bahia, no capítulo da Educação Profissional e Tecnológica, propõe que, para garantir a oferta de diferentes itinerários formativos, sejam estabelecidas parcerias entre diferentes instituições de ensino, desde que sejam previamente credenciadas pelos sistemas de ensino, podendo os órgãos normativos em conjunto atuarem como harmonizador dos critérios para credenciamento. Os sistemas de ensino devem estabelecer o regramento do processo de escolha do itinerário formativo pelo estudante.

Um dos pressupostos pedagógicos da Educação Integral é o Trabalho como princípio educativo e prática social, compreendendo as relações históricas, produção de bens, transformações da matéria prima e consumo. Assumir o conceito de trabalho como princípio educativo requer a ideia da integralidade dos sujeitos anunciada pela formação integral e educação omnilateral, tendo em vista o aspecto central do trabalho e suas múltiplas possibilidades visando à preparação

para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho. Em parceria com as instituições SENAI, SESC e SENAR a Secretaria da Educação oferece ao estudante matriculado na rede pública e egresso de 2017 a 2019, 43 cursos de Formação Inicial Continuada - FIC com 110 mil vagas, e com certificação enriquecendo seu currículo para sua futura vida profissional.

10 EXPERIÊNCIA DE FLEXIBILIZAÇÃO DO CURRÍCULO

10.1 A Experiência de Flexibilização nos Colégios da Polícia Militar da Bahia

Com a aprovação da Lei N.º 13.415/2017, em 16 de fevereiro do mesmo ano, os Colégios da Polícia Militar da Bahia (CPM) iniciaram um projeto pioneiro para a reconstrução da matriz curricular do Ensino Médio, a partir do que recomendava a referida Lei. Vale ressaltar que naquele momento não havia diretrizes que norteassem a aplicação da referida Lei nas escolas, ou seja, uma regulamentação mais específica. O primeiro passo foi buscar orientações da Secretaria de Educação do Estado da Bahia – SEC, que possui Convênio com a Secretaria de Segurança Pública para gestão dos Colégios da Polícia Militar. Neste contato com a SEC, o atendimento foi realizado pela Diretoria do Ensino Médio, à época, que possibilitou o conhecimento de como caminhavam as modificações no Ensino Médio, pela coordenação do Ministério da Educação.

Atualmente existem 16 unidades do CPM, sendo 5 em Salvador (Dendezeiros, Lobato, Luiz Tarquínio, Ribeira e Cajazeiras) e os demais localizados nos municípios de Candeias, Alagoinhas, Feira de Santana, Juazeiro, Jequié, Ilhéus, Itabuna, Vitória da Conquista, Teixeira de Freitas, Barreiras e Bom Jesus da Lapa.

No período em que aconteceu a aprovação da Lei, os Colégios da PMBA estavam passando por um momento de convocação para revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP), coordenado pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (IEP), através da Coordenação dos Colégios (CCPM), com o objetivo de dialogar com todo o conjunto de escolas CPM e criar estratégias de ressignificação do processo de ensino e aprendizagem. Neste sentido, encontros estavam sendo realizados a fim de sensibilizar sobre a importância de um PPP que refletisse os desejos da

comunidade escolar e que permitisse resposta à seguinte indagação: que escola queremos?

As propostas de reconstrução surgiram da necessidade da escola em proporcionar um ambiente educativo voltado para a construção da autonomia dos professores e dos alunos, recriando e ressignificando o fazer pedagógico. Não se configura, portanto, em uma desqualificação dos pressupostos epistêmicos, mas a possibilidade de construção de atividades teórico-práticas a partir dos desejos e demandas destas escolas, envolvendo professores e alunos como protagonistas na necessidade de repensar a educação no seu contexto.

Assim, no momento em que a Lei possibilitou aos sistemas de ensino que se organizassem de acordo com as suas possibilidades, como se constata principalmente no Art. 4º da Lei nº 13.415/2017, que alterou o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, obtém-se o respaldo legal para provocar modificações na matriz curricular e, por consequência, no fazer da sala de aula.

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I. linguagens e suas tecnologias;
- II. matemática e suas tecnologias;
- III. ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV. ciências humanas e sociais aplicadas;
- V. formação técnica e profissional.

§ 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino. (BRASIL, 2017).

Os itens “diferentes arranjos curriculares” e “possibilidades dos sistemas de ensino” trouxeram a oportunidade de redimensionar um currículo diferenciado, construído a partir das necessidades e especificações regionais cada unidade CPM.

O IEP iniciou os encontros com gestores, coordenadores pedagógicos e professores das unidades da Capital para sensibilizá-los da nova proposta do MEC que surgia como coadjuvante no processo de reconstrução curricular à qual os CPM vivenciavam. Assim, foram promovidos encontros quinzenais, a partir de julho de 2017, para que estes profissionais pudessem discutir coletivamente o processo

de construção. Para os profissionais do interior foi realizado um encontro presencial em cada unidade para sensibilização da proposta de reconstrução, em seguida a comunicação teve sua continuidade por e-mail e grupos de WhatsApp para socialização das propostas e interação com os professores da Capital.

Inicialmente, foi pensado um modelo de itinerários formativos que contemplasse o trabalho já desenvolvido em algumas unidades do CPM da Capital em parceria com a Universidade do Estado da Bahia, através do Grupo de Geotecnologias, Educação e Contemporaneidade (GEOTEC), que desenvolve um projeto nas escolas públicas da Bahia e Sergipe voltado para a inserção de estudantes na Educação Científica já durante a educação básica.

Diante desse contexto, surgiu como referência para a construção da Educação Científica desenvolvida com os alunos da Capital, os integrantes do Projeto “A Rádio da escola na escola da Rádio” e “alunos do GEOTEC” como são conhecidos nas unidades CPM de Salvador. São estudantes que desenvolvem habilidades e competências que os diferenciam dos demais alunos pela participação nas aulas diárias, disciplina, bom desempenho nas avaliações, liderança de projetos na escola, capacidade de expressão e dinâmica nas relações interpessoais, além de apresentações em eventos de popularização da ciência.

O processo de reconstrução curricular do conjunto de escolas CPM para o Novo Ensino Médio buscou inserir a Pesquisa Aplicada no currículo formal. A ideia era construir um currículo que promovesse a formação integral do aluno e o desenvolvimento consciente e estruturado das competências cognitivas e socioemocionais, a partir do aprofundamento das áreas do saber. Dessa forma, concebemos que todo componente curricular precisaria de um recorte para Pesquisa Aplicada.

Para composição dos itinerários formativos alguns aspectos foram relevantes como privilegiar todas as áreas do saber, incluindo todas as Disciplinas da Base, com o objetivo de aprofundamento nas áreas, como recomenda a Lei. Neste primeiro momento não foi possível incluir o itinerário Técnico Profissional, por não dispor ainda de uma proposta estruturada e de acordo com as possibilidades do conjunto de escolas CPM. Um outro fator importante foi inserir o trabalho com Projeto de vida como componente curricular e não apenas de forma transversal.

Dessa forma, as bases para construção dos itinerários formativos foram alicerçadas com o objetivo de:

- Proporcionar que os estudantes tivessem contato com todas as Disciplinas, durante os três anos, pois temos a cultura nos Colégios da PMBA de aprovação nos exames externos e isso possibilita aos estudantes estarem em permanente contato com os conteúdos;
- Possibilitar aos estudantes 04 (quatro) opções para escolha dos itinerários formativos;
- Preservar a carga horária dos professores, evitando a devolução dos profissionais que colaboraram com a construção;
- Valorizar a construção das Disciplinas pelos professores das escolas, evitando os “pacotes” com projetos prontos que não refletem a realidade de cada escola;
- Cuidar da formação docente, investindo nos processos de aprendizagem coletiva e troca de saberes e experiências nas Atividades Complementares-AC;
- Desenvolver um trabalho de orientação para escolha dos itinerários com os estudantes do nono ano, que incluísse a família e o corpo docente.

Para evitar que houvesse conotação de “pior” ou “melhor” em relação a composição dos itinerários, todos terão a mesma base, respeitando as especificidades de cada área, a saber:

- **Linguagem e suas tecnologias:** Práticas integradoras e Pesquisa Aplicada em Língua Portuguesa e Literatura, Língua Portuguesa Elementar, Práticas integradoras e Pesquisa Aplicada em Língua Estrangeira, Língua estrangeira elementar, Produção textual, Práticas Integradoras em Arte, Educação Física Aplicada e Projeto de Vida, Filosofia e Fundamentos Sociais do Trabalho.
- **Matemática e suas tecnologias:** Práticas Integradoras e Pesquisa Aplicada em Matemática, Matemática Elementar, Matemática aplicada às Ciências Humanas, Matemática aplicada às Ciências da Natureza, Produção Textual, Educação Física Aplicada e Projeto de Vida, Filosofia e Fundamentos Sociais do Trabalho.

- **Ciências da Natureza e suas tecnologias:** Práticas integradoras e Pesquisa Aplicada em Ciências da Natureza I, Práticas Integradoras e Pesquisa Aplicada em Ciências da Natureza II, Física Elementar, Química Elementar, Biologia Elementar Produção Textual, Educação Física Aplicada e Projeto de Vida, Filosofia e Fundamentos Sociais do Trabalho.
- **Ciências humanas e sociais aplicadas:** Práticas Integradoras e Pesquisa Aplicada em Ciências Humanas I, Práticas Integradoras e Pesquisa Aplicada em Ciências Humanas II, História Elementar, Geografia Elementar, Produção Textual, Educação Física Aplicada e Projeto de Vida, Filosofia e Fundamentos Sociais do Trabalho.

Após o trabalho com a escolha dos nomes das Disciplinas, os Colégios estão em permanente processo para a construção das ementas de cada uma delas. Um trabalho pautado na expertise de cada professor em trabalho colaborativo nas Atividades Complementares por área do conhecimento, visando o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar em sala de aula. Para nortear o trabalho de construção das referidas ementas, estamos permitindo palestras com parcerias de outras instituições a fim de possibilitar ao professor um olhar ressignificado para sua prática em sala de aula. Por exemplo, estamos evitando nos itinerários formativos que sejam utilizados instrumentos como provas e testes nas avaliações, mas outras possibilidades como os baremas avaliativos; investindo na construção das salas ambientes para proporcionar um lugar com mais recursos para dinamizar os encontros.

Diante desse contexto, é oportuno conhecer o objetivo de cada componente curricular, aqui denominadas “Disciplinas Base dos Itinerários”:

- Práticas integradoras e Pesquisa Aplicada: envolvimento do estudante enquanto construtor do conhecimento. Aprendizagem significativa dos conteúdos. Apropriação dos passos de uma pesquisa aplicada. Relação teoria e prática. Desenvolvimento da escrita. Apropriação das fontes de coleta de dados. Apresentação de relatórios;
- Elementar: articulação de ações interventivas de superação de defasagens na aprendizagem dos conteúdos que sustentam o conhecimento em cada

Componente curricular. Envolvimento do estudante enquanto construtor do conhecimento. Aprendizagem significativa dos conteúdos;

- Produção textual: prática de leitura e de produção de textos de diversos gêneros. Noções fundamentais sobre estrutura e conteúdo: coesão, coerência, clareza, informatividade e adequação. Revisão e reescrita orientada dos textos produzidos, dentro de um processo dinâmico de construção.
- Educação Física Aplicada: integração dos alunos na cultura corporal de movimento, de forma a dar significado a aspectos relacionados com o contexto sócio histórico em que está inserido, ao seu corpo enquanto sujeito, pela melhoria e manutenção da saúde e entendimento do lazer, na perspectiva de propiciar uma busca do desenvolvimento da autonomia, da cooperação, da participação social e da afirmação de valores e princípios democráticos, com ênfase na expressão de sentimentos, afetos e emoções, garantindo a todos a possibilidade de usufruir, conhecer e valorizar os jogos, esportes, danças, lutas e ginásticas, em benefício da ampliação de competências, do exercício crítico e da cidadania.
- Projeto de vida, Filosofia e Fundamentos Sociais do Trabalho: envolvimento do estudante enquanto construtor do conhecimento. Apresentação dos conceitos fundamentais do pensamento filosófico com ferramenta para a produção do conhecimento para o engajamento dos jovens nos estudos e ajudá-los nas escolhas que farão para seu futuro relacionados ao mundo do trabalho e ao seu projeto de vida.

10.2 A Experiência de Flexibilização nas escolas-piloto da rede estadual de ensino da Bahia

Em 2019, a Bahia iniciou o processo de implementação nas 544 escolas-piloto da rede estadual que aderiram ao Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (Portaria MEC Nº 649/2018) e, nesse mesmo ano, deu início ao processo de elaboração do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) - volume II - etapa Ensino Médio. Em 2020 foi iniciada a implementação de uma nova arquitetura curricular nessas escolas, porém a pandemia da COVID-19 impôs a suspensão das

atividades letivas e, assim sendo, a implementação foi prorrogada para o *Continuum Curricular 2020/2021*.

A implementação de uma nova arquitetura curricular está acontecendo através de uma Matriz Curricular de Transição para o novo Ensino Médio. A Secretaria da Educação do Estado da Bahia optou por ofertar para os estudantes da 1ª série do Ensino médio comum a nova arquitetura - Formação Geral Básica e Flexibilização Curricular, esta última composta pelos seguintes Componentes Curriculares: Iniciação Científica, Produção e Interpretação Textual, Projeto de Vida e Eletivas

Em 2022, a Rede Estadual de Ensino da Bahia continuará com a implementação do Novo Ensino Médio nas escolas-piloto e iniciará nas escolas que não fazem parte do grupo piloto, na perspectiva de atender às orientações estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação da Bahia - CEE, por meio da Resolução nº 68, de 18 de outubro de 2021, que alterou o cronograma de implementação do referencial curricular do Ensino Médio do Sistema Estadual de Ensino, prorrogando-o para 2023. Dessa forma, os estudantes da 2ª série, das escolas-piloto, continuarão implementando o Novo Ensino Médio, adotando a Matriz Curricular, ainda, sem os Itinerários Formativos.

11 PROCESSOS FORMATIVOS

A Secretaria da Educação do Estado da Bahia vem desenvolvendo, desde 2015, ações estratégicas para a elaboração das orientações curriculares concernentes às etapas e modalidades do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino. A BNCC, ao estabelecer o desenvolvimento de determinados conhecimentos, competências e habilidades ao longo da escolaridade básica dos estudantes, orientados pelos princípios éticos, políticos e estéticos e traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, fortalece o compromisso da Educação do Estado da Bahia com a formação integral, de modo a ressignificar o

ambiente escolar, promover o protagonismo juvenil e preparar os estudantes para os desafios do mundo do trabalho e da vida.

Nesse sentido, considera-se que as possibilidades de ampliação dos indicadores educacionais a favor da formação humana integral dos estudantes baianos passam, indiscutivelmente, pela mudança da política curricular e a consequente preparação dos/as educadores/as para a implementação da nova proposta curricular do Estado. A necessidade de diálogo, a concretização dessa escuta, assim como a de garantir educação de qualidade é um dos grandes desafios no novo século para a Bahia e para o Brasil. Na edição de 2019, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB do Ensino Médio do Estado da Bahia apresentou crescimento quando comparado com a edição do IDEB de 2017.

Para definir esses dados com mais precisão, representados por cruzamento, e por ter atingido a meta 4.9, em 2017, e 5.0, em 2019, a Secretaria da Educação se compromete em melhorar, continuamente, os índices de indicadores de processo (i.e, das ações planejadas), de impacto (do que se pretende alcançar) e de desempenho (de formação e avaliação), através da busca de alternativas inovadoras que assegurem a qualidade do ensino no Estado. Uma das estratégias diz respeito à formação continuada dos professores. No contexto de organização de um documento referencial, as trajetórias da escola, bem como do papel do professor, sofrem com as mudanças das transições da sociedade, incitadas pelos modelos culturais, sociais, econômicos e políticos em que estamos inseridos (NÓVOA, 1999).

Nesse sentido, o investimento na formação de professores tem um papel estratégico, tanto para a implementação do Novo Ensino Médio como também para reconhecimento das mudanças necessárias à práxis pedagógica, promovendo um processo de ação-reflexão-ação importante para a consolidação de uma educação pública de excelência aos estudantes baianos. O processo formativo em pauta é de extrema importância para a efetiva implementação do referencial curricular estadual, referenciado pela BNCC, associado às novas arquiteturas curriculares introduzidas pelo Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/17), que demandam ações estruturadoras de conhecimento pedagógico geral e de conteúdo em si.

Esse aspecto de ação e definição de rumos possibilita às equipes da Secretaria Estadual de Educação e aos educadores das redes de ensino promover,

efetivamente, a transição curricular dentro dos prazos estipulados pela legislação. Essas ações incluem a formação continuada, a construção de redes colaborativas e a utilização de recursos educacionais adequados a essa reconfiguração. No que tange especificamente à formação, o desafio não consiste apenas no entendimento sobre o Novo Ensino Médio e o DCRB, mas introduzir reflexões das práticas docentes que repercutam em melhoria da aprendizagem dos estudantes – o foco central de toda a mudança – e que, segundo os estudos sobre os quais se apoiam as políticas públicas mais recentes orientadas para o Ensino Médio, promovam o diálogo, de forma permanente e colaborativa, com os interesses da juventude (incluindo a necessidade de ingressar no mundo do trabalho) e com os contextos e saberes territoriais e locais. Ademais, outros aspectos justificam a proposta apresentada: a) a oportunidade de promover trocas de experiências entre os docentes e construir comunidades de aprendizagem; b) uso mais intensivo de tecnologias para interação; c) necessidade de formar professores numa nova perspectiva curricular.

A formação continuada abrange dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, além de caracterizar-se como um repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores de toda equipe escolar. Nóvoa (2007) defende a necessidade de formações mais centradas nas práticas e na análise dessas práticas, quando advoga a favor de

[...] uma formação de professores construída dentro da profissão, isto é, baseada numa combinação complexa de contributos científicos, pedagógicos e técnicos, mas que tem como âncora os próprios professores, sobretudo os professores mais experientes e reconhecidos. (NÓVOA, 2009, p. 9)

Nesse contexto, a dimensão de metodologia do processo formativo orienta para as possibilidades de relação teoria-prática capazes de engendrar novas vivências em sala de aula e ampliar a troca de experiências entre os profissionais que atuam no Ensino Médio dos territórios baianos.

Para 2022, a SEC BA tem como objetivo principal conduzir uma programação de estudo voltada a todos os profissionais da rede estadual de educação que atuam no Ensino Médio, preparando-os para a implementação da BNCC e do DCRB, etapa ensino médio. Como objetivos específicos desse percurso de estudo, a intenção da SEC BA é contribuir para ampliar os conhecimentos dos profissionais

de educação, professores, coordenadores pedagógicos e gestores nos conceitos do Novo Ensino Médio - NEM; fazê-los compreender o novo currículo do Estado lastreado pela BNCC; apoiá-los na implementação dos Itinerários Formativos elaborados nas diferentes áreas do conhecimento e na formação técnica e profissional; possibilitar trocas de experiências vivenciadas durante o processo de estudo.

O processo formativo dos professores/as do Ensino Médio, gestores/as e coordenadores/as pedagógicos/as são desenvolvidos com foco na transposição dos pressupostos e conteúdos previstos no Documento Referencial Curricular - DCRB - Ensino Médio para a prática docente, a partir de três **Eixos Estruturadores** do estudo:

- I – Apropriação do DCRB - Ensino Médio, que inclui a estrutura do documento, seus princípios norteadores, pressupostos teórico-metodológicos, base legal, Base Nacional Comum Curricular, Itinerários Formativos, Temas Integradores, Organizadores Curriculares das Áreas de Conhecimento e progressão das aprendizagens entre etapas.
- II – Planejamento pedagógico para o desenvolvimento de habilidades e competências, a partir da apropriação dos conhecimentos científicos previstos no documento e dos contextos e saberes dos estudantes.
- III – Avaliação da Aprendizagem numa perspectiva processual, emancipatória e formativa, que evidencie de formas diversificadas o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no DCRB Ensino Médio.

Com base no Guia de Implementação da BNCC, elaborado em regime de colaboração entre o Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), para a realização de um processo de estudo eficaz e que prepare os professores para o desenvolvimento das aprendizagens a partir da BNCC e, neste caso, do DCRB Ensino Médio, são considerados os seguintes **Princípios de Qualidade**:

- a) CONTINUIDADE: o processo de aprendizado não é linear e depende de reflexão, mudança e aprimoramento contínuo da prática. Nesse sentido, as formações não devem ser apenas atividades pontuais.
- b) FORMAÇÃO NO DIA A DIA DA ESCOLA: as formações devem acontecer não apenas em momentos formativos da secretaria, mas também nas reuniões pedagógicas e em momentos de acompanhamento entre equipe gestora e professores.
- c) COERÊNCIA: as formações devem contemplar o contexto em que cada professor está inserido. Para isso, devem considerar os Projetos Pedagógicos, os materiais didáticos utilizados pelas escolas, entre outras políticas das redes.
- d) USO DE EVIDÊNCIAS: o estudo deve ser constantemente revisado e aprimorado a partir de evidências sobre o desenvolvimento dos educadores, como os resultados educacionais dos estudantes e as devolutivas das escolas e dos professores sobre a eficácia das ações formativas.
- e) HOMOLOGIA DE PROCESSOS: “também conhecida como isomorfismo, que, em suma, propõe aproximar os discursos e valores da educação ou de uma rede ou escola das ações e metodologias desenvolvidas em seus processos formativos, também alinhados com o currículo” (Centro de Referência em Educação Integral, 2019). As homologias de processos ajudam, dessa forma, a tornar o processo de aprender e ensinar mais prático e mais próximo do cotidiano do aluno.

No que diz respeito às metodologias utilizadas durante o estudo, consideramos as seguintes premissas, também orientadas pelo Guia de Implementação da BNCC:

- FOCO NO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES: A BNCC representa uma importante mudança na prática de ensino, portanto, o estudo proposto deve levar não apenas à apropriação dos conteúdos a serem ensinados, mas também preparar os professores para o desenvolvimento das competências e habilidades, apoiando-os desde o processo de planejamento de aulas até o de acompanhamento das aprendizagens dos estudantes nessa nova perspectiva. Afinal, para que os professores possam desenvolver nos

estudantes as competências definidas na BNCC, em especial as dez competências gerais, é essencial que tenham a oportunidade de vivenciar uma formação que apoie o seu desenvolvimento nesses aspectos.

- **METODOLOGIAS ATIVAS:** A formação deve ser significativa para os professores, colocando-os como protagonistas do seu processo de desenvolvimento e contemplando elementos do seu dia a dia de trabalho. Para isso, é possível propor a construção conjunta de planos de aula alinhados ao currículo; a análise da produção dos estudantes como ponto de partida para discussão sobre o processo de ensino e aprendizagem; a observação de sala de aula com devolutivas formativas para o professor; entre outras estratégias. Em suma, o estudo deve levar a uma percepção das práticas pedagógicas menos baseado na exposição de conhecimento e mais focada nas reflexões, discussões e construções conjuntas.
- **TRABALHO COLABORATIVO:** a colaboração entre professores contribui para a troca de boas práticas e discussões aprofundadas sobre o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Essa colaboração se torna ainda mais importante no contexto de implementação dos novos currículos, que representam uma mudança para todos os educadores. Essa premissa deve pautar a dinâmica dos encontros de estudo, favorecendo que se aprenda por meio do diálogo e da cooperação.
- **FOCO EM COMO DESENVOLVER OS CONHECIMENTOS:** os estudos devem focar três aspectos: I) o conhecimento pedagógico geral (ex: como montar um plano de aula com objetivos claros de aprendizagem); II) o conhecimento do conteúdo em si, em especial quando forem temas que os professores não costumavam trabalhar em determinado ano e/ou componente; e III) o conhecimento pedagógico do conteúdo, ou seja, como os estudantes desenvolvem determinada habilidade e como apoiar esse desenvolvimento através do ensino.
- **USO DE DADOS:** O uso dos resultados educacionais deve fazer parte da metodologia de estudo, para que seja contextualizada e direcionada para as necessidades reais dos professores e dos estudantes. O estudo deve apoiar os professores na análise dos resultados educacionais das turmas e no (re) planejamento de aulas à luz do progresso dos estudantes.

11.1 Histórico das ofertas das formações e orientações de estudo (realizados previstos)

Serão apresentados, a seguir, um histórico das ações já realizadas e as previstas voltadas à orientação e formação da rede estadual de ensino acerca da reforma do Ensino Médio e do Documento Curricular Referencial da Bahia - Etapa do Ensino Médio.

2016

Foram realizadas 03 Mesas Temáticas abordando os “Desafios do Ensino Médio Baiano”.

- Mesa 1 – Mudanças no Ensino Médio;
- Mesa 2- Ensino Médio Noturno;
- Mesa 3 – Educação Integral e Educação Profissional e Tecnológica.

O público do evento foram os/as representantes dos NTE, da APLB sindicato, gestores/as escolares e membros da SEC.

2017

Após a sanção da Lei nº 13.415/17, foram realizados, entre novembro e dezembro, 27 Seminários Territoriais do Ensino Médio, que objetivou a promoção de debates, orientações e retirada de dúvidas a respeito da referida Lei e das mudanças no Ensino Médio brasileiro.

O público dos seminários foram professores/as, coordenadores/as pedagógicos/as, gestores/as escolares, os Núcleos Territoriais de Educação (NTE), representantes das Instituições de Ensino Superior, estudantes do Ensino Médio e representantes da Coordenação do Ensino Médio da SEC BA.

2018

Após a homologação da BNCC da etapa do Ensino Médio e da adesão da SEC BA à Portaria nº 649/2018, foram realizados encontros virtuais com os

diretores escolares e coordenadores/as pedagógicos das escolas-piloto para orientá-los sobre o processo de adesão ao Programa de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio (ProNEM), bem como orientar, acompanhar e validar as Propostas de Flexibilização Curricular (PFC) das Unidades Escolares partícipe.

Além disso, foram prestadas orientações sobre o uso do sistema do Programa Direto na Escola (PDDE) interativo e sobre o uso dos recursos federais, previstos no ProNEM. Nesse processo formativo, os representantes das escolas-piloto deveriam realizar as orientações aos demais representantes das Unidades Escolares, incluindo estudantes, preferencialmente, durante a hora de planejamento dos/as professores, ou seja, durante às Atividades Complementares (AC).

2019

Foi disponibilizado o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do Novo Ensino Médio aos/às coordenadores/as pedagógicos/as e gestores/as das escolas-piloto, que deveriam promover encontros de formação com os demais profissionais da educação das unidades escolares, durante as Atividades Complementares (AC). O AVA se constituiu em um repositório de conteúdo sobre o NEM, que visou subsidiar os estudos nas escolas, bem como realizar acompanhamento e monitoramento sobre a execução das PFC das escolas – piloto.

Ainda em 2019, foram realizadas formações presenciais em polos formativos, que reuniu gestores e coordenadores/as pedagógicos/as das escolas-piloto de agrupamentos de NTE. Após os encontros, ainda dentro da metodologia de cascadeamento da formação, os representantes escolares deveriam realizar as formações com os professores nas escolas. Durante a formação presencial, foi apresentado o Documento Orientador do Novo Ensino Médio - 2019, visando orientar as escolas-piloto sobre: as mudanças que ocorreriam nas matrizes curriculares em 2020; as escolhas de eletivas; a organização dos espaços escolares para a oferta das eletivas; estratégias metodológicas e avaliativas para o desenvolvimento do trabalho com os novos componentes da matriz curricular.

2020

Com o advento da pandemia e da suspensão das aulas, por força do Decreto Governamental nº 19.586/202, a SEC BA desenvolveu algumas ações formativas para a Rede, na modalidade on-line, dentre elas a oferta de 7 Módulos de Atualização para Educadores, com carga horária de 40 horas cada:

1. Projeto de Vida
2. Empreendedorismo
3. Educando para boas escolhas on-line
4. Ensino Híbrido
5. Avaliação
6. Uso de TICs
7. Chatclass

Na tabela a seguir, estão descritos os ementários, objetivos e público participantes desses Módulos de Atualização.

Tabela 7: Módulos de Atualização

Módulo de Atualização	Ementa/ Objetivo	Parceiro	Vagas	Inscritos	Concluintes
1. Projeto de Vida	Ampliar o repertório do professor do componente curricular Projeto de Vida e Cidadania, através de processos reflexivos sobre transformações no contexto escolar. Subsidiar o professor com ideias e caminhos possíveis para realizar os seus planejamentos e direcionamentos, com a finalidade de levar os estudantes a construírem seus projetos de vida e perseguirem seus sonhos.	Fundação Telefônica Vivo	568	1.577	1.170
2. Empreendedorismo/ SEBRAE	Ampliar o repertório do professor do componente curricular Empreendedorismo, através de processos reflexivos sobre transformações no contexto escolar com o objetivo de fortalecer o seu conhecimento em Educação Empreendedora e Inovação, contribuindo para a formatação do novo itinerário formativo do ensino médio.	SEBRAE	1.062	1.360	1.094
3. TIC no planejamento didático	Fornecer subsídios ao professor para que experimente recursos digitais com os estudantes reunindo conhecimento tecnológico, pedagógico e curricular. São explorados aplicativos do OpenOffice e analisadas ferramentas para criação de atividades (como Hot Potatoes, Ardora e Jcllic). Também são examinadas	Fundação Telefônica Vivo	1.080	4.449	1.590

	experiências de Webquest e de aprendizagem baseada em projetos.				
4. Avaliação: para quê e como avaliar/	Promover discussões sobre as necessidades e modos de avaliar, trabalhar com diferentes abordagens, práticas e concepções avaliativas e a refletir sobre a avaliação não como fim, mas parte do processo de aprendizagem. Deste modo, os participantes poderão aperfeiçoar a compreensão da avaliação da aprendizagem inserida no contexto social, político, cultural e pedagógico, bem como poderão compreender o uso pedagógico da avaliação no (re) planejamento para as escolhas dos instrumentos, da apreciação e das intervenções de aprendizagem dos estudantes. Também foram abordadas as legislações e orientações adotadas na Rede Estadual em todas as etapas e modalidades da Educação Básica	Fundação Telefônica Vivo	1.080	1.129	682

Módulo de Atualização	Ementa/ Objetivo	Parceiro	Vagas	Inscritos	Concluintes
5. O uso da ferramenta ChatClass no WhatsApp	Sobre as funcionalidades do ChatClass e como ela pode ser direcionada ao ensino da Língua Inglesa, utilizando a inteligência Artificial como um suporte de acompanhamento dos exercícios respondidos pelos estudantes, através do WhatsApp. Além disso, o curso será direcionado também para disponibilizar as orientações sobre a 2ª Olimpíada de Língua Inglesa, que acontecerá, que acontecerá em outubro de 2020.	ChatClass	3.000	1.337	370
6. Ensino Híbrido	Ensino Híbrido e suas implicações na prática para professores, gestores escolares e pontos focais das secretarias de educação. Introdução e premissas, concepções e abordagens das metodologias ativas. Processos dedutivos e indutivos de aprendizagem. Conceitos e estágios de planejamento reverso. Instrumentos avaliativos na perspectiva das metodologias ativas.	Sincroniza	10.000	10.009	4.459
7. Educando para boas escolhas on-line		SAFERNET Brasil	1.000		

Além dos Módulos de Atualização supramencionados, a SEC BA também promoveu um processo formativo colaborativo com um grupo de cerca de 160 professores da rede estadual, voluntários, para a elaboração de 255 materiais didáticos, intitulados Cadernos de Apoio à Aprendizagem, destinados aos/às estudantes de todas as séries e anos do Ensino Fundamental e Médio, bem como aos/às estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os Cadernos também apoiariam o planejamento pedagógico dos/as educadores da rede no retorno às aulas. A elaboração dos Cadernos partiu da priorização dos conteúdos, habilidades e competências do Referencial Curricular do Ensino Fundamental do estado vigente, o DCRB, e da BNCC da etapa do Ensino Médio. O documento que priorizou os conhecimentos essenciais para o contexto pandêmico e para a execução do Continuum Curricular, ou seja, a execução de dois anos letivos em um ano civil, foi intitulado de Organizadores Curriculares Essenciais (OCE).

Com o retorno das aulas, dentro do *Continuum* Curricular, foram retomadas as orientações pedagógicas para a rede para a realização das atividades letivas, incluindo a implementação da matriz do NEM, a utilização dos recursos didáticos iniciados em 2020 e a realização de outras edições dos módulos de atualização em Projetos de Vida.

2022

No âmbito da Superintendência de Políticas para a Educação Básica (SUPED), no primeiro semestre do ano em curso foram realizados 3 Ciclos de Encontros Formativos com os dirigentes e equipes técnicas dos NTE, cujas as pautas foram:

- Programa Itinerários Formativos – PIF;
- Prazo final e utilização dos recursos provenientes do ProNEM;
- Sistema do PDDE- Interativo Novo Ensino Médio e Prestação de Contas dos recursos do ProNEM;
- Documento Orientador do NEM 2022 (carga-horária FGB e Flexibilização curricular, Matrizes Curriculares de Transição – 1ª e 2ª séries, Componentes das Matrizes de Transição, Eletivas – concepção, planejamento, oferta a partir da escuta aos/às estudantes e avaliação.
- Novo ENEM;
- Plataforma de Avaliações Diagnósticas e Formativas;
- AVA – MEC.

Após a apresentação e discussões das pautas dos Ciclos, coube às equipes dos NTE realizarem encontro com os professores/as e coordenadores/as pedagógicos/as das Unidades Escolares para apresentação das pautas e retirada de dúvidas.

As discussões sobre a Implementação do NEM e sobre o DCRB - Ensino Médio, também foram contempladas na pauta formativa do Instituto Anísio Teixeira (IAT), cujo público alvo são os/as gestores/as escolares e coordenadores/as pedagógicos/as da rede estadual.

No segundo semestre de 2022 e no ano de 2023, serão executados os seguintes processos formativos:

Tabela 8: Processos Formativos

PROCESSO FORMATIVO	SETOR	PERÍODO
a) Orientações de Estudos para apropriação do DCRB- Ensino Médio, no horário do planejamento pedagógico das Unidades Escolares- Atividades Complementares (AC)	SUPED/ Diretoria de Currículo (DICAT) /Coordenação de Ensino Médio (CEM)	2022
b) Seminários Territoriais para lançamento e entrega da versão final do DCRB – Ensino Médio	SUPED/ Diretoria de Currículo (DICAT) /Coordenação de Ensino Médio (CEM)	2022
c) Módulo de Atualização para Iniciação Científica de 40h	SUPED/Diretoria de Formação e Acompanhamento (DIAF)	2022
d) Formação para profissionais da educação que atuam no Ensino Médio de Tempo Integral	Coordenação de Projetos Educacionais Estratégicos (CEPEE)	2022
e) Formação Territorial	IAT	2022
f) Formação continuada para cerca de 27 mil profissionais de educação que atuam no Ensino Médio	SUPED/ Diretoria de Currículo (DICAT) /Coordenação de Ensino Médio (CEM)	2022/2023

As ações b e c serão executadas com recursos federais provenientes dos Termos de Compromissos (TC) nº 201900829-3 e nº 201700603, firmados com o Governo Federal. Os prazos para a execução dos dois Termos foram prorrogados, devido a não execução no contexto pandêmico. A execução do TC nº 201700603 está em fase de tramitação processual no Sistema Eletrônico de Informação (SEI), para a contratação da instituição formadora. Esse TC encontra-se em fase de aprovação da reformulação do Plano de Trabalho pelo MEC/FNDE.

12. INFRAESTRUTURA E SUPORTE

12.1 Infraestrutura da rede

Para as adequações das Unidades Escolares da rede estadual de ensino, a SEC lançou o Programa Retorno Escolar Seguro (PRES), uma iniciativa do Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, cujo Investimento é de mais de 230 milhões. O PRES tem como objetivo fomentar as ações que permitam o pleno e seguro funcionamento das Escolas, superando, assim, os entraves para sua reabertura ao ensino presencial, utilizando os Caixas Escolares

como vetores e executores de ações inerentes às demandas de custeio e capital das Unidades Escolares.

Tabela 9: Distribuição dos recursos do PRES 40% capital / 60% custeio

TIPO DE ESCOLA	ESCOLAS / ANEXOS	VALOR POR ESCOLA	VALOR POR ALUNO	TOTAL ALUNOS
ANEXO	673	R\$ 10.000,00	R\$183,76	862.683
PORTE PEQUENO	264	R\$ 25.000,00		
PORTE MÉDIO	339	R\$ 50.000,00		
PORTE GRANDE	337	R\$75.000,00		
PORTE ESPECIAL	162	R\$100.000,00		
CAPS	13	R\$100.000,00		

Fonte: Sistema Escolar: Porte das Escolas - 17/08/2021

SGE: Número de alunos matriculados - 16/08/2021

12.2 Acessibilidade Tecnológica

A acessibilidade tecnológica da comunidade escolar na rede estadual de ensino foi ampliada, ainda, com investimentos da ordem de R\$ 73,4 milhões em tecnologia para implantação das Salas Multiuso; aquisição de computadores; implantação de melhorias no Ensino Médio com Intermediação Tecnológica - EMITEC); qualificação do parque tecnológico dos Polos Universidade Aberta do Brasil (UAB) e dos Núcleos Territoriais de Educação (NTE); e contratação de conectividade para unidades escolares. Com isso, mais de 95% das escolas estaduais tiveram acesso à internet banda larga, com conectividade variando entre 100 e 300 megas, sendo que 100% das escolas estaduais receberam internet dedicada.

No campo das tecnologias, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC-BA) atualizou com novas funcionalidades o aplicativo “Escolado”, para possibilitar que a família acompanhe cada vez mais de perto a vida escolar de seus filhos e facilitar a vida dos estudantes, professores e gestores nas suas rotinas escolares. A plataforma é simples, fácil de ser acessada, intuitiva e está disponível em formato web e de aplicativo, o qual se encontra para *download* nas *lojas Play Store* (para sistema *Android*) e *APP Store* (para sistema *IOS*) e também em plataforma *web*.

12.3 Requalificação da rede física escolar

O Governo do Estado está promovendo a requalificação da rede física escolar com investimentos que superam os R\$ 3 bilhões de reais. Como parte desta requalificação, o governo do Estado executa, em todos os 27 Territórios de Identidade, obras de construção, modernização e ampliação de escolas, de construção e modernização de quadras poliesportivas e construção de novas escolas.

Com o foco na educação integral dos estudantes, o governo do Estado também incluiu na requalificação da rede estadual de ensino a implantação dos Complexos Poliesportivos Educacionais. Os complexos integram a política de Educação Integral; fortalecem a cultura corporal no currículo; e se configuram como um espaço que amplia a relação da escola com a comunidade, uma vez que os equipamentos são utilizados pelas comunidades dos municípios para a prática esportiva, realização de atividades artísticas, culturais, de lazer e do entretenimento.

Os complexos possuem equipamentos como campo de futebol; quadra de vôlei; quadra poliesportiva coberta; piscina semiolímpica; academia de ginástica; pistas de atletismo e arena de lutas. Em 2021, até o mês de agosto, foram entregues os Complexos Poliesportivos Educacionais nos municípios de Irecê, Conceição do Coité, São Gonçalo dos Campos e Jequié.

13. PARCERIAS

As Unidades Escolares poderão estabelecer parcerias com esferas administrativas públicas, instituições do sistema público ou privado, sob a orientação da Secretaria Estadual da Educação (SEC) e/ou Conselho Estadual de Educação da Bahia (CEE-BA), para estabelecer possibilidades de oferta de alguns componentes curriculares de um ou mais Itinerários Formativos, sobretudo os componentes eletivos.

Em seu Art. 2º, Inciso IV, o **Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira**, Lei 14.359, 2021, desenvolverá ações que incluem parcerias, a saber:

Art. 2º Inciso IV - atuação articulada e integrada com outras ações e programas indutores da educação integral e de fortalecimento da educação básica, inclusive mediante o estabelecimento de parcerias com organizações da sociedade civil.

O MEC fomenta e apoia 80 escolas de Tempo Integral com o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI). Ainda assim, buscando potencializar as oportunidades para os estudantes, a SEC tem firmado inúmeras parcerias que reverberam em aprendizagens diversas e qualificação do tempo de permanência dos estudantes no tempo integral. Podemos citar os 43 cursos de Formação Inicial Continuada (FIC) através das instituições SESC, SENAI e SENAR, Fundação Telefônica Vivo, Cipó e Afeto com formação em Projeto de Vida, Programa Neojiba que promove, incentiva e apoia o desenvolvimento e a interação social pela prática musical.

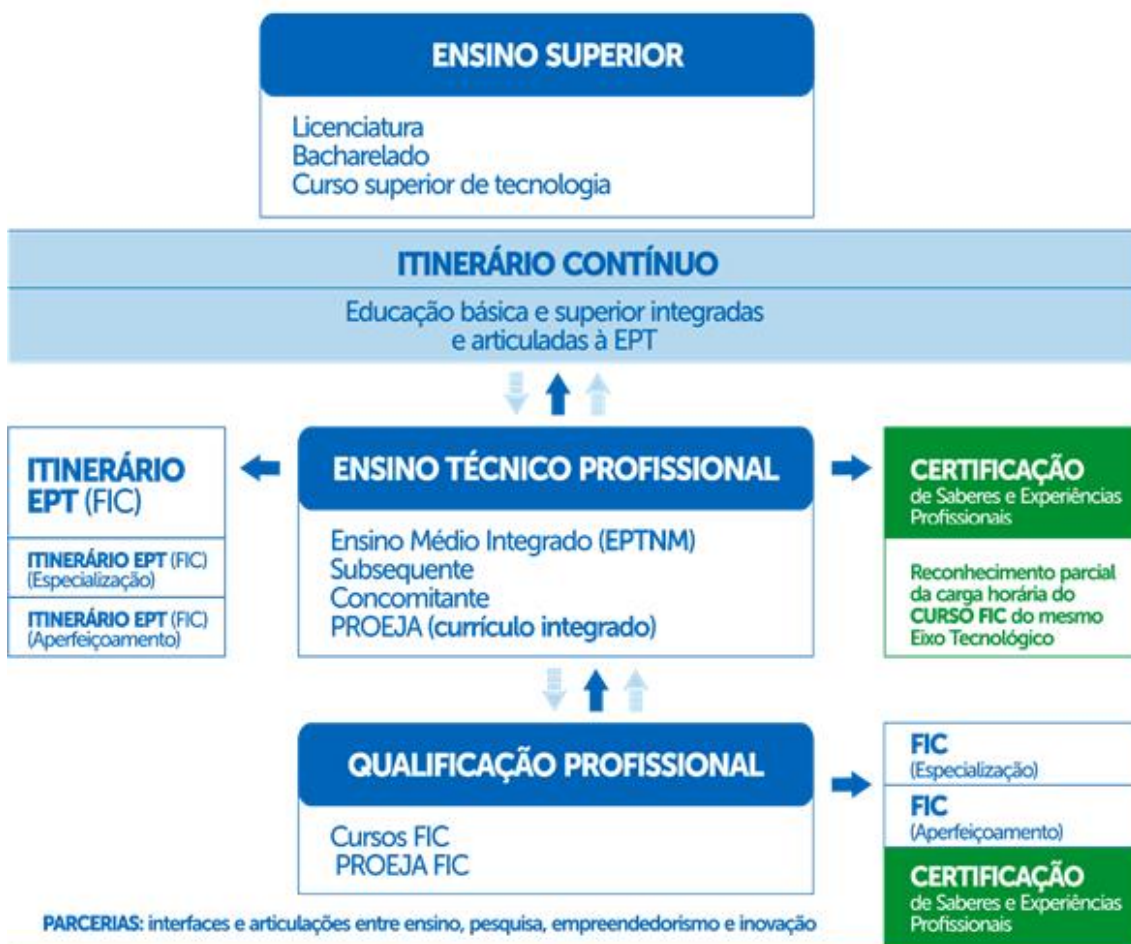
Tratando do conjunto das experiências e atividades desenvolvidas na Formação do Ensino Técnico Profissional possuem articulação em parcerias com os movimentos sociais, o setor produtivo, as universidades públicas e privadas, os institutos federais, o Sistema “S”, as secretarias municipais de educação por meio do regime de colaboração, as unidades escolares de formação técnica profissional, entre outros. O itinerário de Formação Técnica Profissional Integrado à Educação Básica compreende três possibilidades: a) a oferta integrada; b) a oferta integrada multidisciplinar; c) a oferta integrada em parceria.

Para composição dos itinerários formativos devem considerar as demandas e necessidades do mundo contemporâneo, para estar sintonizados com os diferentes interesses dos estudantes e sua inserção na sociedade, o contexto local e as possibilidades de oferta dos sistemas e instituições de ensino. Os sistemas de ensino devem estabelecer o regramento do processo de escolha do itinerário formativo pelo estudante.

A Secretaria da Educação diante da oferta do 5º Itinerário, propõe em seu Documento Curricular Referencial da Bahia, a garantia da oferta de diferentes itinerários formativos que pode ser estabelecida parceria entre diferentes instituições de ensino, desde que sejam previamente credenciadas pelos sistemas de ensino, podendo os órgãos normativos em conjunto atuarem como harmonizador dos critérios para credenciamento. Os sistemas de ensino devem estabelecer o regramento do processo de escolha do itinerário formativo pelo estudante.

CAMINHOS FORMATIVOS DOS CURSOS FIC À GRADUAÇÃO

BAHIA: IDENTIDADES TERRITORIAIS



Programas Federais > Programas de Renda e Emprego > Projetos de Tecnologia Social > Educação do Campo > Atividades Culturais
Ciência na Escola > Fábrica Escola > Fazenda Escola > Salas Ambiente de EPT > Escritórios Criativos > Espaço Maker > Outros

Foco formativo da Educação Profissional e Tecnológica na Educação básica

1. Problemática da realidade local e territorial, do mundo do trabalho e da escola: projetos integrados ao PPP.
2. Articulação de experiências profissionais e saberes do mundo do trabalho articulados com a escola.
3. Interconexão entre educação e trabalho: projetos de vida e práticas de formação e inserção profissional.

OFERTA INTEGRADA	OFERTA INTEGRADA MULTIDISCIPLINAR	OFERTA INTEGRADA EM PARCERIA
ITINERÁRIO EPT (FIC) Ensino Médio Regular	ITINERÁRIO EPT (FIC) Ensino Médio Regular	ITINERÁRIO EPT (FIC) Parcerias com o Setor Produtivo e o Sistema "S"
ITINERÁRIO EPT (FIC) Educação Integral	ITINERÁRIO EPT (FIC) Educação Integral	ITINERÁRIO EPT (FIC) Parceria com as Instituições de Ensino da EPT
ITINERÁRIO EPT (FIC) EPT em Tempo Integral	ITINERÁRIO EPT (FIC) EPT em Tempo Integral	ITINERÁRIO EPT (FIC) Parceria com os Movimentos Sociais
ITINERÁRIO EPT (FIC) Modalidades de Ensino	ITINERÁRIO EPT (FIC) Modalidades de Ensino	ITINERÁRIO EPT (FIC) Parceria com as Secretarias Municipais de Educação
ITINERÁRIO EPT (FIC) Complexos Educacionais	ITINERÁRIO EPT (FIC) Complexos Educacionais	
ITINERÁRIO EPT (FIC) Pedagogia da Alternância	ITINERÁRIO EPT (FIC) Pedagogia da Alternância	
	ITINERÁRIO EPT (FIC) EJA e PROEJA	
	ITINERÁRIO EPT (FIC) Outra Opção Formativa	

Fonte: Westphal, E, 2021

14. COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

A Comunicação se apresenta como um elemento estratégico para contribuir com a divulgação da implementação da BNCC e a implantação do Novo Ensino Médio no estado, para mostrar o que está sendo feito e como a institucionalidade se preparou para isto.

A perspectiva é apresentar à sociedade e contribuir para com a sensibilização da mesma, por meio da mobilização dos diferentes meios e mecanismos de comunicação, sobre o que é ESTE NOVO ENSINO MÉDIO, como ele vai alterar o currículo, a rotina escolar e como vai impactar no processo de aprendizagem dos/as estudantes.

Vale destacar, que a Assessoria de Comunicação da SEC (ASCOM) iniciou a divulgação do tema, desde 2017, com a introdução de mudanças na Lei de Diretrizes e Bases - LDB, através da Lei 13.415/17 e pela Resolução Nº 4, de 17 no Ensino Médio, dando vazão às diversas atividades implementadas no âmbito da Secretaria da Educação do Estado (SEC).

No que tange à BNCC e ao Novo Ensino Médio, cita-se, por exemplo, uma página no Portal da Educação, onde são disponibilizados documentos e informações pertinentes ao tema, além da ampla divulgação de ações promovidas pela SEC, a exemplo, da escuta on-line, para que os estudantes baianos pudessem contribuir na elaboração do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), etapa do Ensino Médio, a realização da Consulta Pública e o próprio encaminhamento do referido documento ao Conselho Estadual de Educação da Bahia (CEE-BA). Além disso a Secretaria elaborou um site exclusivo sobre o DCRB, disponível em: <http://dcrb.educacao.ba.gov.br/>

As ações estratégicas da Assessoria de Comunicação da SEC, foram:

- Produção de matérias para divulgação sobre a temática, com pautas a serem indicadas pelo setor responsável - SUPED, envolvendo desde o factual (como Escuta on-line, webnários e lives) e os encaminhamentos da gestão, que possam gerar impacto positivo na divulgação, como a mobilização das escolas, dos Núcleos Territoriais de Educação (NTE) e dos educadores para a implementação e a formação de professores; até as principais mudanças que

irão ocorrer, tais como a reformulação da carga horária; os novos itinerários formativos; e o ensino obrigatório e os optativos dos componentes, etc. As pautas serão sugeridas pelo setor com antecedência para o planejamento da divulgação pela ASCOM.

- Orientação e engajamentos diretores dos NTE, de modo que ocupem espaços da imprensa local, para potencializar a divulgação local sobre o assunto. O setor competente deve subsidiar a ASCOM com as informações.
- Marcação de entrevistas, ao vivo, de gestores da SEC em rádios, sites e tvs locais, em municípios / NTE, quando necessário, e com a indicação do momento e dos gestores pelo setor demandante.
- Gravação de sonoras para rádio (podcast) e vídeos dos dirigentes da SEC, a exemplo, do secretário Jerônimo Rodrigues e do professor Manoel Vicente Calazans, superintendente de Políticas para a Educação Básica, para distribuição para a imprensa e nas redes sociais, em diferentes momentos e a depender da necessidade da pauta, a partir da solicitação do setor e em alinhamento prévio com a agenda dos gestores.
- Confeção de *stories* e *posts* nas Redes sobre o tema nas redes sociais, a partir de demanda e orientação do setor demandante.
- Elaboração “pílulas” que esclareçam dúvidas sobre O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO, a partir de demanda e orientação do setor demandante.

Ressalta-se que a elaboração e a execução do Plano de Mobilização não são de competência/responsabilidade da ASCOM. À ASCOM cabe a produção e elaboração de materiais, como releases, e marcações de entrevistas, conforme descrito no Plano de Comunicação do Novo Ensino Médio.

A discussão e a construção coletiva do Novo Ensino Médio, vem sendo fomentada pela Secretaria da Educação desde 2017, a Educação Integral apresentou no referencial curricular, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, as concepções e especificidades da oferta, bem como os programas e projetos da educação, assim como as singularidades e formações identitárias e culturais próprias de cada Núcleo/região por meio dos canais de comunicação utilizados pela Secretaria da Educação. Grupos de Trabalho se deslocaram para os 27 NTE promovendo formação e diálogo para o Novo Ensino Médio.

15. NORMATIVOS

Os marcos legais que determinam as políticas públicas nacionais, inclusive as educacionais, são frutos de uma construção histórica do ordenamento jurídico brasileiro, atravessados pelos acirramentos entre os interesses da população, do Estado e dos organismos internacionais. Nos países em desenvolvimento, o retardo para a efetivação da educação de qualidade social, em prol da equidade de direitos e de oportunidades para todas as pessoas, se arrasta por gerações, por seu caráter estrutural.

Os marcos legais - nacionais e estaduais – apresentados, trazem perspectivas consideradas relevantes para amparar a organização dos currículos das escolas que ofertam o Ensino Médio no estado, por meio dos seus Projetos Políticos Pedagógicos - PPP. Versa destacar que se faz necessário, no âmbito dos Territórios de Identidade e dos municípios baianos, que as unidades escolares considerem as legislações e normativos educacionais locais, bem como as políticas públicas relacionadas às juventudes municipais, para fomentar a organização curricular dessas escolas.

Apresentamos os marcos legais e normativos a serem revistos para a implementação do Novo Ensino Médio no Estado da Bahia, que representam a trajetória da política curricular, nacional e estadual:

Resolução CEE nº 68 de 22 de outubro de 2021

Que altera o art. 21 da Resolução nº 137, de 17 de dezembro de 2019. Estabelece novo cronograma para a implementação do Documento Curricular Referencial da Bahia - DCRB do Ensino Médio, que tem como base as orientações normativas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no sistema estadual de ensino de toda a Bahia.

Resolução FNDE nº 22/2021

Destina recursos PDDE às escolas do eixo I do PROIF

Portaria Nº 733, de 16 de setembro de 2021

Institui o Programa Itinerários Formativos.

Portaria Nº 521, de 13 de julho de 2021

Institui o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio.

Portaria do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (Portaria nº 649/2018)

Resolução CNE/CP Nº 01/2021

Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

Resolução FNDE Nº 17/2020

Estabelece os procedimentos para a transferência de recursos para fomento à implantação de escolas de ensino médio em tempo integral nas redes públicas dos estados e do Distrito Federal.

Resolução CEE Nº 137, 17 de dezembro de 2019

Que “fixa normas complementares para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nas redes de ensino e nas instituições escolares integrantes dos sistemas de ensino, na Educação Básica do Estado da Bahia e dá outras providências” (BAHIA, 2019).

Portarias Nº 728/2019, Nº 729/2019, Nº 730/2019, Nº 731/2019, Nº 732/2019

Que estabeleceram a Estrutura de Governança da Implementação do Novo Ensino Médio.

Portaria Nº 2116/2019

Estabelece novas diretrizes, novos parâmetros e critérios para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI, em conformidade com a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

Portaria Nº 649/2018

Institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para participação.

Resolução CNE/CP Nº 4/2018

Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017.

Portaria Nº 1432/2018

Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio.

Portaria Nº 1024/2018

Define as diretrizes do apoio financeiro por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola às unidades escolares pertencentes às Secretarias participantes do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, instituído pela Portaria MEC nº 649, de 10 de julho de 2018, e às unidades escolares participantes da avaliação de impacto do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI, instituída pela Portaria MEC nº 1.023, de 4 de outubro de 2018.

Resolução FNDE Nº 21/2018

Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola, a escolas públicas estaduais e distritais, a fim de apoiar a implementação do Novo Ensino Médio e a realização da avaliação de impacto do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Portaria Nº 331/2018

Institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação.

Resolução CNE/CEB N. 03/2018

Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM)

Lei Nº 13.415/2017

Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, implementando as mudanças previstas para o Novo Ensino Médio, e institui a política de fomento às escolas de ensino médio em tempo integral.

Lei Nº 13005/2014 - Plano Nacional de Educação - PNE

Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

Lei Nº 9394/1996 (LDB)

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB

Documento Orientador para a Implementação do Novo Ensino Médio, Anos Letivos – 2020 e 2022.

16. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

AÇÃO	QUANDO	SETOR	FONTE DO RECURSO	VALOR ESTIMADO (R\$)
Formação de Professores e Coordenadores Pedagógicos da Rede Estadual	Entre julho e dezembro de 2022	SEC / DICAT/SUPED	Federal	15.675.303,39
Impressão do DCRB Etapa do Ensino Médio.	Entre julho e dezembro de 2022	SEC/SUPED	Federal	194.992,58
Requalificação da Rede Física Escolar	2022-2023	COINF	Estadual	3.000.000.000,00
Acessibilidade Tecnológica	2022	SUPEC	Estadual	7.300.000,00
TOTAL				26.170.296,00

17. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Secretaria da Educação do Estado da Bahia vem envidando esforços no sentido de ajustar a Rede Estadual para atender as demandas oriundas da

implantação do Novo Ensino Médio. Para tanto, um sistema de Gestão de Pessoas foi adquirido e, nesse momento, estão sendo realizadas adequações que visam otimizar essa implementação.

O Sistema apresenta a tela de cadastrar Ano/Série/Outros no Módulo Gestão Curricular que permite a criação de itinerários formativos para o novo Ensino Médio da 2ª e 3ª série. No mesmo módulo, feito esse cadastro dos itinerários, é permitido cadastrar a matriz específica para esses itinerários. Dessa forma, a Escola poderá enxergá-los, selecionando as ofertas para cada série, ofertada por ela.

Para os componentes eletivos que estão contidos no itinerário se faz necessário marcar na criação da matriz a coluna de componente eletivo, para que possibilite à escola o acesso à todas as 5 funcionalidades associadas ao mesmo.

Diário de Classe – na opção *Diário de Classe*, aba *Turma*, *Cadastrar turma*, é possível criar turmas específicas para os Itinerários Formativos e, conseqüentemente, a alocação dos estudantes nas mesmas de acordo com o itinerário selecionado.

Nesse formato, o sistema possibilita que estudantes da 2ª série, turmas A, B e C, que optaram pelo itinerário A, estejam em uma mesma turma, haja vista terem optado pelo mesmo itinerário formativo. Com isso, realizamos a junção de estudantes por seriação, independente da turma regular que se encontra matriculado, por tema optado.

Efetivação - Após informar a intencionalidade no Portal Público de Matrícula, quando o aluno se direciona a escola para realizar a sua efetivação, aparecerá na tela para efetivação as informações do Itinerário Formativo e Componente Eletivo, meramente para confirmação no momento da efetivação da matrícula. Para a 1ª série, ele deverá confirmar o componente eletivo selecionado no Portal Público de Matrícula e informar segundo componente eletivo que deseja cursar.

Caso o estudante realize a matrícula diretamente na unidade escolar, no ato da matrícula ele irá informar o itinerário formativo e o componente eletivo que deseja cursar. Para a 1ª série, ele deverá informar 2 componentes eletivos que deseja cursar.

18. GESTÃO DE PESSOAS

A Secretaria da Educação do Estado da Bahia vem envidando esforços no sentido de ajustar a Rede Estadual para atender as demandas oriundas da implantação do Novo Ensino Médio. Para tanto, um Sistema de Gestão Educacional foi adquirido e, nesse momento, estão sendo realizadas adequações que visam otimizar essa implementação. Como na implantação de qualquer sistema há um longo caminho a ser percorrido até a integralização de todos os seus módulos e funcionalidades.

Importante destacar que o novo Sistema ainda apresenta pequenas situações de adequações quanto às suas funcionalidades como, por exemplo, a vinculação dos profissionais da educação às turmas e a vida funcional desses profissionais. Apesar do Sistema ter sido construído com o objetivo de ser totalmente modular, apresentar fonte de integração entre os seus módulos, conciliar e estabelecer relações entre as informações produzidas pelas escolas (turma/estudantes/matrículas, profissionais da educação vinculados à escola), gestão financeira, administrativa e de pessoal, provimento de profissionais e vida e acompanhamento funcional desses profissionais (pelo Órgão Central) ainda há interfaces que necessitam ser validadas para evitar futuras inconsistências.

A SEC também vem investindo na ampliação do quadro de profissionais de forma a atender ao novo Ensino Médio por meio da contratação de professores efetivos, contratados como REDA Emergenciais, contratados como REDA Seletivo, concursados e efetivados além de professores que tiveram alterações de carga horária de 20 horas para 40 horas.

De acordo as novas regulamentações no que tange a implementação curricular para o aluno sobre o olhar da oferta do Novo ensino Médio, em que haverá nesse momento mudança de componentes, ou seja, alteração da matriz curricular que não haverá alteração quantitativa e sim qualitativa mantendo-se no seu comput. de 25h semanais de aulas, sendo assim não haverá um acréscimo de demanda de professores de forma específica dos novos componentes para suprir o Novo Ensino Médio, a não ser que haja aumento na oferta de matrícula.

Vale destacar que os Componentes Curriculares das Áreas serão desenvolvidos de forma integrada, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, trazendo aos conhecimentos específicos das Áreas de Conhecimento e/ou à Formação Técnica e Profissional e aos Eixos Estruturadores e Temas Integradores do DCRB.

No que diz respeito à gestão de pessoas, continuará sendo tratada de acordo com as formas já realizada pela SUDEPE, nos seus aspectos de afastamentos, aposentadorias, desligamentos, etc. que já fazem parte das estratégias de análise, conhecimento e suprimento, nas suas diversas formas como: Concurso público efetivos e Reda emergencial, movimentação de pessoal, dentre outras.

Assim sendo, caso sejam realizadas novas mudanças na esfera quantitativa de componentes na sua nova matriz curricular que possivelmente ampliando para 30h semanais ou mais, somando com a oferta da matrícula do ano 2023 e que poderemos realizar de forma lógica a estatísticas do déficit que esta mudança poderá trazer à rede.

19. MATERIAIS DIDÁTICOS

Em relação ao Novo Ensino Médio, a Coordenação do Livro e da Biblioteca informa que o MEC/FNDE está trabalhando com a escolha de cinco objetos, sendo que a escolha de dois objetos já foi realizada: Projetos Integradores e Projeto de Vida - Objeto 1 e o Livro Didático por Área de Conhecimento - Objeto 2. No momento, está sendo realizada a escolha do Objeto 3 - Obras de Formação Continuada para professores e gestores, que foi até o dia 17 de junho.

Foram elaborados e disponibilizados:

1. Catálogo de Componentes Curriculares Eletivos
2. Propostas de Itinerários Formativos por área e Itinerários Integrados

Estão sendo elaborados:

3. Cadernos de Orientações Metodológicas
4. Itinerários Formativos das Modalidades

A Coordenação Executiva de Programas e Projetos Estratégicos da Educação, através de suas Coordenações, têm produzido constantemente diversos materiais, tais como: cadernos sobre perspectivas de currículo e pressupostos pedagógicos; perspectivas de escola e de vida; avaliação; Estações dos Saberes; cards sobre projetos artísticos e culturais; materiais sobre Dignidade Menstrual; Educação Fisca; Saúde na Escola; Educação Financeira e para o Consumo; orientações sobre a importância do exercício físico e a manutenção da saúde; orientações sobre Clube de

Ciências e tantos outros instrumentos construídos com o objetivo de diversificar e potencializar as atividades. Portanto, os materiais produzidos já contemplam um currículo flexível, fomenta o protagonismo das juventudes e a construção do projeto de vida dos estudantes para que façam escolhas conscientes e alcancem seus objetivos.

Nos anos de 2020 e 2021, foram produzidos materiais e recursos educacionais digitais para apoiar os/as docentes no retorno às atividades letivas, no contexto do *Continuum* Curricular. O trabalho foi coordenado pela SEC e elaborado colaborativamente por um grupo de cerca de 160 professores da rede estadual, voluntários. No total foram produzidos 255 materiais didáticos, intitulados Cadernos de Apoio à Aprendizagem, destinados aos/às estudantes de todas as séries e anos do Ensino Fundamental e Médio, bem como para os/as estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os Cadernos também apoiariam o planejamento pedagógico dos/as educadores da rede no retorno às aulas. A elaboração dos Cadernos partiu da priorização dos conteúdos, habilidades e competências do Referencial Curricular do Ensino Fundamental do estado vigente, o DCRB, e da BNCC da etapa do Ensino Médio. O documento que priorizou os conhecimentos essenciais para o contexto pandêmico e para a execução do *Continuum* Curricular, ou seja, a execução de dois anos letivos em um ano civil, foi intitulado de Organizadores Curriculares Essenciais (OCE). Ainda como um desdobramento dos OCE, foram produzidos três outros recursos pedagógicos para a Rede, a saber:

- Trilhas Sonoras - *Podcast* das Trilhas de Aprendizagem presentes nos Cadernos de Apoio à Aprendizagem;
- Salas Centrais - repositórios de conteúdos digitais, por componente curricular, ano e série, do Ensino Fundamental e Ensino Médio, que visavam apoiar os/as professores/as no retorno às aulas remotas e híbridas;
- *Chat Class* Trilhas de Aprendizagem – As Trilhas de Aprendizagem e atividades de aprofundamento dos conteúdos das Trilhas foram disponibilizadas em robô no *Whats App*.

20. ESTRATÉGIAS DE EQUIDADE

A promoção da equidade na aprendizagem dos/as estudantes requer uma compreensão de que esse tema não é de responsabilidade exclusiva de uma única esfera administrativa ou único ente federativo, nem de um único grupo social. Para garantir a equidade no processo de aprendizagem, faz-se necessário o envolvimento de muitos sujeitos e de uma análise mais aprofundada das políticas públicas presentes ou ausentes no país, no estado e nos municípios, observar de que forma elas se articulam, se inter-relacionam, se complementam e são mantidas, independentemente das mudanças dos governos ao longo do tempo. Ou seja, discutir a equidade da aprendizagem dos/as estudantes/as envolve, direta e indiretamente, refletir sobre qual é a proposta de educação que se almeja instituir no país.

Ao que cabe a este documento, apresentamos como aspectos importantes para garantir a equidade nas aprendizagens dos/as estudantes dimensões de infraestrutura e logística e dimensões pedagógicas:

I. Dimensões de infraestrutura e logística

- Reformas e construções de novas escolas;
- Alimentação escolar;
- Transporte escolar;
- Acessibilidade tecnológica;
- Acessibilidade para pessoas com deficiência (PCD);
- Mobiliário e equipamentos;
- Sistema de Gestão Educacional da SEC.

II. Dimensões Pedagógicas

- Elaboração do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), alinhado à BNCC;
- Implementação de projetos e ações voltadas para a Educação das Relações Étnico-Raciais, das Relações de Gênero e Sexualidades e para a Educação em Direitos Humanos;
- Formação continuada dos profissionais da educação;

- Materiais didáticos - vinculados ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e adquiridos ou de autoria da SEC.

As dimensões de infraestrutura serão apresentadas em tópicos específicos deste Plano, bem como as dimensões da formação continuada dos profissionais da educação e materiais didáticos.

Quanto ao Documento Curricular Referencial do Estado da Bahia (DCRB), etapa do Ensino Médio, ratificamos que o mesmo atende ao que está previsto pelos normativos nacionais, especialmente à BNCC, que dispõe sobre o conjunto de aprendizagens essenciais que todos/as estudantes deverão desenvolver durante toda a Educação Básica. O DCRB BA contempla os elementos fundamentais para a formação humana integral dos/as estudantes e para o desenvolvimento de competências e habilidades requeridas pelas relações sociais e pelo mundo do trabalho, preparando-os para o exercício pleno da cidadania e para a apropriação dos conhecimentos científicos produzidos, historicamente, pela humanidade.

No Estado da Bahia, onde a população é majoritariamente negra (pretos e pardos), as discussões raciais e étnicas, bem como o enfrentamento a todas as formas de discriminação e preconceitos, não podem estar desarticuladas das discussões da equidade na aprendizagem dos/as estudantes baianos, pois os indicadores sociais nos mostram que, historicamente, esses/as adolescentes e jovens foram e continuam sendo excluídos dos processos de educação formal.

Nesse sentido, o DCRB, amparado em normativos e leis, apresenta os Temas Integradores abaixo que deverão ser trabalhados de forma interdisciplinar pela escola, promovendo o estudo dessas temáticas no âmbito do currículo escolar. Essas vertentes continuam sendo aprofundados nos Itinerários Formativos de Áreas de Conhecimento, Integrados e Integrados Transdisciplinares.

- Educação para a Diversidade
- Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade
- Educação para as Relações Étnico- Raciais
- Educação em Direitos Humanos

O DCRB se propõe também fomentar práxis pedagógicas permanentes que contribuam para o enfrentamento ao racismo estrutural, às práticas sexistas, misóginas, homofobias e transfóbicas, bem como a quaisquer práticas de

constrangimento, assédio, abuso e discriminação frente ao pluralismo cultural e à diversidade dos agrupamentos humanos que coexistem no espaço escolar.

Compreende-se que, sem uma intervenção pautada no conhecimento científico, com base nas epistemologias sócio históricas, não avançaremos na melhoria da aprendizagem dos/as estudantes, pois a escola continuará sendo um espaço de exclusão, à medida que negligenciam ou apagam dos seus currículos questões sociais estruturais que envolvem diretamente os/as estudantes.

Assim, auxiliar educadores/as e estudantes a se perceberem como parte das engrenagens que o racismo estrutural operou e continua operando, em outros moldes e contextos, é um caminho necessário para a superação dessa chaga social e de todas as outras formas de discriminação dos grupos populacionais minoritários de direito que são parte da sociedade brasileira e baiana, que atuam de forma interseccional. Dessa forma, as escolas mais conscientes dessa realidade, por meio de um planejamento das suas práxis pedagógicas, poderão se constituir em espaços fundamentais e indutores das mudanças paradigmáticas do modelo social que ainda vivenciamos.

20.1 Ações para equidade

Frente às necessidades sócio-históricas de promoção da equidade de aprendizagem dos/as estudantes baianos/as, torna-se preponderante pensar e repensar o Currículo escolar, a formação dos profissionais da educação, o papel da educação na atualidade, o uso dos recursos e materiais didáticos pelos educadores, dentre outros aspectos necessários para uma educação de qualidade social. Então, como garantir o processo de ensino e de aprendizagem nas escolas, em pleno século XXI, em uma sociedade tão plural e diversa?

Será que apenas equipamentos tecnológicos fazem da escola um espaço “atual” de formação? Será que o conteúdo perde o sentido quando não problematizado, quando não relacionado com as diversas realidades do mundo contemporâneo? Como “transversalizar” temáticas tão essenciais para compreensão da sociedade, através da Língua Portuguesa, da História, da Geografia, da Ciência, das Línguas Estrangeiras, da Biologia, da Filosofia, da Sociologia, da Educação Física, da Matemática, das Artes?

O DCRB tem como objetivo assegurar os princípios educacionais e os direitos de aprendizagem de todos os estudantes do território estadual, em toda a Educação Básica, e sugere a importância das escolas e de suas comunidades ampliarem a compreensão sobre Currículo, enquanto construção cultural, social, articulada com outros processos e procedimentos pedagógico-educacionais.

A Secretaria da Educação do Estado da Bahia vem promovendo ações, projetos e programas específicos para apoiar as Unidades Escolares na implementação de temáticas referentes aos indicadores sociais de raça e etnia, para a equidade de gênero e sexualidades, a exemplo das ações do Projeto Acolher a Diversidade e das ações do Programa Dignidade Menstrual, realizado em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Além das ações supramencionadas, a SEC BA, em parceria com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI), fez o lançamento da 2ª edição do Edital Prêmio Professor Jorge Conceição, que visa apoiar financeiramente projetos escolares e produção de recursos educacionais escolares para a promoção da Educação Antirracista e para a Educação Étnico-Racial, em atendimento a Lei nº 10.639/03 e Lei nº 11.645/08.

De acordo com o artigo 206 da Constituição Federal, o ensino deve obedecer alguns princípios, dentre eles a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, conforme afirma o inciso II, do artigo 2º do Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira:

Formação orientada por práticas pedagógicas que auxiliem a construção do projeto de vida dos estudantes, consideradas as múltiplas dimensões do ser humano e as especificidades educativas para o seu desenvolvimento.

Sendo assim, a referida Lei favorece o estabelecimento de espaços e tempos em todos itinerários da oferta do currículo com 7h e de 9h diárias com objetivo de promover aprendizagem, conhecimentos e Coordenação Executiva de Programas e Projetos Estratégicos da Educação Diretoria de Educação Integral Coordenação de Educação Integral saberes por meio do currículo e dos projetos e programas da educação. Além disso têm-se o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI, criado pelo Ministério da Educação, através da portaria nº 1.145, de 10 de outubro de 2016 e atualizada pela Portaria nº 2.116 de 6 de dezembro de 2019 que contribui efetivamente para a igualdade de direitos entre os estudantes. Os Complexos Integrados de Educação, instituídos através do Decreto nº 116.718, de

11 de maio de 2016, em articulação com instituições de Educação Superior, hoje, em parceria com a Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB, em Itabuna, Porto Seguro e Itamaraju; com a Universidade do Estado da Bahia - UNEB, em Ipiaú, Eunápolis e em Caetité, em atinência aos princípios educativos de Anísio, valendo destacar, este último, em terras do ilustre baiano, é uma ação que equitativa os estudantes do estado da Bahia. Os Complexos Integrados de Educação têm sua organização curricular a partir das Estações dos Saberes. As Estações dos Saberes prezam pela construção coletiva do conhecimento. Tem-se nas estações importante metodologia para fomentar o protagonismo dos/as estudantes, visto que o estudante é convidado a construir suas ideias e saberes.

Para além das estratégias de equidade, importante referenciar a Educação Especial, enquanto uma modalidade de educação que se depara com diversos desafios para conseguir ultrapassar as barreiras que tentam inviabilizá-la ao longo da sua implementação, e enfrenta o exercício diário de todos os envolvidos (família, escola, professores, técnicos, Brailistas e intérpretes de Libras, cuidadores e sociedade como um todo) em se reinventar para promover a inclusão aliada aos estudantes com deficiência que necessitam de tarefas adaptadas e condições diferenciadas para melhor desenvolvimento.

Adentrando nas especificidades da Educação Especial, automaticamente pensamos no tripé essencial para manutenção deste atendimento: Formações continuadas, disponibilização de profissionais especializados e encaminhamento de materiais pedagógicos e tecnológicos específicos para diversificação das práticas pedagógicas. Desta forma, conseguiremos respeitar as individualidades e necessidades que cada deficiência exige.

Com o objetivo de se adequar às transformações referentes ao Novo Ensino Médio, que propõe a construção de novas diretrizes, aumento de carga horária das aulas e a utilização de duas estruturas curriculares para proporcionar uma maior autonomia aos estudantes com relação às suas escolhas, seguem sugestões de estratégias pedagógicas que deverão ser tomadas para que haja êxito nas adequações para proporcionar ao público alvo a garantia de um ensino de qualidade.

- ✓ **Para pessoas com autismo, altas habilidades/superdotação, deficiência intelectual e múltipla:** Segure-se a utilização de recursos pedagógicos adequados para educandos como jogos educativos, brinquedos, instrumentos musicais, computadores com teclado,

livros paradidáticos; elaboração de material didático objetivo, conciso com bastantes recursos visuais, o qual despertará interesse do estudante e facilitará entendimento para a realização de atividades propostas;

- ✓ **Para pessoas com surdez e deficiência auditiva:** Deve-se garantir o acesso à educação bilíngue (Libras e Língua Portuguesa) no ensino-aprendizagem; proporcionar interação linguística dos adolescentes, jovens e adultos no ambiente escolar com pessoas nativas e fluentes na Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS; priorização de propostas pedagógicas visuais empregando o uso de recursos, métodos, técnicas visuais como: imagens contextualizadas ícones, vídeos em Libras que orientem aos alunos em relação aos conceitos desenvolvidos nos textos; mediação pela presença do tradutor-intérprete e/ou por vídeos com traduções para a LIBRAS; possibilitar seminários, encontros e palestras com conteúdo específico.
- ✓ **Para pessoas com deficiência visual:** Fomentar a acessibilidade atitudinal, física e assistiva na realização das atividades; viabilizar o uso de recursos como audiodescrição, janela em Libras e dentre outros; produzir podcasts para alunos com Deficiência Visual; disponibilização de atividades impressas em Braille; utilização das salas AEE para qualidade e desenvolvimento do estudante durante a permanência na escola.
- ✓ **Para Atendimento Hospitalar e Domiciliar:** Acompanhamento de um professor mediador para manutenção das atividades pedagógicas dos estudantes já que estão fragilizados pela enfermidade, além do risco iminente para o docente na ambiência hospitalar; atendimento ao estudante respeitando condição clínica sem perder de vista o desempenho escolar.

Portanto, cabe informar que esta Coordenação se coloca à disposição para a elaboração deste novo projeto e empreenderá esforços para o atendimento das demandas inerentes aos estudantes com deficiência, principalmente no que diz respeito ao acesso e permanência destes no ambiente escolar, comumente a isso, o fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado, sobretudo a inclusão educacional.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 10 de dezembro de 1948.

BAHIA. Decreto Nº 12.354, de 25 de agosto de 2010. **Programa Territórios de Identidade e dá outras providências**. 2010

BAHIA. **Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia** (Pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/ Superdotação). Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Salvador, 2017.

Disponível em:

<<http://escolas.educacao.ba.gov.br/diretrizes-para-eduacao-inclusiva-na-bahia>>. Acesso em: 24 set.2018.

BAHIA. Lei Nº 13.182 de 06 de junho de 2014. **Institui o Estatuto da Igualdade Racial e no Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia e dá outras providências**.

BAHIA. Lei Nº 13.214 de 29 de dezembro de 2014. **Dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia**, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável CODETER. 2014.

BAHIA. Secretaria da Educação. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio** - Orientações Gerais Secretaria da Educação. Salvador, 2015.

_____ **Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional da Bahia. ProEASE**. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. 2ª edição - Salvador: SEC 2015. 131 p.

BRASIL. Decreto nº 19.890/1931, de 18 de abril de 1931. **Dispõe sobre a organização do Ensino Secundário**. 1931. Disponível em: . Acesso em: 13 mai.

2017. BRASIL. Decreto-lei nº 4.244/1942, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. 1942. Disponível em: Acesso em: 13 mai. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 25 juN.2016.

BRASIL. LEI 9.934, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 20 de setembro de 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Parecer nº 3, de 10 de março de 2004. **Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de maio de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acessos em: 16 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”**. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>. Acessos em: 16 set. 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. **Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm>. Acesso em: 21 set. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Parecer nº 7, de 7 de abril de 2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de julho de 2010, Seção 1, p. 10. Disponível em: <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/pceb007_10.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE** e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 19 set. 2018.

BRASIL. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 13.415/2017, de 13 de fevereiro de 2017, Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de EM em Tempo Integral. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: 10 mai. 2017. SAVIANI,

Dermeval; DUARTE, Newton (Orgs.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012. 184p. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo)

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política! 32. ed.- Campinas, SP: Autores Associados, 1999. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.S)

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998a. 191p.

VYGOTSKY, L. S. et al. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 4. ed. São Paulo: Ícone, 1988. 228p.

ANEXO

Matriz Curricular de Transição do Novo Ensino Médio

MATRIZ CURRICULAR DE TRANSIÇÃO									
2020-2022									
Dias Letivos: 200	Semanas Letivas: 40		Dias Semanais: 05		Módulo/aula: 50 minutos		Nº de H/aula/dia		
BASE NACIONAL COMUM	Área de Conhecimento	Componente Curricular	1ª. série		2ª. série		3ª. série		CH Total
			Nº h/a	CH Anual	Nº h/a	CH Anual	Nº h/a	CH Anual	
	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	02	80	02	80	02	80	240
		Educação Física	01	40	01	40	-	-	80
		Arte	01	40	01	40	-	-	80
		Inglês	02	80	01	40	-	-	120
	Matemática e suas Tecnologias	Matemática	02	80	02	80	02	80	240
	Ciências da Natureza	Química	01	40	01	40	02	80	160
		Física	01	40	01	40	02	80	160
		Biologia	01	40	02	80	01	40	160
Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	01	40	01	40	02	80	160	
	Geografia	01	40	01	40	02	80	160	
	Filosofia	01	40	01	40	01	40	120	
	Sociologia	01	40	01	40	01	40	120	
PARTE DIVERSIFICADA/ FLEXÍVEL	Projeto de vida e Cidadania		01	80	01	80	01	01	80
	Iniciação Científica		02	80	02	80	02	80	240
	Produção e Interpretação Textual		02	80	02	80	02	80	240
	Eletiva I		02	80	02	80	02	80	240
	Eletiva II		02	80	-	-	-	-	80
	Para além dos números		-	-	02	80	02	80	160
TOTAL			25	400	25	400	25	400	3.000